UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANDRÉ LUIS RAMALHO FRANCISCO

Divisão intraurbana das metrópoles: revendo discursos sobre a periferia paulistana

São Paulo

2018

ANDRÉ LUIS RAMALHO FRANCISCO

Divisão intraurbana das metrópoles: revendo discursos sobre a periferia paulistana

Qualificação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F819d Francisco, André Luis Ramalho
Divisão intraurbana das metrópoles: revendo discursos sobre a periferia paulistana / André Luis Ramalho Francisco ; orientador César Ricardo Simoni Santos. - São Paulo, 2018.
127 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia Urbana. 4. Áreas Metropolitanas. 5. Periferia. I. Santos, César Ricardo Simoni, orient. II. Título.

FRANCISCO, André Luis Ramalho. **Divisão intraurbana das metrópoles:** revendo discursos sobre a periferia paulistana. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho à Sônia, minha mãe, incansável batalhadora. À Priscila, minha irmã, por seu apoio incondicional. À Beatriz e Ana Clara, minhas sobrinhas, sorrisos e possibilidades que se reapresentam.

AGRADECIMENTOS

À periferia.

Rael tentou se encontrar em Deus, mas pensou no que seria o céu...
teria periferia lá? E Deus? Seria da mansão dos patrões ou viveria na senzala?
Ele entendeu que tá tudo errado, a porra toda tá errada, o céu que mostram é elitizado,
o Deus onipotente e cruel que eles escondem matou milhões;
tá na *Bíblia*, tá lá, pensava Rael, mas apresentam Jesus como sendo um cara loiro.
Que porra é essa, que padrão é esse? Rael chegou a conclusão mais óbvia:
aqui é o inferno, onde pagamos e estamos pagando,
aqui é o inferno de algum outro lugar e desde o quilombo a gente paga,
nada mudou.

(FERRÉZ, 2000)

RESUMO

FRANCISCO, André Luis Ramalho. **Divisão intraurbana das metrópoles:** revendo discursos sobre a periferia paulistana. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho, acerca de como a produção acadêmica problematizou a periferia paulistana, tem por objetivo fazer a revisão crítica das categorias de análise, e os autores inseridos nesse debate, através do questionamento das proposições teóricas e suas conceituações sobre os espaços entendidos enquanto periferias urbanas da metrópole. Ao analisarmos, na formação deste fenômeno, a validade da retomada de ideias segundo as quais a periferia pode ser vista enquanto uma realidade marginal, possível de ser integrada à cidade, esperamos colaborar nos questionamentos sobre o pensamento do urbano em geral e da periferia paulistana em particular. Discutiremos a questão da segregação e da marginalidade urbana, a função exercida pela autoconstrução no processo de acumulação capitalista que se verificou no Brasil, a articulação entre os diversos personagens dos movimentos sociais urbanos e o processo de inclusão das populações e dos espaços entendidos como periferias urbanas.

Palavras-chave: Periferia. Segregação espacial. Movimentos sociais urbanos. Autoconstrução. Inclusão negativa.

ABSTRACT

FRANCISCO, André Luis Ramalho. **Divisão intraurbana das metrópoles:** revendo discursos sobre a periferia paulistana. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This research questions the academic studies about the São Paulo's periphery. Aims to construct a critical review of the categories of analysis and the authors included on its debate. We question the theoretical propositions and their spaces conceptions of Metropolis. We have analyzed the validity of the resumption of the ideas that consider the periphery as a marginal fact, possible to be integrated into the city. We hope to collaborate on questions about the urban thinking in general and of the periphery of São Paulo in particular. We will discuss the issue of segregation and urban marginality, the function performed by the self-construction in the process of capitalist accumulation that occurred in Brazil, the articulation between the several characters of the urban social movements and the inclusion process of people and spaces understood as urban peripheries.

Keywords: Periphery. Spatial segregation. Urban social movements. Self-construction. Negative inclusion.

RESUMEN

FRANCISCO, André Luis Ramalho. **Divisão intraurbana das metrópoles**: revendo discursos sobre a periferia paulistana. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta investigación cuestiona los estudios académicos realizados sobre la periferia de São Paulo. Tiene cómo objetivo la revisión de las categorías y enfoques que sobre la periferia realizan algunos autores sobre la periferia paulistana. Cuestionamos las proposiciones teóricas y sus conceptualizaciones de los espacios de la metrópole. Revisamos de la validez de la reanudación de las ideas que consideran la periferia como un hecho marginal, posibles de ser integrado en la ciudad. Esperamos colaborar en preguntas sobre el pensamiento urbano en general y de la periferia de São Paulo en particular. Vamos a discutir la cuestión de la segregación y la marginalidad urbana, la función realizada por la auto-construcción en el proceso de acumulación capitalista que se llevó a cabo en Brasil, la articulación entre los diversos personajes de los movimientos sociales urbanos y el proceso de inclusión de las personas y los espacios entendidos como periferias urbanas.

Palabras clave: Periferia. Segregación espacial. Movimientos sociales urbanos. Auto-construcción. Inclusión negativo

Sumário

INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO 1 - A VERDADEIRA NATUREZA OU A NATUREZA DA VERDADE: DISCUSSÕES ESPAÇO-TEMPORAIS	14
1.1 - A GEOGRAFIA E ALGUMAS RESSIGNIFICAÇÕES DO ESPAÇO	18
1.2 - FORMAS DE VALORIZAÇÃO E SEU NEGATIVO: A TENDÊNCIA DE QUEDA	24
1.3 - LIMITES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: A SUBSUNÇÃO À LÓGICA CAPITALISTA.....	33
1.4 - MODERNIZAÇÃO ILUSÓRIA CUJO SENTIDO MODERNO JÁ ESTÁ POSTO.....	39
1.5 - “MODELOS” DE PLANEJAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	49
SEÇÃO 2 – CONSTRUÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA NOÇÃO DE PERIFERIA: OS FUNDAMENTOS DE UM DEBATE	52
2.1– SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E A CRÍTICA À ESCOLA DE CHICAGO.....	52
2.2 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA ARQUITETURA E URBANISMO: PONDERAÇÕES	55
2.3 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA GEOGRAFIA LEFEBVRIANA: ALGUNS APONTAMENTOS	59
2.4 - CRÍTICA DO VALOR E CRISE DO TRABALHO	63
SEÇÃO 3 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS SOCIAIS	67
3.2 - A (RE)PRODUÇÃO DA PERIFERIA: SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO ESPAÇO URBANO.....	71
3.3 - A LUTA PELA INCLUSÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	81
3.4 - A RELAÇÃO ENTRE A VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A PROPRIEDADE PRIVADA DO SOLO: O PAPEL DO ESTADO NO ÂMBITO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA	89
3.5 - AUTOCONSTRUÇÃO: POSSIBILIDADE AUTONOMIZADA	96
3.6 - DO ESTADO PROVEDOR AO ESTADO NEOLIBERAL: A CRISE SE APRESENTA ENQUANTO INCLUSÃO NEGATIVA E ACESSO AO CRÉDITO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
BIBLIOGRAFIA	118

INTRODUÇÃO

Entendemos a importância de uma revisão crítica das categorias de análise ao considerarmos como a produção acadêmica problematizou a periferia paulistana. Para isso, iremos analisar as obras, entre os anos de 2000 e 2014, que tiveram a periferia paulistana como recorte espacial à luz do pensamento dos autores anteriores (entre os anos 1970 e 1980¹). Frequentemente, as construções teóricas são baseadas no capital produtivo, na centralidade da luta de classes e na positivação do trabalho. Uma das fundamentações desse pensamento era a dicotomia centro-periferia, segundo o qual teria havido, especialmente na região metropolitana de São Paulo, certa continuidade entre segregação espacial e de direitos, de modo que morar na periferia e ser da periferia tornou-se, concomitantemente, ao menos para uma parte dessa população, ausência do Estado e de equipamentos urbanos. A periferia era vista como território homogêneo e de extrema pobreza. Podemos entender essas explicações como macroestruturais em sua maioria, baseadas em um marxismo estruturalista e na qual a cidade está subsumida ao processo de reprodução da força de trabalho. Buscamos localizar essas tendências metodológicas e, com isso, aprofundar, quando possível, alguns de seus instrumentos de compreensão.

A questão central do nosso estudo é: as pesquisas que tiveram por objeto de estudo a periferia paulistana respondem à complexidade existente nesses espaços atualmente? Na busca do entendimento colocado pela questão central será necessário repensar vários temas, entre os quais definir o sujeito do processo e como o capital produtivo, a centralidade da luta de classes e a ontologização do trabalho foram entendidos pelas construções teóricas. Outro ponto que entendemos fundamental é pensar se essa periferia não estaria diante de uma profunda alteração de natureza, de conteúdos e sentidos.

Escolhemos como fonte de pesquisa, prioritariamente, as teses e as dissertações defendidas na Universidade de São Paulo entre os anos de 2000 e 2014. Entendemos que tal escolha se justifica pela centralidade que tal instituição representa na produção acadêmica nacional e pelo papel histórico que desempenhou na interpretação das periferias urbanas do Brasil e da América Latina. Embora universidades como a UFRJ ou UFPE, entre outras,

¹ Segundo Tanaka (2006), a construção social da noção de periferia retoma processos presentes desde o final do século XIX, que se consolidam a partir de 1930, num momento de aceleração da urbanização vinculada ao crescimento e de consolidação de uma economia industrial, determinante para o crescimento da cidade que, ordenado por um padrão horizontal, realizou-se à margem dos processos legais com grande intensidade nas décadas de 1950 e 1960. Esses espaços somente ganharam atenção no debate acadêmico a partir de 1970, tendo São Paulo - maior expressão urbana nacional - como seu objeto.

também possuam importantes pesquisas sobre o tema da periferia, não encontramos trabalhos que tratam da periferia paulistana, nosso objeto de estudo. A partir de nossa pesquisa, identificamos diferentes formas de pensar a periferia paulistana. Para fundamentar nossa reflexão escolhemos os trabalhos que entendemos ilustrativos da pluralidade temática encontrada. Nossa intenção não foi elaborar um sistema classificatório de autores, sejam os representantes do período retratado ou os considerados consagrados (1970/1980), nem mesmo tratar das obras em si, mas pensar como o tema da periferia é abordado. No entanto, reconhecemos que essa seleção, por si só, aponta os elementos que iremos valorizar em nossa análise. Tal opção nos oferece limites e possibilidades, com as quais tentaremos operar.

Os temas tratados são muito ricos e, seguramente, possibilitariam reflexões independentes e mais aprofundadas. Nossa escolha por esse modelo de apresentação deve-se ao fato dessa dissertação representar um primeiro momento de uma proposta de investigação em curso. Ao darmos esse movimento ao texto, buscamos mostrar ao leitor as bases com as quais entendemos ser mais pertinente pensar a periferia e seus desdobramentos hoje. Entendemos que tomar a periferia em sentido amplo se faz necessário, o que inclui muitas análises que deram centralidade aos modelos de desenvolvimento econômicos adotados no Brasil na segunda metade do século XX, aos processos de segregação espacial, da autoconstrução, dos discursos construídos pelos diversos sujeitos sociais na luta pela inclusão e dos desdobramentos da adoção das políticas econômicas neoliberais na década de 1990. A opção por esses temas deve-se ao fato de estar reunido no campo de entendimento do conceito de periferia, o que, por sua vez, permite uma reflexão mais ampla sem perder as especificidades encontradas na periferia paulistana.

Seção 1 - A VERDADEIRA NATUREZA OU A NATUREZA DA VERDADE: DISCUSSÕES ESPAÇO-TEMPORAIS

Para pensarmos a periferia - o que inclui fazer um esforço epistemológico e histórico - entendemos ser necessário uma discussão de teoria e método, através da qual as Ciências Sociais, de modo geral, e a Geografia (Urbana), de modo particular, se inserem numa teoria social crítica. Entendemos ser importante se aprofundar filosoficamente porque, as vezes, nós mantemos bases filosóficas que não coincidem com a nossa crítica à economia política do espaço. Desse modo, acessar o fundamento filosófico e refazê-lo (quando possível) torna-se necessário. Essa busca por um percurso de método visa localizar um movimento dialético de pensamento². Para tal, selecionamos algumas obras e autores que entendemos nos permitir um movimento do pensamento geográfico, o que, por sua vez, possibilitaria desvendar uma narrativa que envolva a *práxis* social e urbana.

Nossa busca pelos conteúdos do processo de urbanização – presentes desde 1950 e denunciados a partir de 1970 – visa pensar uma atualização conceitual da teoria social crítica, através do diálogo da Geografia – um fragmento do conhecimento – com outros campos do entendimento, pertencentes à totalidade social. Entendemos que pensar a formação da sociedade moderna, sua universalidade, passa pela discussão espaço-temporal e tem como fundamento econômico certas práticas espaciais – ou sua negação – sendo que estas, por vezes, se resolvem na violência da produção do vazio.

Buscamos um pensamento que problematiza, desconfia de uma estabilidade aparente defendida por algumas leituras, daremos destaque ao movimento e ao processo. Diante da necessidade científica e prática da separação – preconizada como fundamento de uma ciência que se pretende moderna – propomo-nos, apesar da dificuldade do intradisciplinar, o caminho da superação das ciências em particular, postas como núcleo duro do conhecimento. Para Lefebvre (2002), as ciências tenderiam à unidade, através de um movimento interno, pois não há separações rígidas entre elas, mas, tão somente, linhas de demarcações flexíveis.

Para Kant a consciência humana – construto cuja identidade é formada a partir do estabelecimento das relações – é um fator determinante para que o observador, através de mecanismos mentais, perceba o mundo, construa-o, com base nas impressões sensoriais. Tendo por pressuposto que o sentido da história é ideal, o autor, enquanto um pensador do entendimento, não separou o sensível do metafísico. Ao admitir que a materialidade do

² Cf. Damiani (2008)

empírico é incognoscível³, Kant entende que só é possível de se chegar na verdade do sujeito, jamais do real. Para o autor, o conhecimento do mundo começa pelo sensível, mas não o princípio, pois este é transcendental.

Desse modo, o universal de Kant é a razão, por isso entendemos que uma reflexão necessária seria pensar se ao admitirmos esse pressuposto - a razão como universal - essa não representaria uma leitura com sentido positivo, uma vez que a contradição não se faz presente. Podemos entender que se o universo existe, então há um começo. Para Hegel, a condição da crítica é pensar o mundo a partir da relação sujeito objeto, pois é moderno perguntar pelo começo das coisas, entendendo que o princípio antecede o começo. O autor se opõe à Kant, cujo entendimento diz que a sucessão temporal é representada por uma linha avançada ao infinito.

Para Kant o sujeito possui uma razão pura em si. O mundo passa por nós a partir da percepção (sentidos) espaço-temporal, ou seja, o mundo é uma exterioridade ao objeto, tanto o tempo quanto o espaço não podem ser intuídos externamente como algo em nós. Enquanto fenômenos, todas as coisas só existem em nós, não em si mesmas, pois ao representar um corpo não há nada que possa ser atribuído a um objeto em si mesmo, somente o modo como somos afetados por esse objeto, enquanto um fenômeno. O autor entende que chegar a verdade é admitir a impossibilidade de alcançá-la, sendo que o problema da Física não é a Física em si, mas a metafísica.

Enquanto para Kant fazer a crítica é negar a positividade da Natureza em si, a Física de Newton personifica a Natureza como coisas em si. Segundo Kant, sem conhecimentos *a priori* não se “experencializa” o mundo e a razão, por ser inata, é Natureza. Como a Natureza é a forma lógica em si, para o autor, o entendimento é, absolutamente, categorial. Entendemos que a forma positiva de pensamento é Natureza, a positividade ocorre quando não há relação de necessidade.

De acordo com Newton, a Física se basearia em princípios matemáticos abstratos. Entendemos com Hegel que estes princípios, por sua vez, não resolvem todas as questões, pois, para a Matemática, os números são somente quantidade, abstrai-se a qualidade. Para Marx, a qualidade do capital é a-qualitativamente, pois é pura quantidade. A verdade Física está fora do sujeito, apesar de suas bases. A nulidade da exterioridade da matéria, enquanto

³ “[...] os objetos em si de modo algum nos são conhecidos e que os por nós denominados objetos externos não passam de meras representações da nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço e cujo verdadeiro *correlatum* contudo, isto é, a coisa em si mesma, não é nem pode ser conhecida com a mesma e pela qual também jamais se pergunta na experiência.” (KANT, 1980, p.44)

ser em si, é explicitada com a gravidade, por sua falta de independência (da matéria), da sua contradição⁴. A Física newtoniana entende que a força é a causa de tudo, mas esta força não existe segundo Hegel.

Entendemos que a medida é que dá a verdade das coisas⁵, diferentemente de Newton, para quem a Física coincide com a verdade do mundo, uma vez que - a verdade das coisas - está na possibilidade de suas aferições, de medidas perceptivas. Posição também defendida por Minkowski. Do ponto de vista lógico, Einstein não superou Newton, há uma relação positiva; pois Einstein também personificava o fetiche da ciência como verdade positiva do mundo. A Física é uma forma de consciência do indivíduo socializado pelo (sob o) capital, ou seja, uma consciência que uma forma de ciência personifica. Para entender a Física – tendo por pressuposto a dialética materialista - é preciso pensar sua constituição, não é uma questão de aferições. A identidade está na relação sujeito objeto.

Para Newton, o espaço (posição) é a imobilidade, enquanto o tempo é duração. O lugar é, matematicamente, uma parte do espaço absoluto. Já para Minkowski, a separação espaço/tempo foi superada pela Teoria da Relatividade, ou seja, as formas espaciais de um fenômeno são múltiplas, pois tem diferentes origens. Há tantos lugares quantos tempos possíveis no espaço, como pontos de origem. Origem entendida como quanto tempo você tem em relação. Nesse mesmo sentido, Hegel entende que a infinitude da Matemática não chega ao fim. O princípio de onde se parte é, no limite, onde se chega. Para Hegel, o lugar - que existe como este ou aquele lugar determinado – é, portanto, exterior e a negação de si, um outro lugar. O lugar – enquanto a espacialidade do tempo, e esta posta como temporal – é o movimento. O devenir dessa contradição, sua unidade idêntica do espaço e do tempo, é a matéria. Essa passagem da abstração ao ser concreto determinado é incompreensível ao intelecto; devemos, portanto, considerar as coisas materiais como indiferentes ao espaço e ao tempo, assim como, essencialmente espaciais e temporais.

Segundo Hegel, o fim do sujeito é o meio, ou seja, é o movimento de negação do sujeito. Tudo que está na forma positiva é Natureza, sendo que esta não é uma categoria de análise e sim uma negatividade necessária do social; não há dialética natural, há somente dialética da Natureza. Diferentemente da ontologia que pressupõe a Natureza como uma

⁴ Cf. HEGEL (1936)

⁵ “O espaço é pura quantidade; apenas, não é quantidade como determinação lógica, mas sim como determinação imediata e exterior. – A natureza portanto começa, não como qualitativo, mas como quantitativo, porque a sua determinação não é, como ser lógico, a primeira abstração e o imediato, mas é essencialmente o mediato em si, o ser que existe exteriormente e é outro.” (HEGEL, 1936, p. 240)

categoria social⁶, o autor entende que a Natureza é uma forma de consciência a ser negada, pois a existência é uma forma de consciência a partir da relação sujeito objeto, o “em si” existe como negação - Kant está no Hegel negado. Para Hegel, a pura exterioridade do ser não se subsiste, pois já é uma relação sujeito objeto.

Concordamos com Hegel em sua oposição à Kant - quanto a sua definição de linha reta - que entende ser possível proposições sintéticas a priori, caso tempo e espaço sejam tomados concomitantemente. Hegel entende que toda definição é um juízo sintético (independente da experiência), pois a linha reta trata-se somente da intuição ou da representação e a determinação – aqui a linha reta aparece reduzida, somente como direção - constitua o conceito. O autor entende que o conceito não estar já na intuição é o que garante a exigência de uma definição⁷

Para Hegel, o princípio da contradição precede o tempo, uma vez que, a contradição só existe enquanto intemporal e independe do sujeito. O autor critica Kant, por este ter visto o tempo somente como sucessão e não como simultaneidade⁸. Hegel entende que o tempo não evita a simultaneidade e que o espaço é a negação do tempo, além de só permitir pensar o externo. Nesses termos, na dialética não há exterioridade, a matéria é a exterioridade da relação identitária da relação espaço/tempo e a contradição identifica o ser⁹. Por conseguinte, o lugar – enquanto individualidade espacial – é a passagem do espaço para o tempo.

Pode-se depreender a partir do exposto, que a dialética, nos termos propostos por Hegel, deve, necessariamente, negar a Natureza, ou não é dialética. Com isso, não há oposição entre um Hegel dialético e um Marx materialista, já que, para Marx, a Natureza é uma forma “puramente social”, uma categoria do dinheiro e só o dinheiro constitui a consciência da Natureza. Segundo o autor, a crítica, para ser materialista, deve estabelecer-se a partir da contradição com o metafísico. Cabe destacar que a dialética não pode ser vista, simplesmente, como a superação da forma positiva de consciência, pois estaríamos diante de uma contradição nos próprios termos. Ao alcançar uma razão pura, positiva, esta seria a

⁶ “A natureza é uma categoria social. Em outras palavras, aquilo que, num determinado estágio do desenvolvimento social, é considerado natureza, o modo como é constituída a relação dessa natureza com o homem e a forma sob a qual ocorre o confronto desta com aquela, ou seja, o que a natureza deve significar quanto à sua forma e ao seu conteúdo, à sua extensão e à sua objetividade, é sempre condicionado socialmente.” (LUCÁKS, 2013, p. 53)

⁷ Cf. Hegel (1983)

⁸ “Ele possui uma única dimensão: diversos tempos não são simultâneos, mas sucessivos [...] Tempos diferentes são apenas partes precisamente do mesmo tempo.” (KANT, 1980, p. 44)

⁹ “O tempo é o ser que, enquanto é, não é, e, enquanto não é, é; o devenir intuído; o que quer dizer as diferenças simplesmente momentâneas ou se negam imediatamente, ou são determinadas como diferenças extrínsecas, isto é, externas a si mesmas.” (HEGEL, 1936, p. 243)

afirmação de uma história iluminada, da materialidade, enfim de uma dialética de si mesma e não sua negação.

Segundo Damiani (2008), o fundamento da prática sócioespacial é a relação entre o homem e a natureza e entre os homens, sendo assim, a natureza – natureza natural ou natureza produzida (humana) – é essencialmente social. Essa natureza – produto da história humana – possui, internamente, tanto um processo de objetivação do homem quanto um processo de subjetivação e tem, como desdobramento, um estranhamento e apropriação individual e social. Desse modo, a exterioridade da natureza em relação ao homem pode ser pensada, unicamente, como produto da relação de um processo histórico contraditório – humanização da natureza e naturalização do homem - portanto, essa exterioridade não é inerente ou um universal em si.

1.1 - A geografia e algumas ressignificações do espaço

Para Santos (2004), com a substituição do espaço real por um espaço ideológico “falsas teorias substantivas e de planificação” foram constituídas. O autor não concorda com o argumento de que a Geografia definida por seu método de análise mais do que pelo seu objeto específico seria a solução. Uma série de estruturas ou instâncias sociais – com suas especificidades - forma a totalidade social e são, em si, totalidades. Subespaços são, apenas, áreas funcionais dependentes dos processos, que por sua vez, representam a escala real. Segundo o autor, o espaço – instância beneficiada de autonomia relativa – ao interagir com as demais estruturas sociais e sendo condicionante/condicionado por essas, tem sua funcionalidade determinada pela estrutura da sociedade como um todo.

Desse modo, Santos entende o espaço como um “testemunho”, pois não permite que o desenvolvimento dos processos sociais ocorra independente da história; ou seja, um espaço “quadridimensional”, com o tempo como uma condição imanente. Dá-se, portanto, uma passagem do espaço contingente ou absoluto para um espaço relativo. Os grupos humanos tem a produção do espaço como uma premissa da sua própria sobrevivência, via produção social. O autor, a partir do conceito de rugosidade, entende o tempo enquanto um agente promotor da acumulação de contradições expressas na sociedade e no espaço.

No artigo “Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e Método”, Milton Santos (1977) destaca que uma dada sociedade só existe sob um invólucro histórico determinado, portanto, não há uma sociedade em geral. Enquanto o sistema social aplica-se a qualquer forma de sociedade, o autor entende que a categoria Formação Econômica e Social se refere à especificidade de uma sociedade em seu tempo. Do mesmo modo que os modos de

produção¹⁰ escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço – sendo esse particular e não geral. Com as formas tornando-se realidade *pelo* espaço e *no* tempo.

Segundo Santos (1977), o espaço ao evoluir¹¹ - em seus momentos sucessivos - em função do modo de produção, reproduz-se e influencia a evolução de outras estruturas, no interior da totalidade, e, por conseguinte, torna-se um elemento fundamental dessa totalidade social e de seus movimentos. “O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos.” (SANTOS, 1977, p. 92).

David Harvey em “A Justiça Social e a Cidade” (1980) considera o espaço urbano intrínseco às práticas humanas e sociais, posição que vai de encontro à conceituação de espaço vigente na Física moderna. O autor admite três acepções da natureza do espaço. Na primeira o espaço como absoluto (Newton e Descartes), compreendido como área (Euclides) e de existência autônoma, uma “coisa em si mesma” que permite classificar ou distinguir fenômenos e o cálculo humano sem impedimentos. Na segunda o espaço relativo (Einstein), resultado da relação entre os objetos devido a sua existência enquanto tal e as respectivas relações estabelecidas a partir do ponto de vista do observador; portanto, não há simultaneidade no universo físico e a relação espaço-tempo é inextricável. Na terceira o espaço relacional (Leibniz), a determinação de uma dada espacialidade dos objetos é definida por meio da relação com os outros objetos, já que a existência de cada um está condicionada ao fato de conter e representar a si mesmo nessa relação e com as influências externas internalizadas em processos através do tempo.

Segundo o autor (1980), não há hierarquia entre essas acepções e a variação se dá como desdobramento das práticas humanas, adotar uma ou outra concepção depende da natureza dos fenômenos considerados. O autor reconhece que, muitas vezes, a prática sugere haver algum tipo de hierarquia, mas entende ser mais interessante conservá-los (os espaços) em tensão dialética. Na busca por compreender a cidade, usando como recurso teórico uma filosofia do espaço social, o autor defende tratar-se de um fenômeno que vai além dos limites impostos pelas especializações disciplinares. Em sua obra há a compreensão de uma cidade

¹⁰ “uma forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade”. (SANTOS, 1977, p. 88)

¹¹ “O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. [...] o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura.” (SANTOS, 1977, p. 89 e 90)

articulada a uma forma em conformidade com objetos espaciais e determinados elementos da sociabilidade característicos de certo período.

Seguindo as proposições de Cassirer¹², Harvey com uma compreensão relacional do espaço, questiona o espaço da Física – real e o único possível – por entender a viabilidade da existência de diferentes morfologias espaciais. O autor cita, como exemplo, a teoria de Susanne Langer¹³ sobre o espaço da arte – ilusão criada a partir de formas e cores – para argumentar que não se pode limitar as formas espaciais às suas materialidades, é preciso considerar os seus significados simbólicos, resultado do processo de determinadas normas sociais constituídas a partir das relações existentes. Para entender o espaço social é preciso considerar a experiência concreta representada pela espacialidade da vida social, ir além do espaço absoluto da Física moderna e reconhecer que os fenômenos sociais são resultado da correlação das imaginações geográfica e sociológica.

Contemporâneo de Harvey, Henri Lefebvre também trata da temática do espaço da cidade, de como as dimensões simbólicas da configuração topológica dos objetos espaciais, de sua materialidade, é constituinte, dialeticamente, da concepção e estabelecimento da reprodução das relações sociais. O autor identifica três épocas: rural, industrial e urbana; e entende que ocorre, em escala global, um processo de urbanização completa da sociedade. Há a passagem da lógica industrial – identificada com a racionalidade e o planejamento – para uma concepção de urbano. Enquanto o espaço-tempo agrário era cíclico e o industrial era resultado da imposição da homogeneidade, efetivada pela técnica (e/ou seu discurso), e determinada pela classe hegemônica e pelo Estado, o espaço-tempo urbano conhece e reconhece as diferenças, as concebe e lhes confere significados.

Segundo Lefebvre (1999), esse espaço-tempo *diferencial* existe a partir dos contrastes e oposições de cada lugar e cada momento, vinculados a outros lugares e momentos, identificando-os, distinguindo-os. Posto que o processo de urbanização da sociedade está em curso, mas não foi completado, o autor sugere três níveis de análise para pensar a cidade: o *Global*, ou espaço institucional, onde as estratégias políticas do Estado e das classes dominantes se efetivam; o *Misto*, definido como propriamente urbano, onde se dá a disputa entre a tendência homogeneizante do global e o local, com a heterogeneidade de suas formas de vida; e o *Privado*, nível privilegiado por comportar o habitar que converte-se em central no urbano, pois representa a relação profunda que há entre o ser humano e lugar que habita, não decifrável por códigos, especificamente, racionais.

¹² CASSIRER, E. *An Essay on Man*. New Haven, Connecticut, 1944.

¹³ LANGER, S. *Feeling And Form: a theory of art*. New York, 1953.

Para o autor (1999), com essa passagem do industrial para o urbano, a satisfação das demandas sociais, antes subsumida às exigências homogeneizantes da racionalidade quantitativa da indústria, passa a ser fundante da produção do espaço. Há a retomada da possibilidade do espaço diferencial, no qual as oposições e os contrastes, não são apenas particularidades solitárias, acidentes de um espaço planificado, mas são superpostos, justapostos diante da realidade urbana. A partir desse confronto as diferenças emergem e se instauram no espaço, não como resultado do espaço enquanto tal, mas da maneira segundo a qual essa prática nele se instala. Lefebvre identifica no par contraditório representado pelo habitat/habitar tratar-se da negação da potencialidade e positividade do habitar frente ao outro termo dessa contradição: o habitat. (1991) Esse habitat funcionalizado defendido pelos especialistas expressaria a passividade dos habitantes frente às possibilidades de reflexão do espaço social, preterido em nome de um espaço vazio.

De acordo com Lefebvre (1991), o espaço compreende uma dimensão necessária à reposição dos termos sob os quais esta sociedade reproduz as relações de produção e, ao mesmo tempo, o sentido por ele adquirido na reprodução social é obliterado pelo próprio movimento desse processo. Esse espaço nas mãos dos tecnocratas torna-se um espaço instrumental, objeto das ações pontuais, que objetiva e dissimula as contradições da realidade, numa busca por coerência e coesão cujo sentido seria regular a reprodução social. Estabelece-se uma “sociedade burocrática de consumo dirigido¹⁴”.

Respeitadas as diferenças importantes entre Milton Santos, David Harvey e Henri Lefebvre, podemos identificar que todos, através das respectivas contribuições teóricas, entenderam que existe uma articulação inextricável entre espaço e sociedade, de modo que a compreensão de um passa pela compreensão do outro, dialeticamente. Ao tentarem decifrar como é forjada determinada configuração espacial, os autores buscam desvelar de que maneira os interesses hegemônicos de parte da sociedade produz esse espaço; assim como o papel especial que essa dimensão social tem entre as diversas esferas sociais.

Segundo Kaecke (2014), há duas perspectivas decorrentes dessa compreensão da relação entre totalidade social e produção do espaço. A primeira compreende a produção do espaço como consequência das necessidades industriais na produção de mercadorias ao longo de todo o ciclo produtivo. Ao destacar o movimento da reprodução da totalidade social essa

¹⁴ “(...) o espaço, ao mesmo tempo funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. Pode-se dizer que ele é o meio e o instrumento, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade burocrática de consumo dirigido.” (LEFEBVRE, 1991, p. 46).

perspectiva ressalta a hierarquia entre ela e a instância social. A segunda perspectiva entende essa produção como um momento da reprodução da totalidade social, dirigida a atender os agentes hegemônicos da sociedade (principalmente a indústria), consumidores seletivos de uma determinada configuração espacial. Aqui a ênfase se dá na maneira como a configuração dos objetos constituintes do espaço, a partir das necessidades estratégicas das indústrias, serão os eixos dessa reprodução.

Para a autora, essas leituras não são antagônicas por valorizarem diferentes aspectos. Enquanto uma enfatiza os movimentos da sociedade, a outra destaca o que é próprio do espaço e dos seus objetos. Embora essa diferença se desdobre em particularidades, a centralidade da reprodução social permanece. A principal diferença está na escala utilizada e no papel representado pelos “subespaços”¹⁵ da cidade.

Segundo Carlos (1994), o entendimento do urbano passa por buscar ultrapassar

[...] a ideia de que ele é aglomeração-concentração ou *locus* da produção, entendendo as relações sociais que o produzem além das relações de produção de mercadorias no sentido estrito, o que implica considerar de um lado o urbano como condição geral de realização do processo de reprodução do capital, e de outro, o produto deste processo, como produto de contradições emergentes do conflito entre necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo. (CARLOS, 1994, p. 14-15)

Para a autora (1994), o processo de reprodução espacial ocorre como resultado de uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzida coletivamente para atender os interesses de consumidores privados. Para a autora,

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar, no seu cotidiano, o homem como ser individual e social no seu modo de viver, de agir e de pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo da produção da história, e como os homens produziram e produzem as condições materiais se sua existência. [...] O espaço, considerado como reprodução do indivíduo, produz-se refletindo a contradição entre a produção e a distribuição da riqueza, já que as condições de vida da sociedade urbana estão vinculadas direta ou indiretamente a estas formas; uma relação de poder que extrapola o *locus* de trabalho. (CARLOS, 1994, p. 45)

¹⁵ A autora usa o termo a partir das proposições de Santos: “A totalidade espacial, que é uma dessas estruturas da sociedade, também deve ser tratada em termos de subestrutura (são subestruturas para sociedade como um todo; para a totalidade espacial são simplesmente estruturas). Aqui cabe falar dos lugares e dos subespaços, áreas que na linguagem tradicional dos geógrafos chamam-se mais frequentemente *regiões*. Como acontecer social, aqui enunciado como acontecer geográfico, depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo e um lugar próprio que o define, acrescentando à sua dimensão social original, uma dimensão que é, de uma só vez, temporal e espacial. Lugares e área, regiões ou subespaços são, pois, unicamente áreas funcionais, cuja escala real depende dos processos. (SANTOS, 2004, p. 219) [grifo do autor]

A autora teve como ponto de partida de sua investigação a indústria (de Cotia), contudo esta, ou sua localização, não era o foco central do trabalho, mas apreender o movimento que é inerente ao processo de reprodução do capital. Para isso, se faz necessário superar a noção do espaço como “palco da vida”, como exterior em relação à sociedade. A cidade é entendida enquanto processo e não apenas como extensão da fábrica, e os problemas urbanos são pensados a partir da análise espacial, de sua “espacialidade”, ou seja, da dimensão espacial da realidade social.

O espaço produzido pelo capital, como desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas, aparecerá como *condição, meio e produto*. Embora essa produção seja socializada sua apropriação é individual, há, portanto, a alienação do produto pelo produtor. Para a autora,

[...] é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas. (CARLOS, 1994, p. 33)

Para a autora, o erro de muitos geógrafos foi procurar em Marx o espaço, na tentativa de encontrar uma Geografia. Não se trata de revisitá-lo para responder novas questões - não presentes no século XIX – mas de entender a necessidade de superação como algo imanente ao pensamento de Marx. Mais do que encontrar-se na obra do autor, Carlos entende que o objetivo dos geógrafos devia ser a tentativa de construção de uma nova Geografia tendo por pressuposto as possibilidades abertas pela perspectiva de análise marxista.

Segundo Volochko (2011), no processo capitalista atual há a reprodução das desigualdades em novos patamares. Desse modo, é preciso observar o novo dentro de velhos limites. O autor entende que a produção atual da cidade tem, como um de seus fundamentos centrais, o processo de valorização/desvalorização do espaço. Diante da complexidade representada pela categoria “valor” no capitalismo financeiro, torna-se imprescindível repensar esse termo e outros como: dinheiro, capital fictício e crédito. A relação entre a valorização financeira e os negócios implicados na produção concreta do espaço (metropolitano) foi intensificada a partir da abertura de capital na bolsa de valores das principais incorporadoras do país. Na busca para compreender essa relação, há a necessidade de se localizar as implicações deste processo de urbanização na vida dos habitantes (independente de sua localização espacial).

Damiani (1993) em sua tese busca mudar o eixo de interpretação baseada na relação entre espaço e produção social para a relação entre espaço e reproduções sociais. A autora

aponta que leituras anteriores¹⁶, frequentemente, entendem o econômico, o político e o social como reflexo um do outro a partir da base econômica e tendo a teoria do valor como fundante à concepção de espaço social. Sem defender o social enquanto uma instância em separado, a autora não concorda com a ideia do capitalismo como um sistema ou uma totalidade fechados, para ela o que há é um “esforço no sentido da sistematização – no sentido da coerência e da coesão” (DAMIANI, 1993, p. 10).

Desse modo, o processo produtivo cujo sentido é quantitativo não se explica em si mesmo, pois a totalidade social afeta e é afetada por essa lógica, novas ressignificações se apresentam a partir da prática social,

O espaço, o tempo, o urbano, o cotidiano são colonizados, atingidos, metamorfoseados. Consolidam-se a ideia de espaço homogêneo – sujeito a compra e venda -, fragmentado – funcionalizado – e hierarquizado; a concepção de tempo linear – o do relógio, o do trabalho abstrato, invadindo o vivido - ; a concepção dos tempos cooptados – o tempo livre à televisão, à indústria do turismo, etc. - ; as distâncias alongadas entre o trabalho e a moradia, consumindo o tempo restante, além de toda a burocracia aumentada nos pequenos fatos cotidianos, etc. Recriam-se novos conflitos, novas contradições. (DAMIANI, 1993, p. 11)

Para a autora à noção de produção no sentido estrito é preciso incorporar a produção no sentido lato, a produção da civilização humana. A sociedade não apenas produz novos produtos, mas reproduz relações sociais determinadas, que incluem a subordinação e a dominação. Há, ainda, a violência representada pela produção do vazio, isto é, a negação da realidade das práticas sócioespaciais, desdobramento do fundamento econômico inerente à nossa economia.

1.2 - Formas de valorização e seu negativo: a tendência de queda

A crítica do valor não existe sem crítica do fetichismo. Para Marx, há diferença entre valor e sua forma (valor), o dinheiro é forma do valor em si e a mercadoria aparece como a forma do dinheiro. O fetiche tem que ser o momento da contradição (sucessão e simultaneidade) e a materialidade deveria ser reconhecida como abstração. Se o valor da mercadoria é dado pelo tempo de trabalho¹⁷ e este é uma determinação social temos, como desdobramento lógico, que a objetividade do valor não está na Natureza, na materialidade das

¹⁶ A autora cita Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Seabra e Antonio Carlos Robert de Moraes.

¹⁷ “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho”. (MARX, 1985, p. 48)

coisas, mas aparece somente numa relação social de mercadoria para mercadoria¹⁸, sendo que estas tem, como sua forma comum de valor, a forma dinheiro. O dinheiro – forma natural que fetichiza o valor – troca-se por tudo, mas nem tudo troca-se por dinheiro.

Segundo Volochko (2011), o dinheiro expressa um processo social de abstração objetivado no qual o valor de troca se apresenta enquanto possibilidade de uma equivalência do não equivalente. Desse modo, o dinheiro torna-se fundamental para a realização da relação de valor entre as mercadorias, a base de sustentação desse processo de abstração. Nesse papel de equivalente geral, o dinheiro desempenha a função de medida de valor, meio de circulação e meio de pagamento, sendo que este último, quando tirado de circulação, permite sua acumulação. Enquanto medida de valor – ao estabelecer o padrão de preços – o dinheiro possibilita a expressão de valor das mercadorias. Diante da contradição interna à mercadoria entre valor de uso e valor, com o valor de uso posto como negação do valor, o dinheiro – como meio de circulação – resolveria tal questão.

Quando o dinheiro deixa de ser um meio circulante (M-D-M), para constituir-se num fim em si mesmo (D-M-D'), autonomiza-se da circulação. A absolutização do valor apresenta-se enquanto possibilidade. Sem a necessidade da presença do dinheiro no processo de troca, sua existência social (do dinheiro) fundamenta-se no conteúdo do valor (trabalho) e o crédito apresenta-se com especial destaque nesse processo de autonomização do dinheiro como valor em si e, com isso, o capital financeiro torna-se um potente instrumento de dominação e de acumulação expandida. Para Marx,

[...] a terceira forma do dinheiro como valor autônomo, que se comporta negativamente frente à circulação, é o capital, mas não o capital que novamente passa, como mercadoria, do processo de produção à troca, para converter-se em dinheiro, mas o capital que, sob a forma de valor que se relaciona consigo mesmo, se converte em mercadoria e entra na circulação (capital e juros). (MARX, 2011, p. 596)

Ao analisar os desdobramentos da crise de 1973, os economistas da Escola da Regulação criticavam a Economia baseada em um modelo althusseriano (processo sem sujeito), pois esse não levava em consideração que as contradições da reprodução – enquanto um dos seus momentos e acumuladas ao longo do tempo – daria origem a uma crise, quando a reprodução não consegue mais se desenvolver como antes (KAECKE, 2014). Entendemos que ambas as leituras, respeitadas as diferenças, tem por pressuposto o tempo como sucessão,

¹⁸ “Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor”. (MARX, 1985, p. 60)

o capital como acumulação positiva de mercadorias e as crises como cíclicas. A reprodução capitalista não se dá do modo esquemático althusseriano ou a partir do acúmulo sucessivo de contradições. Marx em *O capital* já entendia a crise como objeto da crítica e não sua solução como um positivo pretendido.

Segundo François Dosse (1994), o desdobramento dos diferentes processos de regulação, derivados do embate entre a lógica da totalidade social e as estratégias utilizadas pelos grupos sociais, se faz presente através da formação social, ou seja, encontra-se nas diferentes sociedades. Milton Santos considera essa premissa ao propor que a Geografia confira centralidade à escala nacional para pensar o espaço via o conceito de formação sócioespacial. O autor busca agregar a dimensão espacial às elaborações da Economia althusseriana, cujo pressuposto defende que a realidade social é estabelecida em meio a uma totalidade.

Entendemos que as leituras que veem o capital como acumulação positiva de mercadorias, como acumulação de valor, não dão a devida atenção ao fato de que simultaneamente ao crescimento da acumulação, ocorre a redução de sua produção de valor, portanto, a simultaneidade da crise apresenta-se como forma identitária da própria acumulação, estritamente social é interna ao valor. Tentar resolver a crise ou mesmo desconsiderá-la foi/é a forma adotada pela economia política - que também pode ser vista como consciência social desenvolvimentista - e não considerar a crise enquanto o objeto da crítica como proposto por Marx em *O Capital*.

Um erro comum da economia política é não ver que há diferença entre dinheiro e sua idealização. O dinheiro não possui determinação quantitativa, apenas qualitativa, pois há duas faces da mesma moeda: determinação física e forma de relação social – a medida social é metafísica. O estabelecimento do padrão preço tem por finalidade medir quantidades de ouro, sendo que, na forma preço, o ouro que circula é ideal, uma forma de naturalização do valor.

O processo de troca não se realiza devido ao dinheiro, pois este apenas medeia a trocabilidade das mercadorias entre si. Entendemos que o dinheiro a crédito, como meio de pagamento, expressa uma compra onde não se realiza a venda; uma forma de mobilizar dinheiro. Mesmo quando da ausência do dinheiro, a efetivação das trocas tem como sua única forma de mediação a consciência monetária. O anseio pelo consumo revela-se independente da ausência de meios suficientes para realizá-lo. A racionalidade imanente à forma monetária do dinheiro está posta, a partir da universalização da forma mercadoria. A economia, sua reprodução, não é determinada por sua materialidade, mas sob a dimensão da consciência que, produzida e reiterada, torna suscetível de assumir a forma equivalente (dinheiro) tudo o que

puder ser alcançado pelo indivíduos, quando da sua privação. O desenvolvimento das forças produtivas representa, entre outras coisas, a capacidade do capital de circular dinheiro, sendo este determinado pelo tempo médio de trabalho.

Para Santos (1977), o modo de produção capitalista realiza-se concretamente em um determinado quadro nacional, portanto, um mesmo modo de produção pode apresentar diferentes concretudes, a partir das várias formações sociais existentes. Ao articular-se num movimento entre as determinações centrais e a realidade objetiva local – com seus objetos ordenados espacialmente e o conjunto de valores e normas de dada sociedade – o autor entende o modo de produção como uma possibilidade de realização, a “possibilidade realizada” só se faria presente considerando a formação social e econômica. Santos aponta que Lênin buscou fazer uma análise concreta, para pensar o capitalismo em uma sociedade específica, a russa; ou seja, através da escala nacional – essa compreendida enquanto uma fração da totalidade – a especificidade concreta, e suas diferentes particularidades, se fazem presentes tendo por pressuposto as determinações gerais do modo de produção capitalista.

Entendemos que não é a forma de consciência que forma a sociedade, é a sociedade que funda a forma de consciência, pois a relação define a identidade e não a identidade que define a relação. Desse modo, diferentemente de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, para nós não é possível haver formas de consciência não-capitalistas em uma sociedade capitalista. A assim chamada periferia do capitalismo¹⁹ expressa a simultaneidade da crise do capitalismo mundial, não há lapso temporal. Industrial é a forma de consciência de todos independente de ser ou não indústria.

Desse ponto de vista, segundo essa linha de pensamento, não era possível ao Brasil – ou qualquer outro país considerado periférico - através de um processo de acumulação primitiva nacional, tornar-se industrializado nos moldes do chamado capitalismo central, pois esta industrialização daria um sentido negativo enquanto forma local de uma industrialização mundial. Um país agrícola e, portanto, periférico, constitui-se como tal a partir das determinações da indústria europeia, como sua negação. O capital nacional (periférico) detém forte caráter fetichista, ou seja, promessa de capital futuro e ilusão de acumulação, sendo que esta ocorre negativamente à acumulação mundial²⁰. Tecer uma crítica

¹⁹ O termo “capitalismo periférico” - usado por alguns autores - consideramos insuficiente, pois permite uma dubiedade, ou seja, a existência de um capitalismo, especificamente, periférico. O capitalismo ou é mundial ou não é capitalismo.

²⁰ “Na prática, o dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, nos países capitalistas desenvolvidos, e a produtividade possível nas regiões atrasadas do mercado mundial.” (KURZ, 1992, p. 172)

ao capitalismo, especificamente, periférico não se subsiste, visto que não é possível fazer uma crítica à periferia – ou ao negativo da acumulação – somente ao capital enquanto tal, portanto uma crítica ao capital.

O capital por excelência está para desenvolver as forças produtivas mais do que qualquer outra coisa, inclusive produzir mais valia. O desenvolvimento das forças produtivas é a forma de consciência necessária, cujo sentido é alcançar menor tempo de rotação e maior tempo de produção²¹. O capital fixo ou circulante não é determinado por sua materialidade, mas pelo papel que exerce na reprodução das relações sociais. Há uma dupla função no aumento da massa de meios de produção no cerne do processo produtivo. O aumento de matérias primas se apresenta enquanto consequência da produtividade crescente do trabalho, ao passo que a curva ascendente de meios de produção seria uma condição do processo. O aumento da produtividade do trabalho representa, simultaneamente, o aumento do volume dos meios de produção utilizados e o decréscimo do valor dos trabalhadores em relação ao volume produzido²².

Temos que o fundamento da reprodução ampliada do capital implica na condição imanente da crise, pois nega o próprio movimento de exploração do trabalho. O desenvolvimento capitalista – desdobramento da concorrência de capitais – tem como condição níveis crescente de concentração de capital para que haja a manutenção e ampliação dos capitais individuais. Há, portanto, o aumento da composição orgânica do capital no processo de reprodução do capital global. Marx aponta que essa centralização dos capitais ao mesmo tempo em que permite – enquanto possibilidade – a expansão da escala de produção, o faz à custa da parte variável, ou seja, da redução da demanda relativa de trabalho²³.

²¹ “No entanto, como vimos que o valor global criado pelo capital (valor reproduzido, bem como valor novo criado), valor que é realizado na circulação enquanto tal, é determinado exclusivamente pelo processo de produção, então a soma dos valores que podem ser criados em um tempo determinado depende do número de repetições do processo de produção nesse período. A repetição do processo de produção, entretanto, é determinada pelo tempo de circulação, que é igual à velocidade da circulação. Quanto mais rápida a circulação, quanto menor o tempo de circulação, maior a frequência com que o mesmo capital pode repetir o processo de produção. Consequentemente, em um determinado ciclo de rotações do capital, a soma dos valores por ele criados (incluindo, portanto, os maisvalores, pois o capital sempre põe trabalho necessário como trabalho necessário para o trabalho excedente) é diretamente proporcional ao tempo de trabalho e inversamente proporcional ao tempo de circulação.” (MARX, 2011, p. 839)

²² “[...] condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus valores objetivos.” (MARX, 1985, p. 194, Vol. II)

²³ “A contínua retransformação de mais valia em capital apresenta-se com a grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais

A compra de equipamentos e tecnologia acumulada, característica do processo de industrialização brasileira, representou a queima de etapas da acumulação – e a consequente redução do circuito de realização interna do capital – segundo alguns autores. Sendo a mais importante a redução da pressão – devido ao possível aumento do custo da força de trabalho – para incutir as transformações tecnológicas, cujo sentido seria a economia de trabalho. Houve a criação de empregos a partir do crescimento industrial, mas a celeridade desse crescimento também denotou um distanciamento exponencial e irrecuperável entre os rendimentos do capital em relação aos destinados à força de trabalho.

Messias (2012) destaca a pertinência dos elementos observados por Oliveira, mas aponta que,

A despeito disso, nosso posicionamento, como mencionado no início do texto, assume uma condição heterodoxa, inclusive, por partir de outra perspectiva a respeito desse processo sobre o qual Oliveira centrou seus esforços. E esta ruptura com seu raciocínio ocorre sobre dois aspectos centrais. O primeiro consiste em uma dimensão importante do processo de acumulação urbano-industrial, pois, mesmo que assentado sob uma forma específica de trabalho, no qual há um aumento exponencial de mais-valia relativa, o compreendemos no interior da lógica do capital que tende a poupar trabalho e, logo, produzir uma superpopulação relativa em patamares que devem servir como sendo o próprio sentido contido na reprodução do capital diante a produtividade que o mesmo engendrou. O segundo refere-se à expansão do emprego com a ampliação do circuito de realização interna do capital, pois mesmo com a possibilidade de um acréscimo pela demanda de trabalho pela via da expansão dos mercados, isso não retiraria a contradição que lhe fundamenta. (MESSIAS, 2012, p. 126).

Entendemos que faltou ao autor discutir como se deu essa passagem de uma lógica capitalista que tende à poupar trabalho para o momento de expansão do emprego quando da realização interna do capital. Para o autor (2012), a expansão do capital industrial, que ocorre do século XIX até o terceiro quartel do século XX, tem, como uma das bases pelas quais há a efetivação da reprodução do capital, o surgimento de uma população excedente. A ideia dessa “margem de segurança”, no entanto, deve ser superada, pois não se refere à produção de uma parcela que tenderia, eventualmente, a ser explorada pela expansão capitalista. Mas, ao invés disso, refere-se à indivíduos que para a reprodução de si – enquanto “sujeitos monetários sem dinheiro” – buscarão viabilidade nos meandros possíveis da circulação da forma monetária de capital.

valia. (...) A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador.” (MARX, 1985, p. 195 e 198).

Ao rever como se deu os debates do pós-guerra sobre a noção da marginalidade e suas especificidades na América Latina, Santos (2017) aponta o trabalho de Num (1969) e sua crítica à relação automática que se estabelece entre “superpopulação relativa” e “exército de reserva”. Num faz uso do termo “massa marginal” para designar a parte da superpopulação relativa que perdeu sua funcionalidade em termos da própria acumulação capitalista. Desse modo, essa massa marginal se diferenciaria do exército industrial de reserva, pois embora também seja um elemento subordinado à categoria de superpopulação relativa, não possui funcionalidade ao se considerar como ocorreu a implantação da acumulação capitalista nessa parte do continente. Essa fração, portanto, representaria um excedente inútil para os fins da acumulação. Para Pereira (1971), a análise global do mercado dos fatores de produção permite observar que, sob condições periféricas, esse mercado produz uma mão de obra superabundante, se estabelece um padrão de socialização capitalista, claramente, com viés excludente. Embora o autor (1971) tenha estabelecido importantes nexos em sua análise social, esta ficou restrita às definições das categorias econômicas, não englobou outras dimensões, tais como: os direitos civis, acesso aos serviços etc.

A respeito da crítica proposta por Num, Cardoso (1971) entende não ser possível fazer a dissociação entre os conceitos de superpopulação relativa e exército de reserva, além de considerar o instrumental teórico utilizado insuficiente, comprovado pela necessidade de “enxertos” não presentes na teoria e método utilizado por Marx. Cardoso aponta que Marx,

[...] via as relações entre acumulação e superpopulação de um ângulo dialético, isto é, como contradição, e não se preocupava com as funções da superpopulação.

[...] [segundo a crítica] metodologicamente, o conceito de ‘massa marginal’ não se insere no mesmo universo de discurso do conceito de exército de reserva: refere-se a uma teoria da funcionalidade das populações com respeito aos sistemas de produção e não à teoria da acumulação. Assume, além disso, no plano epistemológico, a conotação de um conceito heurístico e operacional e não a de uma contradição necessária. (CARDOSO, 1971, p. 120 e 128). [grifo do autor].

Segundo Santos (2017), há a reabilitação, dialeticamente, da oposição entre o moderno e o atraso a partir de trabalhos como o de Schwarz. Mesmo quando de forma não declarada – como no livro organizado por Castells – Milton Santos já apresenta elementos que reforçam a crítica ao pensamento dualista ao analisar as relações existentes entre os dois circuitos da economia urbana presentes nos países subdesenvolvidos. Desse modo, Santos (2017) entende que Milton Santos (1973) se distancia de Castells (1973) e acrescenta que,

[...] a própria noção de marginalidade como sinônimo de exclusão e excrescência das atividades propriamente urbanas da economia, tal como

empregada com alguma frequência no âmbito do estruturalismo funcionalista, é desfeita. Essa observação ganha força frente à análise que posiciona a controvertida marginalidade como um elemento ativo e crucial na economia que rege a urbanização dos países subdesenvolvidos. Milton Santos inclui, assim, integralmente a marginalidade urbana no marco analítico do processo de urbanização. (SANTOS, 2017, p. 626).

A presença de um exército industrial de reserva, posto infinitamente à acumulação, já possui elementos para sua superação na obra de Marx. A capacidade de pôr em movimento um *quantum* de trabalho cada vez maior fazendo uso de um mesmo dispêndio de capital variável é uma tendência inerente à própria reprodução dos capitais. Desse modo, o acréscimo de capital variável converte-se em índice de mais trabalho, mas isso não significa de mais trabalhadores ocupados. Há, por parte do capital, a elevação da oferta de trabalho mais rapidamente do que sua demanda por trabalhadores. Essa população trabalhadora excedente, entre outras coisas, tem o papel de exercer pressão sobre a parcela que efetivamente trabalha, obrigando-a ao sobretrabalho e, assim, converte-se em um meio de enriquecimento do capitalista individual²⁴.

Ao pensar sobre o papel da população trabalhadora no processo de reprodução do capital, Damiani entende que,

Poderíamos sintetizar o argumento dizendo que o processo do capital implica num aumento da composição orgânica do capital: à população trabalhadora potencial e excedente, cada vez menos, é assegurada uma inserção produtiva, apesar da ampliação extensiva do processo do capital. O trabalho apresenta-se como puramente negativo; pura negatividade: o trabalho como miséria absoluta. (...) Quando o trabalho não chega a constituir sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito. A ideia é a da acumulação primitiva, sempre renovada, no interior do processo do capital, da qual não deriva, necessariamente, o trabalho como atividade produtiva. Nessa medida, a cisão e a passagem do proletário à condição de operário é problematizada. (DAMIANI, 2008, p. 229).

A nosso ver, o desenvolvimento das forças produtivas tem como condição imanente a determinação crítica pela qual se dá a reprodução do capital. Para Alfredo,

Com os investimentos postos no desenvolvimento das forças produtivas, a contradição entre capital fixo e circulante (fluído) desencadeia a necessidade de a sociedade como um todo se pôr como excessivamente consumidora,

²⁴ O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1985, p. 203).

pois a redução relativa da massa de mais valia produzida carece passar o valor do capital fixo num volume cada vez maior de produção de mercadorias, forma única, mas impossível, de o capital valorizar o valor posto como máquina e bens de produção (capital fixo). Desta maneira, quanto maior a proporção de capital fixo na sociedade da Grande Indústria, tanto maior a necessidade de matérias primas (capital fluído) para passar este valor do fixo nas mercadorias que lhe retornarão o valor investido. Diante desta exacerbação quantitativa, a sociedade capitalista deixa de se determinar pela produção para se produzir pelo consumo.(ALFREDO, 2010, p. 45).

Para o autor (2010), o par contraditório produtividade/improdutividade se coloca como a própria identidade do sentido posto pelo capital decorrente do desenvolvimento das forças produtivas. Esse capital quanto mais produtivo é, menos capaz é de produzir valor. Se desenvolver as forças produtivas é seu sentido, sua condição produtiva tem, como sua forma de ser, a improdutividade.

Pensar a periferia a partir da superexploração do trabalho seria desconsiderar as características imanentes ao processo de modernização brasileira? Para Messias,

Nota-se, portanto, que estes espaços intitulados periferias nos dias atuais não se definem como bairros-dormitório nos termos em que foram compreendidos a partir da superexploração do trabalho. Embora ainda não possamos afirmar em que medida o momento de formação desta periferia paulistana remeta diretamente ao trabalho produtivo, é fato que, na atualidade, a periferia revela as bases pelas quais o processo de modernização brasileira, presentes na metrópole de maior magnitude econômica, se efetiva e não deixa de mostrar as suas críticas bases. (MESSIAS, 2012, p. 129).

Nossa modernização (periférica), e os processos a ela imanentes, permite desvelar as contradições sociais fundamentais, além das determinações objetivas decorrentes de uma crise dos fundamentos sob os quais nossa sociedade se assenta.

A redução da produção de valor é constituinte do capital, com o trabalho posto ao lado do processo produtivo, devido ao desenvolvimento das forças produtivas. A expansão do capital como algo meramente acumulativo, independe da sua produção crítica. Estar expandindo é desdobramento da capacidade de acumular, se trata de um processo simultâneo. O sentido do capitalismo é o de um crescimento contraditório, segundo o qual há o crescimento progressivo e, simultaneamente, há a queda tendencial da taxa de lucro.

Entendemos ser importante nos determos, mais pormenorizadamente, no contexto histórico sob o qual ocorreu nosso processo de modernização e o papel da força de trabalho. Essa busca, no entanto, deve-se atentar para o sentido da reprodução do capital e suas especificidades na chamada periferia do capitalismo. Outro ponto, refere-se à de que maneira

a urbanização insere novas questões nesse processo. A oferta de bens de consumo coletivo explicitaria as contradições imanentes à esse processo? Quais questões tornam-se essenciais no contexto da reprodução da força de trabalho na metrópole paulistana? A amplitude alcançada pela reprodução social capitalista escapa às disputas no interior do Estado? Para Oliveira,

Se a cidade foi o espaço por excelência do conflito de classes entre burguesia e proletariado, a urbanização da economia e da sociedade amplia esse espaço; se essa urbanização tem no Estado capturado pela burguesia internacional-associada seu principal agente e simultaneamente seu principal obstáculo, esse espaço não apenas se amplia: se redefine para colocar no centro da contradição o próprio Estado. (OLIVEIRA, 1977, p. 75).

Nossa intenção – diante dos limites e possibilidades imanentes ao percurso proposto por nosso estudo – é problematizar o posicionamento de autores como Oliveira e, com isso, reconhecer as determinações da reprodução crítica do capital na esfera da reprodução social. Para Lefebvre (1991), a expansão capitalista engloba todos os momentos da vida social, ou seja, não se restringe à esfera produtiva capitalista ou às contradições intrínsecas ao Estado.

1.3 - Limites da acumulação do capital: a subsunção à lógica capitalista

No início do século XX há um embate sobre os limites do processo de acumulação do capital, de seu desenvolvimento. Podemos destacar como seus principais expoentes Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin. Para Luxemburgo (1985), elementos exteriores à lógica interna do capital são constituintes do processo de acumulação capitalista, pois o capital, ao tentar resolver suas crises de realização, avança sobre territórios com mercados ainda “não-capitalistas”. Já segundo Lênin (1986), a partir da grande indústria, a expansão do capital ocorreria como exportação de excedente de capital para os países atrasados, e não como mercadorias - preconizado por Luxemburgo.

Segundo César Santos (2010), Luxemburgo (1985) entende que com a expansão do centro há a tendência de inclusão de novos espaços centrais e, como seu desdobramento lógico, o surgimento de novas periferias; pois há um impulso crítico que move o capital para fora de si, com o estabelecimento de “mercados externos” – não necessariamente extranacionais – não pertencentes às estruturas reprodutivas do capital quando de sua

elaboração, portanto, áreas de formação não-capitalistas incorporados, historicamente, nos processo de acumulação capitalista²⁵.

Entendemos, com o autor (2010), que essa leitura segundo a qual com o fim dessas “reservas” territoriais não-capitalistas – base do processo crítico de reprodução – representaria o limite dos processos de acumulação, não enfatiza a crise como imanente ao capital, ao invés disso, essa premissa aponta a crise como algo “de fora”, que manifesta-se somente com a dissolução dos territórios não-capitalistas²⁶. Leitura com forte caráter progressista e positivo, cujo sentido seria o fim da exploração capitalista no momento que não houvesse mais territórios não-capitalistas, ou seja, resistências à esse processo teriam caráter, essencialmente, conservador.

O equívoco da interpretação de Luxemburgo (1985) sobre *O Capital* foi o de entender que Marx enxerga o capitalismo como um modo de produção coerente e com o fim em si mesmo, cuja incoerência estrutural leva *ad eternum* a reprodução daquilo que Marx chamou de acumulação primitiva e os respectivos mecanismos de colonização. Luxemburgo se fundamenta na premissa de que há uma relação lógica entre três termos: acumulação primitiva, colonização/imperialismo e desenvolvimento das forças produtivas. A autora entende que o imperialismo revela o movimento interno do capital em busca de sua realização, via incorporação/exploração de novos territórios não-capitalistas, sejam esses no interior de um território nacional ou em escala internacional. Na tentativa de explicar de onde vem a demanda necessária para atender um modo de produção que se reproduz de forma ampliada, a autora busca fatores externos; enxerga a ampliação da demanda enquanto condição necessária sem a qual a acumulação não seria possível, um preceito da acumulação capitalista.

Entendemos que a autora, ao analisar os esquemas de reprodução de Marx, não considerou o fetiche da acumulação, portanto, não houve a crítica a essa abstração, mas, sim, a sua afirmação²⁷. A crítica radical ao modo de produção capitalista e a negatividade do

²⁵ “[...] mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho [...] Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus produtores ou consumidores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo”. (LUXEMBURGO, 1985, p. 251)

²⁶ “[...] o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades.” (LUXEMBURGO, 1985, pp. 250-251)

²⁷ “Segundo o esquema de Marx, o movimento parte do Departamento I, da produção dos meios de produção. Quem necessita de maior número desses meios de produção? Resposta do esquema: o Departamento II necessita deles para poder fabricar um maior número de meios de consumo pessoal. Mas quem precisa desses meios de

processo não foram possíveis de ser alcançada e a consciência lógica da troca mercantil foi o que se impôs ao contrário de sua negação. Sem criticar o papel da valorização do valor e da mercadoria como verdadeiros sujeitos, a autora - mesmo quando aponta o fanatismo dos capitalistas pela ampliação da produção - não compreendeu que as duas classes sociais (capitalista e trabalhadora), antes mesmo de serem atores da sociedade, seriam “agidas por ela” (JAPPE, 2006), ou, como coloca Kurz (1992), estariam na condição de sujeito - enquanto forma social - automático subsumido às leis cegas do capital, impostas à revelia dos sujeitos. As duas classes seriam personificações de categorias econômicas, executoras da lógica do valor.

Segundo Lênin (1986), o imperialismo revela a emergência da revolução social do proletariado, portanto, um momento particular – associado ao capital monopolista e ao expansionismo financeiro – no decurso do desenvolvimento do capitalismo, uma fase avançada. O capital social, resultado da desigualdade dos dois departamentos, se constituiria como excedente de capital – enquanto forma de desvalorização do capital – e não de mercadorias. Essa expansão crítica, determinada por essa desvalorização, representaria a acumulação enquanto tal.

Entendemos que Lênin, diferentemente de Luxemburgo, compreendeu o papel que a subsunção exerce na lógica capitalista²⁸. Há a subjugação colonial e/ou estrangulamento financeiro por parte de alguns países “avançados” à grande parte da população do mundo, uma partilha deste pelos impérios. Embora a produção passe a ser social, a apropriação continua a ser privada, sob o jugo de alguns monopolistas. Após a partilha da África e da Polinésia - na Ásia e na América já não havia terras desocupadas – novas partilhas, possíveis e inevitáveis, só será exequível de um “proprietário” para outro, não há territórios sem “dono”²⁹. Com o acirramento da disputa entre os monopólios internacionais, a posse da colônia torna-se a única forma de garantir o êxito do monopólio na luta contra seus concorrentes. Com o desenvolvimento do capitalismo, há uma escalada na luta pelas fontes de matéria-prima, tão necessárias e cada vez mais escassas.

Acerca da discussão sobre o sentido do capitalismo, se as alianças formadas serão

subsistência adicionais? O esquema responde: o próprio Departamento I, por empregar agora uma quantidade maior de trabalhadores. Obviamente nos encontramos em um círculo vicioso. Elaborar mais meios de consumo exclusivamente para sustentar maior número de trabalhadores e fabricar mais meios de produção somente para empregar mais trabalhadores é algo absurdo do ponto de vista capitalista”. (LUXEMBURGO, 1985, p. 77)

²⁸ “O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa”. (LÊNIN, 1986, p. 9)

²⁹ Lênin destaca que essa partilha foi concluída pontualmente na época do capital financeiro.

“interimperialistas” ou “ultra-imperialistas”, Lênin diz ser esta uma questão inócua, pois ambos os conceitos mantêm o caráter reacionário. A divisão do mundo entre poucos Estados “rentistas” e a grande maioria de Estados devedores se mantém. Coligação ou aliança entre potências imperialistas representa, meramente, uma conciliação momentânea diante da inevitabilidade das guerras³⁰.

Segundo Lênin (1986), o imperialismo – cuja base econômica é o monopólio – tende a estagnação e a decomposição; apresenta, inclusive, a possibilidade econômica de que haja a contenção artificial do progresso técnico. As diferentes composições orgânicas do capital e a respectiva diferença nos estágios de desenvolvimento das forças produtivas, representa, nas guerras, um momento de sua redefinição. Outra tendência do capitalismo apontada por Lênin refere-se à formação de categorias de operários privilegiados que, por sua vez, se afastam dos anseios das massas de proletariado³¹.

Tomemos a expressão D-M-D'. Ela nos mostra o dinheiro e a mercadoria em constante troca de forma cujo sentido é a produção de um valor maior que o encontrado no início da equação. Esse movimento – definidor do capital enquanto tal – representa a constante busca pela autovalorização, ou seja, a criação de um valor excedente que, ao mesmo tempo, estabelece uma relação negativa com o valor inicial que ele potencialmente contém em si. Segundo Grespan,

[...] o momento negativo da auto-repulsão se converte e se completa no momento positivo da capitalização. Se inicialmente a diferença quantitativa prevalece sobre a identidade qualitativa, depois essa identidade, retomada através daquela diferença, a suprime, para finalmente prevalecer no ponto de partida de um novo circuito. (GRESPLAN, 1998, p. 127)

Desse modo, podemos entender que o movimento que define o capital – resultado tanto da dimensão qualitativa quanto quantitativa da relação entre capital e mais valia - é o movimento de acumulação ampliada, que se efetiva pela tendência à acumulação ilimitada do dinheiro, com sua homogeneidade qualitativa. No entanto, essa busca por realizar infinitamente a potência da acumulação é refreada na limitada quantidade de valor

³⁰ “[...] uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, “tréguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.” (LÊNIN, 1986, p. 58) [grifo do autor]

³¹ “A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornar certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o ‘lado’ da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros. [...] a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo [no movimento operário]”. (LÊNIN, 1986, p. 61)

acrescentada a cada ciclo. Esse impulso – permanente e inerente ao movimento do capital – demonstra uma ausência de medida. Não há fora de si limites que contenham sua acumulação. Estabelece-se uma lógica desmedida devido à infinitude do processo de acumulação, pautado no fim e início da equação, sendo estes qualitativamente idênticos e quantitativamente diferentes. Têm-se, portanto, como desdobramento lógico, que a medida do capital está contida em si, ou seja, em sua capacidade de obter os meios de produção e a força de trabalho que será necessário ao ciclo seguinte (MESSIAS, 2012).

Com o desenvolvimento das forças produtivas se reduz o valor da força de trabalho e, consequentemente, o valor dos meios necessários à subsistência do trabalhador. A extração de mais-valia ocorre em escala ascendente, estabelece-se, assim, a mais-valia relativa - nessa passagem da subsunção formal do trabalho para a subsunção real do trabalho. À medida que a mais-valia absoluta é resultado do fato do trabalhador não possuir a propriedade dos meios de produção - portanto, submete-se a ele tornando-se uma parte constitutiva do próprio – a mais-valia relativa representa a subsunção efetiva do trabalhador diante das condições materiais presentes no processo produtivo, a partir das quais cabe ao trabalhador apenas seguir o ritmo pré-estabelecido, cujo sentido visa a ampliação da produtividade.

O domínio das condições de produção é o que permite ao capital fazer com que seu limite torne-se uma barreira a ser superada. O capital – tornado sujeito no processo produtivo – será determinante em relação às condições de produção, além de revelar-se como o limite e barreira ao seu próprio processo de valorização, ou seja, o capital como medida de si. No entanto, Grespan destaca que,

[...] se a desmedida que caracteriza o progresso infinito da acumulação define, num primeiro sentido, a medida de autovalorização, esta também pode levar ao aparecimento de uma desmedida num segundo sentido, de perda de referência do processo de valorização do valor produzido sob condições capitalistas. Com isso, é descoberto o fundamento da sobreprodução, a contradição fundamental do capital desenvolvido que aparece como base imanente para as crises. (GRESPLAN, 1998, p. 130).

Segundo Messias, essa desmedida

[...] somente pode ser compreendida atendo-se à relação constitutiva do capital, o que se traduz pela sua relação necessária com o trabalho vivo, através do qual o valor emerge como sua substância. Este trabalho não objetivado, pertencente ao capital pelo ato da compra da força de trabalho, é incorporado pelo capital como seu momento, de onde este se apresenta como totalidade formalmente estabelecida, pela qual ele adquire as condições de sua autovalorização e se constitui, assim, como sujeito nesse processo (MESSIAS, 2012, p. 38).

O trabalho vivo por não possuir condições objetivas de se realizar, por si a para si, é incorporado como um momento – apreendido negativamente - do capital, sujeita-se à propriedade alheia que o domina. Mas, ao mesmo tempo, é positivamente apreendido na condição de fonte viva de valor, momento no qual o trabalho vivo se realiza enquanto substância do capital. Porém, Grespan (1998) destaca que essa totalidade substancial tem sua existência subjetiva, não se manifesta enquanto tal, pois está subordinada ao capital. Embora o trabalho vivo constitua-se em um momento necessário do capital em seu processo de autovalorização, lhe é negado a possibilidade de compor-se como totalidade, elevar-se à condição de sujeito.

Para Mandel (1982), o processo de centralização de capitais sob os efeitos da terceira revolução tecnológica difere-se daquela apontada por Lênin, pois é resultado do ganho exponencial de produtividade do trabalho. Essa produtividade se torna incompatível com a escala nacional – resultado tanto dos limites do mercado interno quanto do enorme volume de capital necessário à produção – aprofundando o processo de centralização internacional do capital. Enquanto no período analisado por Lênin a monopolização era resultado direto pela busca por matérias primas, nesse momento de “Capitalismo Tardio” a monopolização está vinculada à redução do tempo de rotação do capital fixo. Para o autor,

[...] o menor tempo de rotação do capital fixo e a aceleração tecnológica determinam a busca de novos produtos e novos processos de produção que envolve riscos inerentes à expansão do capital, por causa das enormes despesas necessárias à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, e exigem o máximo em produção e vendas para as mercadorias recentemente fabricadas. (MANDEL, 1982, p. 224)

O autor (1982) acrescenta que devido à própria estrutura desse capital monopolista esses “superlucros derivados da monopolização do progresso técnico” não serão – ao menos a médio prazo – generalizados a determinado ramo ou setor da produção, pois há empecilhos inerentes a esse processo, tais como: investimento mínimo necessário, controle de patentes, medidas cartelizadoras etc. Essa redefinição da realização do capital também altera a divisão internacional do trabalho devido às mudanças do padrão produtivo. Segundo o autor,

Neste sentido, a superprodução latente de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dá lugar, na fase do capitalismo tardio, à superprodução latente de meios de produção enquanto forma predominante das contradições econômicas da economia capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas outras formas. (MANDEL, 1982, p. 135)

1.4 - Modernização ilusória cujo sentido moderno já está posto

Oliveira (1972) entende a história e o processo da economia brasileira como a expansão de uma economia capitalista, resultante da expansão do capitalismo em escala internacional. Ao aceitar a inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial, pode-se entender que sua transformação estrutural, pós anos 30, torna-se dominante e caracteriza-se como possibilidade definida em si mesma, ou seja, as relações correntes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, reafirmando a estruturação capitalista mesmo quando a manutenção da divisão internacional do trabalho se mostrasse adversa dentro do próprio sistema capitalista mundial.

De acordo Oliveira (1972), as medidas tomadas pelo governo, para equilibrar o balanço de pagamentos³², tornam mais claro ainda o fato de não haver uma estratégia do capitalismo internacional que vise a uma aceleração da industrialização brasileira. Para o autor, “foi nas brechas do policentrismo, com a reemergência dos países do Mercado Comum Europeu e a do Japão, que a estratégia nacional encontrou viabilidade” (1972, p. 45). Outra especificidade da modernização no Brasil, assinalada pelo autor, é que “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização” (Idem, p. 24).

Entendemos que nossa modernização tem sua gênese no moderno, não há, portanto, pré-modernidade, nem etapas evolutivas (FRANCO, 1983)³³. Nossa sociabilidade (mundial) foi fundada na lógica do lucro, da acumulação, mas essa como um momento anterior da que se realizava na Europa. Segundo Alfredo (2006), nossa modernização, internamente, representou uma atualização da lógica do valor. Para o autor,

Assim, a lógica do valor está anteposta em nossa formação, de modo que esta busca de atualização em relação à modernização dos países centrais será uma dinâmica que acompanhará de modo determinante a específica forma de realização das categorias próprias do moderno [...] (ALFREDO, 2006, p. 4)

³² O Estado intervinha na: “[...] fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas.” (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

³³ “As leituras que convertem em esquema as periodizações propostas por Marx, tanto na *Ideologia Alemã* quanto nos *Grundrisse*, destroem o significado do tempo. Operando-se com esse esquema, torna-se residual a descontinuidade entre as sequências de transformações convertida em modelo e a série de mudanças observáveis na realidade que está sendo investigada. Está última é ordenada numa sucessão conforme as etapas do modelo, e o tempo é convertido numa dimensão fortuita, num suporte onde se desenrolam os estágios que apresentam paralelos com aqueles que se encadeiam no esquema. Assim, conceitos que são históricos, e transformações presas a realidades determinadas, surgem como etapas de uma série evolutiva. A colônia, com suas peculiaridades, estaria cumprindo seu destino por esse caminho geral.” (FRANCO, 1983, p. 147)

Segundo Kurz (2004), esse processo de modernização retardatária não se realizou nos países gestados sob os pressupostos da lógica colonial, pois sua produção foi, justamente nesse período, a “fonte” de acumulação dos países centrais do sistema produtor de mercadorias. De acordo com Souza, Luxemburgo e Lênin “apontaram para uma tendência de industrialização na periferia como consequência da necessidade da exportação de capitais oriundos dos países centrais na fase do capitalismo monopolista.” (SOUZA, 1995, p. 105).

Entendemos que a particularidade da metropolização de São Paulo já representa um fetiche de cidade cujo sentido é o moderno, e sua realização se efetiva através do processo (pretendido) de modernização. Segundo Seabra (2004), essa realização se dá através da sobreposição das diferentes temporalidades presentes na produção do espaço. Nos termos de Lefebvre, a compreensão desse processo (a modernização) não é possível considerando apenas o interior do processo produtivo, ou seja, além do tempo de trabalho é preciso considerar o tempo do não-trabalho e como se dá o consumo do mesmo; enquanto momentos integrados da reprodução social.

De acordo com Damiani (2004), a realização desse não-trabalho se fez presente em nossa urbanização antes mesmo da possibilidade de sua realização positiva, portanto, a autora entende ser essa uma urbanização crítica, pois, incompleta. O crescimento das cidades tem como sentido a negação do urbanismo – entendido como projeto coletivo, social – sendo a economia (indústria, finanças, circulação e especulação) e a arquitetura – enquanto solução individual – quem conduz esse raciocínio, aparentemente, desenvolvimentista.

Para a autora, o discurso de reprodução da crise é colocado em xeque – diante tanto da crise da consciência histórica quanto da prática histórica – houve o agravamento desse período histórico no qual a negação da humanidade do homem é posta. No Brasil se estabeleceu uma modernidade em descompasso, indissociável do desenvolvimento geográfico desigual, um momento necessário frente à maneira como ocorreu a reprodução crítica da modernidade mundial. Nossa modernidade caracteriza-se como uma hiper-modernidade, realizada à custa de milhões de brasileiros proletarizados. Nossa busca por uma atualização econômica se deu de maneira socialmente arrasadora, fomos subsumidos, atravessados pelo seu ritmo. Mais do que apenas a manutenção de uma mesma grandeza de base, seja por aumento ou diminuição, houve um salto qualitativo, sendo este crítico, negativo. Segundo a autora,

Na obra de MARX, este conhecimento racional, aprofundado pelo trabalho do negativo, significa a compreensão ímpar da crise imanente ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, negativamente, tornadas forças produtivas do capital, derivadas em crise do trabalho e do capital;

portanto, em transformações qualitativas importantes, no interior de um processo quantitativo exponencial de acumulação do capital. (DAMIANI, 2008, p. 93).

Entendemos que a realização de nossa modernização se deu de forma negativa, cujo sentido seria o padrão civilizatório europeu³⁴, um devir. Estamos, pois, diante de uma possibilidade desenvolvimentista ilógica, um futuro inatingível.

Para Alfredo (2006), nossa sociedade, enquanto periférica, realiza o centro, ou seja,

[...] uma sociedade que se efetiva como ilusoriamente realizada e, por isso mesmo, o impossível, posto como possível, mostra a ilusão do real ou, ainda, a ilusão real, que se expressa, no plano subjetivo, individual, como insatisfação. (ALFREDO, 2006, p. 11)

Mandel (1982) em sua análise sobre como se deu o processo de divisão internacional do trabalho – resultado da transformação representada pela terceira revolução tecnológica – nos países que se encontram na periferia do capitalismo, aponta que esta foi determinada a partir das necessidades de reprodução do capital a nível mundial. Portanto, sem negar as especificidades presentes em cada um desses países, sua inserção na economia mundial não permitiu a superação da sujeição às necessidades do capitalismo mundial (ou países centrais). Mesmo com a acumulação de capital industrial – principalmente nas décadas de 1950 e 1960 – os países periféricos mantiveram-se “em média um ou dois estágios atrás em termos de tecnologia ou do tipo de industrialização predominante nas metrópoles.” (MANDEL, 1982, p. 260).

Segundo Bielschowsky (2000), a CEPAL interpretou que a designação centro-periferia seria resultado da divisão internacional do trabalho promovida pelo capitalismo industrial. Estabelecem-se duas regiões com diferentes níveis técnicos em seus estágios de desenvolvimento, pois esse progresso técnico,

[...] foi mais rápido no centro, em seus setores industriais, e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão de seus sistemas produtivos. Na periferia, que a teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16)

Entendemos que em nossa formação social o moderno e a modernidade tiveram sua

³⁴ Cf. Arantes (1997).

identidade constituída pela modernização – sendo essa uma realização particular, mas inserida num contexto mundial – de modo que essa particularidade, na busca por uma atualização possível, porém retardatária, fundamenta, negativamente, o nosso moderno, e esse, por sua vez, é anterior a própria modernização. Nossa busca por identidade (nacional) - infindável e repleta de necessidades de percurso - torna-se nossa identidade.

Na sua análise da literatura machadiana, Schwarz aponta que esta permite percebermos o confronto que se dava entre nossa literatura e a norma burguesa europeia, ou seja: “a inferioridade pátria existe, mas o metro que a mede também não é inocente, embora hegemônico” (SCHWARZ, 1987, p. 125). Segundo o autor, a reprodução das relações sociais no Brasil põe e repõe, ininterruptamente, ideias europeias, no entanto, sempre em sentido impróprio (SCHWARZ, 1992, p. 15). O autor busca uma explicação histórica para o deslocamento presente na reprodução social no Brasil, ou seja, “as ideias fora do lugar” - presentes na literatura - representam uma diferença interna em relação à Europa. A comparação e diferença com essa hegemonia intelectual - revolucionada pelo capital - estabelece-se como uma relação identitária, lhe confere singularidade. No entanto, essas relações não tem nada de automático, na literatura machadiana é um feito *de construção*, pouco tem de espontânea, mas é representativa da vida brasileira do século XIX (SCHWARZ, 1987, p. 121).

1.5 - “Modelos” de planejamento e de desenvolvimento econômico

Ao analisar a situação de precariedade e total descaso do Estado na construção de infraestruturas, Oliveira (2003) entende que esta situação só foi possível por existir uma vasta reserva de mão de obra, resultado da grande mobilidade de migrantes em direção à metrópole, e pela inexistência de uma organização operária e/ou popular para contrapor-se a tal quadro. Ao interpretar a presença do exército industrial de reserva como imanente à acumulação que ocorria no Brasil, o autor vê, como um desdobramento possível para a superação desse estado de coisas, a organização operária como sujeito da ação política.

O autor identifica como plano de ação do Estado – nessa transição do país agrário-exportador para o urbano-industrial - a busca pelo estabelecimento de uma nova articulação dos fatores necessários à essa transição e, para tanto, considerou a regulação da relação capital-trabalho sua condição essencial para fomentar essas transformações da economia brasileira. A indústria torna-se o centro da economia – com a indução da acumulação urbano-industrial – baseada nesse imenso exército industrial de reserva e no preço pago à força de

trabalho abaixo do seu custo real. A partir da regulamentação do salário mínimo, o modelo de acumulação se estabelece baseado no rebaixamento dos salários, via mediação do Estado³⁵.

Segundo Kowarick (1979), a “periferização” baseou-se num modelo de desenvolvimento apoiado na dilapidação da força de trabalho, com o rebaixamento dos salários e em péssimas condições urbanas, situação denominada por ele como “espoliação urbana”³⁶.

De acordo com Tanaka (2006), as políticas públicas do governo federal visavam à difusão do planejamento tecnocrático, visto como instrumento de gestão que buscava a solução dos problemas urbanos através de soluções técnicas funcionalistas. O governo federal financia a elaboração de planos urbanos, via Banco Nacional de Habitação (BNH), além disso, os problemas urbanos são vistos como “deseconomias”. Para a autora essa visão veiculada pela mídia, somada à ideologia do planejamento dos discursos oficiais, interpreta os problemas urbanos como consequência do crescimento explosivo da metrópole por falta de planejamento.

Oliveira (1977) questiona a possibilidade de uma teoria do planejamento, por entender ser a pretensão desta maior que a sua capacidade. Para o autor,

A impossibilidade de uma teoria do planejamento reside essencialmente em que este – o planejamento – é uma forma: aqui, parece encontrar-se uma contradição radical, pois precisamente os esforços de teorizações fazem-se, na maior parte dos casos, sobre as formas que os processos sociais assumem; e a contradição é real, pois as teorizações sobre o planejamento trabalham uma forma sem tentar realizar ou entender sua concreção [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 15).

Para o autor, o desdobramento de tal situação leva a adoção de “modelos”, pretensamente, de geral aplicabilidade. Ao entender o planejamento como uma forma de conflito social, Oliveira defende ser esta uma característica do capitalismo monopolista e uma forma técnica da divisão do trabalho. A contradição básica do sistema capitalista se repõe: “a antítese dialética entre valor e mais valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago [...]” (OLIVEIRA, 1977, p. 24), com a sistemática redução de valor das mercadorias, os

³⁵ Há a substituição dos preços do “velho mercado” para os ‘preços sociais’: “Os ‘preços sociais’ podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia.” (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

³⁶ Trata-se de extorsão: “[...] significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos quanto políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos” (KOWARICK, 1979, p. 74-75).

limites para a transformação do mais-trabalho em mais-valia desaparecerá. Nos termos propostos por Paul Baran, “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento” [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 25).

No seu estudo sobre o Bexiga – entendendo esse bairro como um microcosmo da urbanização capitalista – Scarlato (1988) considera que,

A anarquia capitalista é a “camisa de força do planejamento”, fazendo com que o capitalismo viva em constante transe, inviabilizando qualquer prática democrática de urbanismo. O “individualismo” como essência daquela anarquia, estará sempre favorecendo as classes dominantes na apropriação do espaço. (SCARLATO, 1988, p. 18)

O autor destaca a necessidade de se considerar a esfera da subjetividade e dos conteúdos ideológicos associados à materialidade das formas espaciais e presentes nos discursos localistas.

De acordo com Rocha (2007), entender as periferias como uma anomalia do planejamento é uma situação cômoda. Para o autor,

A exclusão de uma parcela da população do plano não foi planejada, é inerente à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, interpretar a periferia como exclusão, pura e simplesmente, é perder o sentido das contradições sociais especializadas no processo de produção da metrópole. (ROCHA, 2007, p. 167)

Segundo Damiani (2006), os projetos de planejamento nacional dos anos 1970 almejavam, em todo o mundo, um modelo hierárquico equilibrado, com diferentes tamanhos e funções de cidades que, através de uma rede urbana, teriam relações mutuamente atuantes. No entanto, houve a consagração do modelo metropolitano, que prioriza o domínio dos novos espaços, que tem suas distâncias relativizadas pelas novas tecnologias; seu modo de vida, simulado em toda parte, de modo a negar os tradicionais estilos de vida. Para a autora,

Inversamente, e de modo inerente a um processo de acumulação de riquezas contraditório – cuja base real, inclusive, é substituída pela fictícia –, há produção expandida da pobreza e de muitos arcaísmos, que estão presentes na metrópole como alhures: o moderno apresentando-se de modo rudimentar. (DAMIANI, 2006, p. 37)

Para Giavarotti (2012), enquanto condição estrutural da modernização retardatária, a política econômica adotada depreciava os rendimentos dos trabalhadores, seu poder de consumo do espaço e ocasionava a “própria reprodução ampliada da periferização como reprodução das relações sociais de produção” (Idem, p. 211). Para o autor, o planejamento

urbano, visto como ciência que se propõe a organizar a produção espacial da metrópole, é, relativamente, negado.

Segundo Furtado (1974), o nosso descompasso em relação ao desenvolvimento do capitalismo industrial “cêntrico” era a maneira como o subdesenvolvimento do Brasil se expressava. Este, por sua vez, pode ser verificado através do grau de acumulação de capital presente nos processos produtivos, assim como o acesso ao que o autor chama de “bens finais”. O aumento da produtividade, com o consequente fluxo crescente de excedente, propiciaria a ampliação e diversificação do consumo público e privado. A Inglaterra tornou-se, nesse primeiro momento, a direcionadora das finanças do mundo capitalista; com isso, a partir dos seus interesses, estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho.

Para o autor, há uma tomada de consciência por alguns países e estes, por sua vez, centralizam suas decisões econômicas e estabelecem os “sistemas econômicos nacionais”. Surge o clube das economias desenvolvidas, constituídas a partir de um “projeto nacional”, através da aliança de classes e grupos sociais. Aos demais países resta o papel de fornecedores de produtos primários, portanto, incapazes de participar do processo de acumulação, da maneira como esta ocorria no centro do sistema. Como a diferença de produtividade entre esses países (subdesenvolvidos) e os que lideram o processo só se intensifica, engendra-se um processo de “substituição de importações”, cujo sentido seria o de eliminar esse descompasso. Segundo o autor,

Na evolução do capitalismo industrial, vários países passaram a barreira, tornaram-se desenvolvidos no sentido de que formaram um sistema industrial autônomo, negaram-se a aceitar o modelo inglês de divisão internacional do trabalho e passaram a comandar seu próprio processo de industrialização. Nesses países, o tipo (c) [forma de industrialização periférica que se deu a partir da ligação direta ao mercado local] dominou nessa época, concorrendo diretamente com os ingleses e, a partir daí, esteve em condições históricas de definir um projeto nacional. Quase sempre os interesses do país se confundiram com os desse grupo. Isto necessariamente leva à autonomia nacional. (...) Os países chamados subdesenvolvidos são aqueles onde esse processo não se deu. (FURTADO, 2008, p. 169).

De acordo com Furtado (1974), o resultado desse processo foi o agravamento das disparidades, pois essas economias periféricas tiveram o estabelecimento de um mercado de consumo interno cujo sentido era atender uma minoria privilegiada que buscava – através de um mimetismo cultural – reproduzir o padrão de consumo dos países centrais e teve, como desdobramento, a crescente concentração de renda. Com isso, não obtiveram a relativa autonomia na etapa de formação dos respectivos sistemas econômicos nacionais, a exemplo

das economias centrais, uma vez que essas basearam-se na expansão do consumo de massa resultado da elevação dos salários, portanto, de melhor distribuição de renda.

Para o autor (2009), a intervenção estatal era necessária para que houvesse a reorientação das inversões cujo sentido seria reduzir o coeficiente de importação, pois se simplesmente se colocassem mais recursos à disposição dos empresários esses tenderiam a intensificar suas inversões nas linhas que já estavam tradicionalmente estabelecidas. Era preciso forçar as modificações estruturais demandadas pelo desenvolvimento. Embora esse pensamento - antes de entender o subdesenvolvimento enquanto uma etapa necessária e anterior à condição de países desenvolvidos – buscava desvelar os desdobramentos históricos e singulares das experiências desse processo inédito, mantinha-se atrelado à premissa de que a forma de superação desse desenvolvimento econômico seria a partir de políticas de industrialização. Ou seja, uma forma específica de superação no interior do capitalismo no século XX (BIELSCHOWSK, 2009).

Sobre essa leitura cepalina, Mello (2009) entende ser necessário reposicionar o problema, pois houve o esgotamento do próprio modelo, incapaz de atender as demandas financeiras para se impulsionar a internalização da produção de certos produtos. Para o autor,

Não basta (...) admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a industrialização capitalista que chamamos de retardatária. (MELLO, 2009, p. 80).

Para o autor (2009), os países da América Latina, a exemplo do Brasil, não possuíam as condições monetárias para implantar as complexas matrizes tecnológicas – resultantes do novo padrão surgido com a Segunda Revolução Industrial, principalmente em siderurgia – devido tanto a dimensões físicas empreendidas quanto ao elevado investimento iniciais. Ao não se estabelecer um abrangente setor de bens de produção, a alternativa possível foi a produção de bens dirigidos ao consumo, pois as demandas para sua instalação eram sensivelmente menores.

O Brasil, na tentativa de promover a diversificação e modernização das bases produtivas, optou por estabelecer sua indústria pesada a partir da ação estatal. Embora o impacto de tal ação em setores como os de bens intermediários e energia foi significativo, não foi capaz de superar os problemas de produção do departamento I. O controle da tecnologia e as escalas de produção impunham importantes barreiras à diversificação e internalização da

indústria de bens de capital em direção à periferia (CARNEIRO, 2002, p. 69). Para Ianni (2004), a expressiva ação estatal, nessa passagem do Brasil agrário-exportador para o urbano-industrial, teve como resultado um desequilíbrio setorial, demandando nova ação estatal posterior. No entanto, o autor ressalta ter sido essa uma ação inevitável diante das condições do momento, pois o sistema de livre concorrência, por si mesmo, não proporcionaria uma melhor distribuição dos recursos disponíveis.

Para Messias (2012), esses planos de desenvolvimento baseava-se no sistema produtor de mercadorias e possuíam forte caráter fetichista. Segundo o autor,

Se a expansão da indústria, sobretudo após os anos 50, já oferecia sinais de uma mobilidade do trabalho que não se fazia para inserir produtivamente a força de trabalho, - muito embora, é verdade, obscurecida tanto pelo crescimento econômico, como pelo dualismo do moderno-arcaico – os anos 80, diante de uma reconhecida crise dos países da periferia, apontam para um processo de uma recuperação histórica, sob a determinação lógica do capital, que não se efetiva a não ser como ilusão fetichista de desenvolvimento. (MESSIAS, 2012, p. 78)

O autor (2012) baseia-se nas formulações de Kurz (2004), segundo as quais, o desenvolvimento das forças produtivas no último quarto do século XX, mais do que apenas uma determinação da condição de países periféricos, representavam um limite objetivo à intencionalidade desses planos e/ou reflexões desenvolvimentistas. A promessa de retorno da prosperidade econômica do fordismo – que ganhou algum fôlego durante o crescimento do pós-guerra – não se mantinha. O sistema produtor de mercadorias, diante de sinais cada vez mais claros de uma crise do capitalismo mundial, perderia a capacidade de manter a ilusão da superação de sua crise imanente. O desdobramento de tal situação foi a relação inextricável entre endividamento e o estabelecimento das forças produtivas nesse processo de modernização periférica. Esse desenvolvimento baseado no endividamento do Estado, não permitiu a esses países compor todos os momentos necessários para fomentar a produtividade necessária para competir em termos mundiais. No entanto, o autor ressalta que essas dívidas não se referem apenas à implantação do departamento I, seria preciso considerar o papel entre crédito e as instalações das infraestruturas que se faziam “necessárias à efetivação de todos os momentos pertinentes à acumulação urbano-industrial” (MESSIAS, 2012, p. 79).

De acordo com Damiani (2006), houve entendimento inadequado das diferenças espaciais (enquanto diferenças sociais e econômicas), tratadas como diferentes modos de produção que estariam agindo, simultaneamente, sob o domínio do modo de produção especificamente capitalista. Concordamos com a autora e não cremos nessa possibilidade. Não há diferentes modos de produção, há o modo de produção capitalista em seus diferentes

“modos de ser”.

A nosso ver, se estabeleceu uma “não-simultaneidade” (KURZ, 1992) internamente ao território nacional, uma vez que a industrialização, embora nacional, realizou-se a partir de uma polarização regional. Entendemos que o Estado – agente centralizador e necessário devido ao monopólio da violência – em formação se realizou mediante a destruição das relações de produção regionais e, como desdobramento, houve a metropolização – fundada na expropriação da terra – e a desagregação das regiões posta como sua condição material (GIAVAROTTI, 2012). Consideramos que não havia falta de industrialização; esse era o “modo de ser” da industrialização no Brasil, fundada em relações de trabalho assalariado, assume a particularidade de uma modernização retardatária, mas plenamente inserida no modo de produção capitalista mundial. Essa política econômica empreendida pelo Estado brasileiro buscava realizar um processo de acumulação primitiva que, baseada na exploração de força de trabalho barata, permitiria ao país torna-se competitivo no mercado mundial e eliminar o descompasso do desenvolvimento interno.

Diante da impossibilidade de serem competitivos no mercado mundial os países periféricos buscaram – via inúmeros planos de desenvolvimento – a reatualização das suas bases produtivas para se manterem competitivos, ainda que de forma periférica, no âmbito mundial. Para tanto, recorreram ao crédito na tentativa de, a partir dessa nova produtividade, alcançar a rentabilidade que os tornasse competitivos em termos mundiais. No entanto, essa jamais foi alcançada no nível necessário para saldar as dívidas contraídas, o que, a nosso ver, demonstram a falta de potência explicativa desses planos nacionais-desenvolvimentistas e das premissas que os sustentavam.

Entendemos que esse descompasso entre as nações, em termos do desenvolvimento das forças produtivas, acarretou, nesses países “atrasados”, a tentativa de superação de sua condição histórica via ações estatais. Esse processo – identificado por Kurz como modernização retardatária – deixou claro a conexão que há entre esses atrasados e os mercados mundiais. Como no processo de acumulação global a situação de dianteira dos países centrais já estava posta, coube aos demais uma inserção periférica (pretendida) no sistema capitalista global. As tentativas de modernizar as bases produtivas não tiveram como objetivo pretendido a superação das contradições inerentes à reprodução do capital. O estabelecimento dessas indústrias – circunscritas ao movimento contraditório de um país periférico – já representavam as contradições desdobradas no interior do próprio capital, ou seja, compõe um momento da reprodução do capitalismo global (MESSIAS, 2012).

Segundo Carlos (1994), o capitalismo em seu processo de auto-realização modifica-se

e, ao desenvolver-se, transforma o mundo. Nesse processo universalizante cujo sentido é a destruição/superação dos obstáculos estabelece-se um espaço mundial e,

A reprodução das relações sociais impõe a articulação entre os espaços e permite-nos entender a dimensão do fenômeno urbano brasileiro, dentro da lógica do sistema mundial considerado como processo de globalização. A condição de dependência brasileira, no âmbito do mercado mundial, permite-nos entender as particularidades do processo de urbanização dependente como produto histórico de contradições produzidas no centro do sistema, sem ignorar suas particularidades. (CARLOS, 1994, p. 262-263)

De acordo com Volochko (2011), para a análise do processo de urbanização atual é preciso ter clareza dos limites e das possibilidades teóricas da análise da metrópole, do processo de metropolização, enfim pensar as mediações e categorias de análise necessárias para a crítica radical desse processo. Identificar, a partir da requalificação da cidade e do urbano, os novos e atuais conteúdos no que tange a urbanização da sociedade.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Entendemos que a concessão de créditos de guerra apoiada pelo Partido Social Democrata (SPD)³⁷ alemão durante a Primeira Guerra Mundial é um exemplo da tendência apontada por Lênin. Outro momento, embora ter-se dado em outras bases, foi o *Welfare State* inglês³⁸ no pós-Segunda Guerra Mundial. Quando num país que precisava ser reconstruído, houve uma demanda crescente de investimentos sociais e a ascensão do Partido Trabalhista ao poder. Políticos do Partido Conservador, rapidamente, se adaptaram à essa nova realidade e houve uma alternância no poder, no entanto, a lógica era a mesma. Avanços sociais locais pagos ao custo do jugo de extensas massas de trabalhadores “super-explorados” em outras partes do mundo, especialmente na África e América Latina.

Oliveira (1998) entende que o “Estado-providência” (termo do autor) foi um mecanismo de financiamento público da economia capitalista cujo sentido era a ampliação do “salário indireto” – via vultosos investimentos públicos – para o aumento das garantias no direitos sociais estabelecidos nas relações trabalhistas, na previdência, na saúde, na habitação.

³⁷ Kautsky foi um dos líderes do partido a apoiar tal resolução e Rosa Luxemburgo colocou-se contrária a tal medida.

³⁸ Utilizamos o caso inglês para fins de exposição, mas cabe a todos os países, com suas especificidades, do capitalismo central.

Essa liberação do salário direto ou da renda transforma-se em consumo das massas. Para o autor, o desdobramento de tal situação alterou profundamente os fundamentos da categoria do valor, pois esse deixou de ser o cerne da reprodução do capital, assim como da força de trabalho. Esse fundo público constitui-se como um “anti-valor”, ou seja, uma outra fração – ou componente negativo do valor – que não constitui-se como capital, pois não busca valorizar-se, no entanto, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor e torna-se essencial para a produção e a reprodução do valor.

Após os anos dourados do capitalismo³⁹ que se dizia justo socialmente - e como promessa de progresso social baseadas na regularidade e disciplinaridade do emprego nos países considerados periféricos - houve uma inflexão no final dos anos 1970. A ideologia do “Estado do bem-estar social” é substituída pelo Estado neoliberal, inspirado nas reformas de Thatcher (1979 – 1990), no Reino Unido, e Reagan (1981 – 1989), nos Estados Unidos da América (EUA). Essa ideologia que havia assumido no Brasil e na América Latina o caráter de paternalismo e que, aqui, limitou-se à concessão de mínimos direitos trabalhistas (OLIVEIRA, 1972), sofreu grande impacto. Ao assumir a incapacidade de atender igualmente a toda sociedade, o Estado passa a priorizar ações nas áreas nas quais aposta maior êxito⁴⁰, estabelecendo uma ruptura em relação ao avanço das conquistas sociais pretendidas no período anterior. A perspectiva de universalização dos direitos se perde e o que se tem agora é, somente, disputas sobre a distribuição dos poucos recursos disponíveis por parte do Estado. Para Oliveira (1998), nossa sociedade produziu, historicamente, um Estado de “mal-estar”, assistencialista, caritativo.

Segundo Chauí (2000), nossa sociedade concebeu uma prática segundo a qual os representantes eleitos não são vistos pelos seus eleitores como seus representantes, mas como representantes do Estado perante o povo. Desse modo, ao dirigir-se à esses representantes, a população busca solicitar favores ou buscar privilégios, ou seja, estabelece-se uma relação de favor, clientelismo, tutela, expressa na força do populismo na política brasileira. Nesse Estado, exterior ao próprio povo, estabelece-se um poder de tipo autocrático no qual os governantes são os donos e senhores do poder, do saber e da lei. Cria-se uma “cultura senhorial” na qual as relações sociais são concebidas como relações de “mando-obediência”.

Entendemos que há perda de potência explicativa, num momento como o atual, das

³⁹ 1945 – 1975. Segundo diversos autores.

⁴⁰ “A crítica aos ‘gastos excessivamente elevados do Estado’ parte cegamente do ponto de vista do dinheiro e ignora completamente que os custos da atividade do Estado não são resultado de um mau gerenciamento do mesmo, mas representam o nível civilizatório da modernidade” (KURZ, 1997, p.202) [grifo do autor]

teorias que destacam o pensamento positivista do trabalho e o foco na crítica à luta de classes e na distribuição justa da mais-valia. Há uma crise estrutural do sistema capitalista e do trabalho enquanto substância, e não apenas de crises cíclicas como sustentaram tais teorias⁴¹. A crítica à modernização tornou-se uma impossibilidade para as teorias que tiveram a inserção no consumo como seu limite e, ao atingir o positivo pretendido, a negatividade do processo enquanto objeto não se fez presente.

Muitos autores viram o Estado (do bem estar social) como uma mediação possível para se superar as mazelas presentes na periferia do capitalismo. A luta política como um vir a ser do próprio capital, diante do processo de modernização nacional. Entendemos que tal concepção não permitiu a necessária crítica ao capital e às suas categorias basilares, pois se fundamentaram em um discurso afirmativo em relação a essa forma específica de sociabilidade. O Estado não foi visto como uma dimensão do próprio capital e da sua forma social.

⁴¹“A partir de agora, a autocontradição fundamental, segundo a qual essa sociedade se baseia na transformação incessante de *quanta* abstratos de trabalho em dinheiro, mas conduziu-se a um ponto no qual não se pode mais mobilizar rentavelmente *quanta* suficientes de trabalho no patamar dos padrões de produtividade, criados pela sociedade, já não é mais um fenômeno cíclico, mas um fenômeno estrutural.” (KURZ, 1997, p. 205) [grifo do autor]

Seção 2 – CONSTRUÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA NOÇÃO DE PERIFERIA: OS FUNDAMENTOS DE UM DEBATE

Nossa pesquisa buscou identificar os pressupostos teóricos que embasaram a construção da noção de periferia enquanto fenômeno em formação. Para fins de exposição, mas sem ter como objetivo elaborar um sistema classificatório de autores – já apontado anteriormente – separamos as obras em quatro grupos diferentes, a saber:

1) A ênfase na crítica à leitura culturalista da Escola de Chicago, empreendida pela Sociologia e Antropologia, que vê a periferia como lugar de ausência e portadora de relações de sociabilidade que o marxismo era incapaz de elucidar (FRÚGOLI JR., 2005);

2) A leitura da Arquitetura e Urbanismo, a partir da produção do espaço, segundo a qual as periferias, entendidas como fenômenos urbanos, estariam indissociáveis da apropriação que se faz desses espaços. Tal fato ocorreu num momento de crescimento e consolidação de uma economia industrial, com a aceleração da urbanização realizada à margem dos processos legais (ROSA, 2009; TANAKA, 2006);

3) A interpretação da produção do espaço, realizada pela Geografia Lefebvriana⁴² (Labur, DG, FFLCH), destaca o papel da propriedade privada do solo urbano como fator que fundamenta a desigualdade socioespacial existente no Brasil (CARLOS, 2003; VOLOCHKO, 2011). Essa leitura entende as diferenças espaciais como imanentes a um sistema econômico e tem na divisão territorial do trabalho sua projeção espacial (DAMIANI, 2006);

4) A partir da crítica do valor, da crise do trabalho e da expansão do crédito, o quarto grupo⁴³ (também Labur, DG, FFLCH, - mas outra linha de pesquisa) buscou tensionar os modelos de análise que tinham por pressuposto a exclusão e a luta por equipamentos de consumo coletivo (PINHO, 2010), e o papel da mobilidade do trabalho no processo de modernização nacional (GIAVAROTTI, 2012; MESSIAS, 2012).

2.1– Sociologia, Antropologia e a crítica à Escola de Chicago

Ao analisar a produção acadêmica sobre a problematização da periferia paulistana entre 1970 e 1980, Nascimento (2010) defende a necessidade de se revisar criticamente as categorias e modelos de análise constituídos nos últimos trinta anos. Para a autora, tal reflexão

⁴² Podemos destacar: Odette C. L. SEABRA, Amélia L. DAMIANI, Ana Fani A. CARLOS.

⁴³ Podemos destacar: Heinz D. HEIDEMANN, Anselmo ALFREDO, Carlos A. TOLEDO.

teria como base a “produção do espaço urbano⁴⁴” (Idem, p. 2). A partir de levantamento bibliográfico, a autora aponta que, em geral, o pressuposto que orientava a produção acadêmica desse período era a dicotomia centro-periferia. A autora apoia-se na tese defendida por Magnani (2006), segundo a qual teria havido, especialmente na região metropolitana de São Paulo, certa continuidade entre segregação espacial e de direitos, de modo que morar na periferia e ser da periferia tornou-se, concomitantemente, ausência do Estado e de equipamentos urbanos.

Segundo Frúgoli Jr. (2005), a interpretação da cidade como “variável dependente” das determinações econômicas e políticas, além de ter se tornado bastante aceita pela academia latino-americana, contribuiu para a produção de explicações que se distanciava das análises culturalistas da Escola de Chicago e, ao mesmo tempo, elaboravam a concepção de uma cultura urbana de cidade como “variável independente” das contingências estruturais. De acordo com Kowarick (1980), a periferia seria resultado da acumulação econômica e da especulação imobiliária, isto é, a composição de um “aglomerado distante do centro, onde passa a residir a crescente mão de obra necessária para girar a maquinaria econômica” (Idem, p. 31).

Para Nascimento (2010), as análises⁴⁵ que interpretam a cidade, a partir de mecanismos estruturais ou de natureza econômica, tiveram um ponto de inflexão no momento em que as pesquisas antropológicas e outros estudos direcionados ao nível micro passaram a investigar esse espaço periférico. Corroborando essa mudança de direção, a autora cita trabalhos como os de Caldeira (1984), Cardoso (1987), Durham (1986) e Magnani (1984), que tomam como objeto de pesquisa os próprios atores da periferia, seu modo de vida, seu cotidiano etc.

Ao identificar novos contrapontos entre antropologia e sociologia – na passagem dos anos 1970 para os anos 1980 – Frúgoli Jr. (2005) aponta que, na sociologia dos anos 60 em diante, vários autores criticavam tanto o culturalismo da Escola de Chicago, quanto à ausência de reflexões mais claras acerca das dimensões determinantes no plano da economia e da política, ou seja, a tese que via a cidade enquanto “variável dependente”. Essa busca por explicações “macroestruturais” baseava-se no marxismo estruturalista, mostrado como “estrutura sem sujeitos”, segundo a qual a cidade era subsumida ao processo de reprodução da

⁴⁴ Muitos autores debatem sobre a produção do espaço urbano. Uma grande referência é Henri Lefebvre, outra é David Harvey.

⁴⁵ Cf. Marques e Bichir (2001).

força de trabalho (ALTHUSSER, 1974).

Segundo Durham (1986), a diversidade presente na inserção à estrutura produtiva assume caráter diverso em relação aos sujeitos que vivem esse processo. Para a autora estaríamos diante de uma visão diferencial e histórica dos bairros da cidade. Desse modo, embora a população pobre se encontre dispersa nas grandes cidades,

[...] há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A “periferia” é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. (DURHAM, 1986 p. 3)

Segundo Marques e Bichir (2001), houve – já a partir dos anos 1990 – uma primeira geração de estudos⁴⁶ que demonstravam a existência de intervenções públicas, com alguma significância, iniciadas nas periferias já na década de 1970 e não apenas após os anos 1990. Tal fato contrapõe-se às explicações encontradas em parte da literatura e, para entendê-lo, é necessária a “integração de variáveis e processos políticos na construção de um quadro explicativo alternativo” (MARQUES e BICHIR, 2001, p. 2).

Para os autores (2001), as literaturas sociológica e urbana dos anos 1970 e 1980 apresentam os espaços periféricos como os que estão mais distantes da região central e com menor renda diferencial, ou seja, *lôcus* da população de baixa renda e de precária inserção ao mercado de trabalho⁴⁷. Por outro lado, o “modelo metropolitano brasileiro”, construído nos anos 1960, no Rio de Janeiro, e, posteriormente “exportado” para o restante do país (SANTOS e BRONSTEIN, 1978), seria o resultado de um padrão espacial de carências e de segregação social. Outros autores, como Kowarick e Campanário (1988), entenderia que esse padrão de produção está presente nas franjas dos espaços mais dinâmicos da “metrópole do subdesenvolvimento industrializado” e configuraria o espaço central nos processos de reprodução da “industrialização de baixos salários” (MARICATO, 1996).

Segundo Marques e Bichir (2001), esses pesquisadores⁴⁸ entendem o Estado como responsável pela reprodução geral da dinâmica capitalista, realizada via investimentos produtivos auxiliares à acumulação. Esses gastos públicos alimentam a reprodução do capital e do trabalho e, ao mesmo tempo, legitimam esse modelo de sociedade, além de ocultar seu

⁴⁶ Cf. Jacob (1989), Watson (1992), Marques (2000) e Bueno (2000).

⁴⁷ Cf. Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1979).

⁴⁸ Cf. Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1982).

caráter de classe. No entanto, em momentos de crise, esses investimentos apresentam a tendência de queda, estabelecendo-se uma questão insolúvel na sociedade capitalista; pois, as contradições imanentes ao sistema se explicitariam e teriam como seu desdobramento o agravamento dos conflitos devido ao baixo padrão de vida.

De acordo com os autores (2001), a acumulação que ocorreu no Brasil – e em outros países de capitalismo tardio – somente se realizaria através de um vasto exército industrial de reserva, sendo este um componente indissociável do nosso padrão de acumulação. Desse modo, os autores não concordam com a maneira como se deu o debate sobre desenvolvimento e marginalidade dos anos 1960. Defendem as periferias enquanto territórios de espoliação, construídas e reconstruídas tanto pelo Estado quanto pela própria dinâmica da acumulação.

Os autores (2001) apontam que outras pesquisas, menos estruturalistas, destacaram a existência de uma luta concreta pelo acesso aos benefícios do ambiente construído⁴⁹, também identificam ações concretas de empreendedores privados e do mercado de terras⁵⁰. Mas essa literatura insistiria que as estruturas determinam a luta política e o Estado – ao ser acionado por essas estruturas – procuraria garantir a manutenção do sistema e agir no interesse do “capital em geral” e/ou de determinadas facções hegemônicas. Para os autores, em uma das raras e amplas abordagens não estruturalistas, Vetter (1975) destaca a associação lógica entre poder econômico e político na sociedade, no que tange às políticas públicas. Essa realidade conduziria à circularidade das ações do Estado, que passaria a investir mais nas áreas ocupadas pela população de maior renda. Estabelece-se a capacidade diferencial de influenciar as ações do Estado, o que, por sua vez, que reforçaria a segregação socioespacial.

2.2 - Produção do Espaço pela Arquitetura e Urbanismo: ponderações

Ao analisar as investigações sobre a questão do espaço urbano, Rosa (2009) considera o fenômeno urbano representado pelas favelas e periferias de forma indissociável da apropriação que se faz desses espaços. A autora assinala que o “espaço de moradia dos pobres na cidade” (Idem, p.2) ganha maior destaque a partir dos anos 1960. Inicialmente, com a favela carioca e, depois, com as periferias nas regiões metropolitanas - principalmente São Paulo - ambas resultado do crescimento vertiginoso da população urbana no Brasil.

Segundo Rosa (2009), o pensamento sociológico latino-americano nas décadas de

⁴⁹ Cf. Harvey (1982).

⁵⁰ Cf. Ribeiro (1997).

1960 e 1970 identificava as favelas cariocas como a “mais típica manifestação da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana” (VALADARES, 2005, p. 128). Já no que concerne às periferias paulistanas, a autora destaca a leitura de Torres (2003, p. 98) segundo a qual a periferia é constituída pelos espaços urbanos “socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana” e ocupados por trabalhadores pobres. As periferias foram transformadas em categorias de análise concomitante à questão da pobreza urbana, dos debates acerca da moradia popular e da produção do espaço urbano no Brasil.

Ainda de acordo com Rosa (2009), ao se estabelecer a dicotomia entre cidade ilegal e cidade formal, consolidou-se, no debate acadêmico, o pressuposto das favelas e das periferias como fatos indissociáveis da concepção dual, com essas áreas entendidas como espaços da pobreza nas cidades; uma concepção que foi expressa em diferentes polaridades. A autora também observou que diversos estudos tiveram por pressuposto a exclusão, o que, por sua vez, atestaria o agravamento dos contrastes socioespaciais.

Ao analisar a construção social da noção de periferia, Tanaka (2006) entende que ela retoma processos presentes desde o final do século XIX. Sua consolidação ocorre a partir de 1930, num momento de aceleração da urbanização vinculada ao crescimento e à consolidação de uma economia industrial. Determinante para o crescimento da cidade, esse processo foi “ordenado” por um padrão horizontal e realizou-se à margem dos processos legais, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960.

Segundo Tanaka (2006), esses espaços ganharam atenção no debate acadêmico somente a partir de 1970, tendo São Paulo - maior expressão urbana nacional - como seu objeto. O debate foi construído em base a diálogos com os chamados “intérpretes de 30” - Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior -, e também com obras de Antonio Cândido, Florestan Fernandes e Celso Furtado, que, entre outros, os sucedem. Esses autores buscaram pensar as características próprias do desenvolvimento do Brasil.

A autora (2006) destaca que, para Antonio Cândido, o Brasil formou-se no projeto modernista. Seus herdeiros intelectuais - Paulo Arantes e Roberto Schwarz - constituem o que Maria Arminda Arruda (2004) chama de *intelligentsia*, formada “desenhando retratos do país, elaborando diagnósticos, concebendo projetos, vislumbrando trajetórias futuras”. Já para Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999), o problema central do pensamento brasileiro está no chamado “campo desenvolvimentista”, representado, principalmente, por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado, que, por meio de uma abordagem desenvolvimentista do

tema, entenderam o Brasil como um país não formado, devido a dois aspectos fundamentais: a brutal assimetria da sociedade colonial e a dependência externa. Segundo a leitura de Sampaio Jr. (1999), Celso Furtado, destaque neste campo desenvolvimentista, entenderia o subdesenvolvimento como uma explicação das singularidades da sociedade brasileira e latino americana.

Ainda de acordo com Tanaka (2006), para Oliveira (2003b), estes países subdesenvolvidos, diante de uma inserção desigual na relação de trocas, se especializaram na produção de bens primários. Esta visão - chamada de “dual-estruturalismo” - concebia que as sociedades e as economias eram constituídas intrinsecamente por dois setores: o moderno, exportador; e o atrasado (setores de subsistência). A industrialização é a tese defendida por Furtado como caminho para superação desse atraso. Essas teses desenvolvimentistas apoiam-se em forte intervenção estatal, conceito que, segundo Oliveira, “obscureceu o caráter subordinado das desigualdades para transformá-las em atributos dos próprios países atrasados” (Idem, p. 111).

Tanaka acrescenta que, para esses teóricos clássicos,

Os países industrializados da América Latina na década de 1950 encontravam-se inseridos plenamente no sistema capitalista, mas apresentavam um quadro de desigualdades sociais acentuado. Modernos centros industriais contrastavam com áreas de extrema pobreza, onde predominavam (e ainda predominam) modos de vida 'tradicionais' e relações de produção 'arcaicas' (ou seja, não-capitalistas). [...] cidades industriais da América Latina [comparadas com as da Europa] são tidas como 'inchadas', com uma população trabalhadora muito maior do que o emprego industrial seria capaz de absorver, e com um quadro de pobreza e carências urbanas. [...] estas características de *inchaço e pobreza* seriam incompatíveis com o grau industrialização atingidos por estes países. (TANAKA, 2006, p. 29-30) [grifo da autora]

Conforme observa Tanaka (2006), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em sua nova chave de interpretação, trabalha com a relação entre países centrais e periféricos, expondo as características próprias desses últimos, por meio da forma como foram integrados ao sistema capitalista. Assim consideradas, as relações de troca, em vez de induzir o desenvolvimento, reforçariam suas disparidades. Na crítica de Oliveira (2003), a perspectiva dual-estruturalista coloca o “atrasado” em uma situação de não-integração e marginalização, separado do setor “moderno”, industrializado e capitalista.

Vários autores brasileiros buscaram elaborar interpretações que consigam explicar

essas desigualdades, além de conter, em si, uma possibilidade de superação – sempre considerando as respectivas divergências presentes nos pressupostos teóricos que cada análise se baseia. Guido Mantega (1984) faz uma análise desses modelos explicativos do desenvolvimento representados em cinco grupos, a saber:

1) Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares defendem um desenvolvimento com forte intervenção estatal na promoção de uma industrialização voltada para o mercado interno, denominada de “Modelo de Substituição de Importações”;

2) Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães interpretam que os principais entraves do desenvolvimento seriam o caráter semifeudal da economia e a exportação de produtos primários. Para eles a saída seria a revolução burguesa, entendida como uma associação entre trabalhadores e industriais progressistas para o fortalecimento de uma indústria nacional, o chamado “Modelo Democrático-Burguês”;

3) André Gunder Frank e Rui Mauro Marini elaboram a “Teoria da superexploração dos trabalhadores periféricos”, que seriam explorados tanto pela burguesia local quanto pela imperialista. As saídas possíveis seriam o socialismo ou o fascismo; este um regime totalitário que permitiria a contínua exploração da força de trabalho; aquele, a saída para a implantação da democracia;

4) Fernando Henrique Cardoso formulou a chamada “Teoria da Dependência” segundo a qual poderia haver crescimento baseado no aumento do componente técnico da composição orgânica do capital, impulsionado pela extração relativa do excedente. O desenvolvimento capitalista poderia ser realizado nos países periféricos dependentes através da associação ao capital estrangeiro;

5) Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen propõem o chamado “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento” no qual o Estado intervém amplamente na regulação da economia, seja com medidas protecionistas, seja através de investimentos diretos em grandes obras de infraestrutura. São eles os promotores da política econômica brasileira conhecida por “milagre econômico”.

Vale ressaltar que esse período ao invés de explicitar os termos da modernização (pretendida) brasileira os obscurecia, obliterado tanto pelo crescimento econômico quanto pela interpretação do imenso exército industrial de reserva, cujo papel seria o de rebaixamento da remuneração à força de trabalho. Segundo Kowarick,

A mudança radical que se abre com os anos 1980 reside no fato de que, antes,

a expansão econômica gerou uma quantidade de empregos que em certa medida contrabalançou a queda dos níveis de remuneração, ao passo que, com o avançar da década, não só se acentuou o grau de pauperização, como também muitos nem mesmo conseguem se transformar em mercadoria superexplorada por um capitalismo que se atola no pântano da recessão: no final de 1983, (...) o nível de emprego industrial voltou a ser semelhante ao imperante em 1973, num contexto em que continuou acentuado o incremento demográfico da Região. (KOWARICK, 2000, p. 21)

Para Kowarick (2002), com a Teoria da Dependência, não haveria propensão à estagnação ou incremento do desemprego no país: “o desenvolvimento dependente mostrava-se caminho histórico viável a ser trilhado” (idem, p. 11); haveria, inclusive, a possibilidade de uma ampliação dos direitos básicos e da cidadania. Tanaka (2006) destaca as críticas de autores a essa leitura, pois esses afirmam tratar-se de um processo de superexploração do trabalho - resultado do crescimento econômico – cujo componente constitutivo, no processo de criação de riqueza, é o aumento da pobreza nos centros industriais, essencial à aceleração de extração de excedente. Segundo Kowarick, “em suma, essas sociedades de periferia do capitalismo teriam leis gerais de acumulação inerentes ao desenvolvimento dependente periférico [...]” (KOWARICK, 2002, p. 120) que, ao produzir formas novas, reproduz as antigas, e estas, por sua vez, baseiam-se na miséria, desigualdade e subdesenvolvimento social e econômico.

2.3 - Produção do Espaço pela Geografia Lefebvrina: alguns apontamentos

Segundo Alves (2011), no Brasil dos anos 1940, a Geografia “limitava-se a indicar áreas que ficavam muito distantes do centro, mas não necessariamente eram compostas por populações de baixíssima renda” (Idem, p. 36). O entendimento de periferia como áreas distantes do centro e com população de baixa renda, bastante difundido a partir dos anos 1970, generaliza-se e faz com que áreas igualmente distantes, mas com populações abastadas, deixem de ser nomeadas periferias.

A autora entende que, até os anos 1980, a divisão compartimentada da sociedade era mais visualizada espacialmente e explicada teoricamente a partir da relação centro-periferia. Outro aspecto por ela destacado é o papel da existência da propriedade privada do solo, característica vista como um dos fundamentos da desigualdade socioespacial existente no Brasil e essencial no processo de construção e transformação urbana. Aqui, a posição de

Alves (2011) vai ao encontro do entendimento de Carlos (2003, p. 82), para quem

[...] a periferia se produz como decorrência de um processo que contrapõe uma produção social do espaço fundamentada à sua apropriação privada do solo urbano – de modo que a morfologia social se realiza também enquanto morfologia espacial - revelando a importância da propriedade privada.

Segundo Volochko (2011), com a crescente raridade do espaço edificável disponível nas regiões mais valorizadas – exercida sob a propriedade privada do solo – o setor imobiliário avança em direção às periferias na tentativa de superação das barreiras espaciais e, com isso, ampliar os espaços de reprodução capitalista. A produção dessas novas espacialidades demanda a atualização das estratégias para que essas áreas (as periferias) possam ser capitalizadas via financiamentos imobiliários. Nessa busca pela produção de uma moradia homogênea há a produção de um cotidiano desigual, que inclui alguns e espolia outros, promovendo o aprofundamento da segregação socioespacial. O autor, em sua tese, pretende contribuir com a crítica da cotidianidade elaborada a partir da produção capitalista do espaço periférico que ocorreu no Brasil.

Ao refletir sobre as transformações ocorridas, recentemente, nas periferias urbanas da Metrópole de São Paulo, Burgos (2011) percebe uma discussão em base a diferentes perspectivas teóricas, passíveis de classificação em dois grandes grupos: o que questiona o enfoque instrumentalizador do conhecimento acumulado sobre a urbanização, voltado à busca de uma governança urbana; e o que entende, a partir de uma leitura crítica, a “urbanização como uma circunstância necessária da reprodução do capital em escala mundial” (Idem, p. 2). A autora (Idem, p. 2) acrescenta que, desde a identificação da existência da periferia,

[...] foi introduzida no conhecimento sociológico uma noção de espaço. A partir de então, tanto uma corrente da sociologia queria compreender o espaço, quanto os geógrafos, que tem no espaço-território seu objeto, viram-se na contingência de compreender processos sociais.

Para Burgos (2011), a partir da compreensão da gênese do desenvolvimento da metrópole paulistana, será possível identificar, na formação destas periferias, o “processo de periferização da população trabalhadora” (Idem, p. 3). Acerca dos aspectos metodológicos destas análises, a autora entende que, sob a perspectiva do materialismo histórico, continuam válidas as contribuições dos anos 1970 e 1980. Para estes estudos, a periferia era vista como um território homogêneo e de extrema pobreza. Diferentemente de quem entende essa leitura como resultado de “uma análise macrosociológica”, a autora aponta tratar-se da compreensão

de uma forma urbana com padrão de crescimento periférico, que corresponde aos conteúdos históricos materializados durante esse processo de urbanização⁵¹.

Para a autora (2011), com o advento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) – que se apresentavam enquanto possibilidade tecnológica – mapeou-se a heterogeneidade dos “territórios da pobreza”, ainda que a “estrutura geral da metrópole continue a ser caracterizada pela existência de inúmeros espaços homogêneos social e espacialmente separados entre si, configurando uma intensa segregação entre áreas ricas e pobres” (MARQUES e TORRES, 2005. p. 10-11). Desse modo, Burgos (2011) entende que a fragmentação da metrópole, dada com base na relação centro-periferia, é um modelo espacial que relaciona os conteúdos da indústria (capital), com os da periferia (trabalho), assim como com os das suas modalidades espaciais.

Para Damiani (2008), o proletariado – desdobramento da característica de nossa hiper-modernidade – teve sua condição urbana como fio condutor de sua inserção no universo mercantil, um momento do consumo. Na sociedade moderna e contemporânea o sujeito é o processo do capital e o processo de urbanização realiza-se como a reiteração e atualização desse sujeito. Territórios, ampliadamente, são definidos como territórios do capital, instaurando-se nesses espaços enquanto potência econômica e política. O sentido dos lugares é renovado, pois,

A produção social do espaço urbano constitui um seu território, que concentra momentos importantes da circulação do capital. O urbano não é um território neutro para os negócios capitalistas. É suporte - condição geral do capital -, com a infraestrutura econômica e social ativa e relativa às suas necessidades; concentra parte significativa da produção industrial e dos demais momentos de sua realização; no limite, sintetiza forças produtivas do capital compatíveis e alimentadoras do processo e se faz força produtiva, inclusive, economiza-se enquanto tal: produz-se a urbanização como negócio, travestida, muitas vezes, de supressão estratégica de espaços socialmente degradados. (DAMIANI, 2008, p. 235).

O homem busca satisfazer uma série de necessidades – sejam naturais ou históricas – cujo sentido condiciona a maneira segundo a qual se estabelece a relação entre os homens e destes com a natureza. No entanto, no modo de produção capitalista a satisfação dessas

⁵¹ Para Bolaffi, a periferia não está vinculada a uma questão geométrica do urbano, mas (...) “a setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda. (...) O padrão periférico de crescimento decorre da existência de mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca enquanto bem natural e ao papel que deveria desempenhar na composição e na organização do espaço requerido para as atividades públicas ou privadas da população.” (BOLAFFI, 1979. p. 57-58).

necessidades não é o objetivo, mas a valorização do capital. O sistema de desejos constitui-se a partir da divisão do trabalho, desse modo cada indivíduo poderá consumir de acordo com o papel que desempenhou no processo de produção da riqueza social, ou seja, a satisfação das necessidades do homem está subordinada à relação capital-trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas tem como um dos seus desdobramentos a ampliação da dominação e exploração do produtor sobre o trabalhador, sendo que este, por sua vez, ao ser transformado cada vez mais à condição de apêndice da máquina, torna-se alienado em relação ao produto resultado de seu trabalho. Estabelecem-se leis jurídicas que visam manter a (re)produção das relações sociais necessárias ao processo de acumulação do capital, com especial destaque para a propriedade privada de parcelas do espaço; base do modo de produção capitalista.

Segundo a autora, a mobilização da propriedade privada da terra – concernente a essa produção social do espaço urbano – possui, ainda, um desdobramento de 2º grau, ou seja, para “além de colar num segmento produtivo como o do capital imobiliário, e inclusive através dele, reproduz-se na sua financeirização e na implicação de instituições do Estado, diretamente, na manipulação do agenciamento financeiro” (DAMIANI, 2008, p. 243). Esse processo de urbanização – configurado como um circuito próprio de capital imobiliário – tem consequências tanto no processo do capital quanto nos limites da vida urbana, visto, atualmente, consubstanciado. Este circuito – antes secundário – ganha proeminência junto ao conjunto dos setores econômicos. Estamos diante de uma acumulação primitiva do espaço, definida negativamente, realizando um processo de expropriação consoante à degradação do trabalho.

Ao procurar interpretar as diferenças espaciais, enquanto diferenças sociais e econômicas, Damiani (2006) as identifica como inerentes a um sistema econômico que tem como sua projeção espacial a divisão territorial do trabalho. Desse modo, a autora refuta o pensamento que vê essas diferenciações como diferentes modos de produção que, capitaneados pelo modo especificamente capitalista, agiriam simultaneamente, visão que, para ela, representaria uma leitura estruturalista-marxista (LIPIETZ, 1983). Para a autora, a divisão social do trabalho desdobra-se numa divisão territorial do trabalho, com diferentes momentos desse processo realizando-se em diferentes lugares e constituindo-se em diferenças sociais e econômicas. Por essa visão, a questão da análise da existência de descompasso entre o que é mais ou menos moderno perde potência explicativa. Para a autora, “[...] uma estrutura urbana, com as hierarquias postas como permanências, tende a ser negada [...]” (Idem, p. 138).

2.4 - Crítica do valor e crise do trabalho

Ao pesquisar a formação e reprodução de um bairro periférico da metrópole de São Paulo (Jardim Ibirapuera, subdistrito do Jardim São Luís, na zona Sul de São Paulo), a partir de uma reflexão fundada na mobilidade do trabalho, Giavarotti (2012) pressupõe que a metropolização de São Paulo expressa uma mudança de sentido fundamental no processo de modernização nacional “na medida em que agrupará os elementos materiais de uma sociabilidade ‘tipicamente moderna’” (Idem, p. 95). Desse modo, além de capital na forma dinheiro, meios de produção, infraestrutura etc., será necessário que a cidade concentre também capital, entendido por Marx como a realização e acumulação de determinada relação social. O autor acrescenta que, para Marx, a “Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (MARX, cap. IV, 1985, p. 140).

A partir da sua leitura de Marx, o autor entende que a mudança fundamental realizada pela acumulação primitiva, fundada em relações de trabalho assalariado, assume, no Brasil, o caráter de uma modernização retardatária - acumulação entendida via a dupla liberdade do expropriado, enquanto constituinte da mobilidade do trabalho. Desse modo, estaríamos diante da dissolução do momento regional e da consolidação do Estado Nacional que, para Leite (2010), tem em 1930 o primeiro momento de um longo processo de inflexão, que corresponderia ao “processo de autonomização das categorias da relação-capital” (Idem, p. 174). Autonomização essa (considerando o momento regional como uma articulação de espaços sócio-econômicos - OLIVEIRA, 1977) compreendida enquanto “aparência” de autonomia entre as categorias terra, trabalho e capital, capazes de fundamentar uma sociabilidade mediada pela forma-mercadoria e de atuar no sentido da acumulação de capital.

Segundo Giavarotti (2012), as forças de trabalho gestadas nesse momento de passagem (do regional para o Estado Nacional) são as que se tornaram tanto os braços armados do Estado quanto os braços produtivos dos capitais urbano-industriais no Centro-Sul. Desse modo, estabelece-se uma “não-simultaneidade” (KURZ, 1992) internamente ao território nacional, já que, apesar da industrialização ter caráter nacional, ela só pode realizar-se a partir de uma polarização regional. O autor entende que há a ascensão de São Paulo à condição de vanguarda de uma internalização da metrópole pela colônia, enquanto “crítica afirmativa” (KURZ, 2007) nacional, um momento do imperialismo.

Tendo como origem o questionamento das proposições teóricas e suas conceituações sobre os espaços entendidos como periferias urbanas da metrópole, Pinho (2010) entende que

grande parte das pesquisas até hoje realizadas não respondem mais à complexidade existente nesses espaços atualmente. São construções teóricas dos anos 1970 e 1980, baseadas no capital produtivo, na centralidade da luta de classes, na ideia desses espaços como “um lugar outro” na cidade, ou seja, teorizações marxistas que tinham como centro da análise a visão destes espaços enquanto *locus* do exército industrial de reserva e da ontologização do trabalho.

Segundo o autor, a luta pela “inclusão” na cidade acabou derivando-se para a integração desses espaços ao consumo, o que resulta em uma periferia também consumida pelo mundo da mercadoria, via os mecanismos de expansão do crédito. Tal fato torna necessário repensar a relação centro-periferia na metrópole paulistana, além de ser imprescindível tensionar a perda da potência posta por esta relação dicotômica na metrópole.

De acordo com Pinho (2010), Kowarick (1977) afirma que o crescimento do setor industrial dinâmico, desde os anos 1960, desafia as análises feitas sob a ótica da marginalização nas cidades e cria um processo com forte vetor industrial para o crescimento delas. Além disso, Kowarick (1977) teria entendido que houve uma grande ampliação do setor secundário entre 1940 e 1970, apesar do fato de grande parte dessa cidade, vista como marginal, viver a partir dos serviços que teriam sua origem nesta massa de operários industriais.

Entendemos que a leitura dos espaços considerados periféricos a partir da centralidade da luta de classes, da hegemonia do capital produtivo e da ontologização do trabalho - cujo pressuposto era a dicotomia centro-periferia - perde potência explicativa nos dias de hoje. Se considerarmos que nossa sociedade está fundada na valorização do valor e a sociabilidade é mediada pela forma-mercadoria - com sua realização possível somente mediante a expansão do crédito - a economia torna-se-á cada vez mais fictícia e financeirizada, e o consumo um momento cada vez mais indispensável para sua reprodução.

O processo de homogeneização via consumo e acesso ao crédito destitui o que era considerado característico da periferia. Não refutamos a pobreza, o cotidiano de violência, a insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo – característicos desses espaços –, mas as análises que tinham por pressuposto a exclusão e a luta por equipamentos de consumo coletivo. Entendemos que essas leituras tiveram a inserção ao consumo como seu limite. A crítica radical ao modo de produção capitalista e a negatividade do processo não foram possíveis de serem alcançadas. Surge a necessidade de se considerar em que medida as diferenças espaciais podem ser entendidas enquanto inerentes a um sistema econômico, e como a expansão do crédito e a ficcionalização da economia tensionam a dicotomia centro-

periferia.

Na busca por interpretar a modernização brasileira – segundo sua leitura, fundada na negatividade do trabalho – Messias (2012) entende que a espoliação urbana, mais do que intrínseca à modernização nacional, é uma das formas de manifestação da crise do trabalho e não uma questão de padrões distributivistas. Para tanto, o autor analisa uma “Comunidade da periferia de São Paulo”, a Vila Nova Esperança (situada na divisa entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra) a partir dos nexos sociais e dos processos fundamentais que, segundo ele, permite desvelar o sentido da reprodução social capitalista, sua universalidade, imanente à “modernização periférica”. Ao expor a aparência assumida pelo processo social este torna-se um momento necessário para se alcançar suas determinações essenciais. Compreender a propriedade a partir do espaço urbano – em seu movimento de conformação ante à uma realidade urbana – implica, necessariamente, compreender os momentos nos quais a mesma é negada. Não trata-se do outro da propriedade, mas a um momento negativo seu, pois este revela que sua efetividade está vinculada a um tipo de violência e coação. O percurso proposto, cujo sentido é uma existência real, é, necessariamente, fetichista.

Para o autor (2012), o processo de modernização do Brasil é crítico e, portanto, torna-se necessário compreender o estabelecimento da força de trabalho e sua forma de reprodução na metrópole. Diferentemente de outras análises – com diferentes percursos teóricos - fundadas na superexploração do trabalho⁵², Messias busca compreender outros desdobramentos presentes na crise que fundamentou o processo de modernização. Sendo essas particularidades formas de ser da universalidade da qual fazem parte, ele entende ser necessário pensar os termos dessa expansão crítica do capital e a forma como a modernização se efetivou no Brasil. Essa industrialização manteve a condição de atraso do Brasil em relação às forças produtivas e, com isso, mostrou os limites dessa forma de modernização, assim como do pensamento a ela vinculado.

⁵² O autor discorda da leitura de Antunes, segunda a qual o direito ao trabalho seria uma forma de enfrentamento e superação possível da sociedade capitalista. Ao se estabelecer numa sociedade superior o trabalho propiciaria a reestruturação do ser social e, com isso, a desestruturação do capital. Um processo que permitiria, concomitantemente, a emancipação *do* trabalho, *no* trabalho e *pelo* trabalho. Pois “O trabalho se apresenta como a chave analítica para a apreensão das posições teleológicas mais complexificadas, que se pautam não mais pela relação direta entre o homem e a natureza, mas sim por aquela se estabelece entre os próprios seres sociais. O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, protoforma do ser social, porque possibilita a síntese entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social.” (ANTUNES, 1999, p. 166).

Hoje, na minha visão, tanto o crime quanto a política, só representam grupos de interesses que disputam o poder para benefício próprio. Eles sequer tentam fingir representar algum posicionamento que contraste com os demais.
[...]

Mas no fundo somos um bando de teimosos que tentam encontrar uma saída coletiva, mas só encontramos discurso, nada mais! A grande tristeza é ver que o crime, os partidos e a própria sociedade agem da mesma maneira.
Ninguém quer criar um partido de pobres e ser parte integrante dele.
Ninguém quer criar seus filhos para não serem os melhores.
Ninguém quer criar facção criminosa para ser um soldado dela.
Como os países estão perdendo o sentido aos poucos, a globalização é um fenômeno que reflete a nova ordem: a grana. Sendo assim, só existe um tipo de partido, o dos ricos. Só existe um tipo de crime, o dos ricos. Só existe um tipo de sociedade, a dos ricos!!

ATHAYDE, C. e BILL, MV (2006)

Seção 3 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS SOCIAIS

3.1 - A questão urbana na região metropolitana de São Paulo: passagem de subúrbio à periferia⁵³

Com o avanço dos loteamentos populares, ocorrida após os anos 1960, a discussão sobre a divisão intraurbana das cidades passa a ser tema de grande interesse nas ciências sociais, a partir da questão da segregação e da marginalidade. A noção de subúrbio perde espaço para a concepção de periferia urbana. Nesse momento as análises marxistas tornam-se críticas às ideias evolucionistas que veem os subúrbios e as periferias como faixas de transição entre o rural e o urbano (GOTTDIENER, 1997). Prolifera-se uma grande produção teórica baseada, principalmente, no marxismo de base estruturalista (ALTHUSSER, 1974).

Segundo Pinho, a partir do debate que ligava a teoria da dependência à da marginalidade na América Latina, pode-se dizer que

Basicamente a ênfase das análises deste período estará ligada à questão da expansão suburbana relacionada ao processo de industrialização, considerando a urbanização como concentração territorial e como processo indutor de diferenciação intra-urbana entre a área central e a periferia e entre o campo e a cidade. (PINHO, 2010, p. 30)

De acordo com essa leitura, as periferias urbanas e os subúrbios seriam o local de onde os trabalhadores se deslocariam (configurando o movimento pendular diário), com esse espaço visto como *locus* de reprodução da força de trabalho e, por sua vez, diferentemente de outro, no qual se localizava a indústria. Para Pinho (Idem), há outra perspectiva, integrada à primeira, segundo a qual as periferias seriam portadoras de uma característica socioeconômica e teriam como base a estratificação social da cidade.

Segundo Martins (2001) e Langenbuch (2001), a noção de subúrbio foi utilizada por quase dois séculos na cidade de São Paulo (segunda metade do século XVIII e decorrer do XIX), para indicar as regiões rurais vinculadas à cidade. Para Rolnik (1988), nesse período a centralidade da produção econômica estaria concentrada nestes núcleos, portanto, não haveria separação entre o viver e o trabalhar na colônia.

Para Alfredo,

Podemos dizer, portanto, que até o século XIX a cidade, (embora existente ao menos como sentido), ou a vida urbana, estava imersa nos acontecimentos agrários e, portanto, ela estabelecia-se como um momento da sociabilidade

⁵³ Cf. Francisco (2015).

agrária. Isto quer dizer que mesmo se estabelecendo como um processo em conflito desde seus primórdios com seu entorno, a cidade realizava-se como um dos momentos do agrário. Em muitos sentidos ela era a periferia! (ALFREDO, 2003, p. 111)

Segundo Pinho (2010), há a inversão desse processo a partir da especificidade da industrialização brasileira e a consequente transformação de São Paulo tanto em centro simbólico quanto em centro econômico. Segundo Martins (2002), há a perda relativa de isolamento dos subúrbios e estabelece-se novas relações econômicas, provocando o surgimento de um importante personagem: o operário. Dessa maneira, Martins (Idem, p. 9) assinala que,

A dicotomia colonial da cidade e de seu subúrbio separavam o mandar e o trabalhar. Ora, com o início da disseminação do trabalho livre e do início da industrialização, o espaço do mandar foi invadido pelo trabalhar e sua nova hierarquização das relações sociais e das classes e seus conflitos, completamente diferente da que prevalecera do passado. (MARTINS, 2002, p.9)

Para Martins (2001) e Langenbuch (2001), com o desenvolvimento da industrialização e com a construção das ferrovias⁵⁴, a região atendida por esses trechos de ferrovia caracteriza-se como subúrbio. No entanto, de acordo com os autores, a designação desses trens como trens de subúrbios só ocorre posteriormente. Para Martins (2001), esse fato já representaria uma unidade da cidade com seu entorno, isto é, os subúrbios apresentando-se enquanto uma extensão cotidiana do urbano. Para o autor, “a noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a urbe, a cidade, aquilo que ele não é espacialmente, mas, de algum modo o é economicamente. Ao mesmo tempo, atenua o novo contraste entre a cidade e a roça” (Idem, p. 76).

Segundo Burgos (2011), entre os americanos e ingleses a noção de subúrbio corresponde ao que não está na *urbs*; já para os franceses a concentração urbana – entendida enquanto um fenômeno - foi considerado como aglomeração urbana. Para a autora, no Brasil, sob o ponto de vista do espaço, à distinção entre *urbs* (o que é e está dentro) e *suburbs* (o que não é e está fora),

[...] se sobrepôs um raciocínio sócio-econômico que classificava um certo número de países em países de centro e países periféricos; transportadas essas noções para raciocinar as desigualdades regionais no interior de um país, logo foram identificados os centros e as periferias. [...] O centro compreendido como lugar de acúmulo histórico; lugar de nascimento das

⁵⁴ São Paulo Railway, empresa de capital inglês.

instituições da cidade. A periferia o outro, aquele que não é cidade. (BURGOS, 2011, p. 7)

Dessa maneira, Burgos (2011, p. 7) entende que “A noção de subúrbio ficou anacrônica em relação à periferização produzida na modernidade”. Quando há ligação, por meio do sistema ferroviário, desse espaço com o seu entorno, estaríamos diante de um subúrbio e, ao contrário, quando o exército de trabalhadores desloca-se, através de um longo e relativamente homogêneo espaço, do domicílio até o trabalho, teríamos a periferia; com esta entendida como funcional à reprodução social.

Para Martins (2001), a substituição da concepção de subúrbio por periferias urbanas foi indevida. Os extremos da cidade passaram a ser vistos como o local de moradia das classes operárias. Martins (2001, p. 78) ressalta que “A periferia é o contrário do subúrbio. A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo.” Seguindo as proposições de Singer (1979) sobre essa questão, Tanaka (2006) entende que a renda da terra é resultado de um processo segundo o qual há a crescente expansão da cidade e a consequente incorporação de novas áreas. Para a autora, há a conversão de antigas áreas rurais em áreas urbanas e, essa expansão, gera e mantém vazios urbanos, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

Ao discutir as contribuições de Pasquale Petrone (1995), Damiani (2007) buscou partir da importância dos aldeamentos construídos no entorno do que viria a ser a metrópole paulistana, um caminho de entendimento que explicasse a passagem dos subúrbios às periferias urbanas. Damiani entende que, com a realidade da metrópole paulistana como centro da análise,

[...] é possível, a propósito de São Paulo, construir uma linha de análise que vai dos aldeamentos dos séculos XVI, XVII, XVIII, do cinturão caipira do século XIX até o “cinturão de pousio social”, expressão do autor, que define a periferia de São Paulo como um caminho em direção à metrópole: aldeamentos (do século XVI ao XVIII); aglomerados caipiras (XIX), subúrbio (XX até os anos 60), periferia anos 60 em diante [...] e depois invadida pela ordenação (projetos estatistas de moradia popular). (DAMIANI, 2007, mimeo)

Entendemos que, a partir da proposição de Damiani (2007), pode-se desdobrar que os loteamentos populares apropriaram-se das áreas antes ocupadas pelas chácaras e subúrbios agrícolas. Esse movimento de especulação imobiliária resultou no retalhamento do espaço urbano e, dentre outras formas, na proliferação de loteamentos construídos através de mutirões por famílias pobres. Concomitante a isso, houve a ação do Estado por meio da

construção de vários conjuntos habitacionais, cujo objetivo era abrigar a população operária; mas esse assentamento se dava em áreas distantes das regiões centrais⁵⁵. A nosso ver, esse momento explicita o fato de que não havia a falta do Estado, e, sim, o estabelecimento de um processo de socialização negativa.

A publicação de “São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza” (CAMARGO et al., 1976), torna-se uma importante referência para entender o desenvolvimento urbano de São Paulo, ao retratar o papel econômico que São Paulo exercia na economia nacional na década de 1970. Para Tanaka (2006), diferentemente de Oliveira (1972) que – segundo sua leitura – procurou desvendar o papel do Estado na concentração econômica e na transferência de recursos para a industrialização, Camargo et al. (1976) buscam retratar os contrastes e a concentração de riqueza em São Paulo (no Estado, na Região Metropolitana e na cidade, a depender dos dados disponíveis) e, depois, caracterizar os contrastes presentes no espaço urbano da metrópole.

A obra de Camargo et al. (1976) foi um dos primeiros trabalhos a caracterizar espaços da cidade como local de moradia dos trabalhadores de baixa renda e a utilizar o termo periferia, atribuindo-lhe o sinônimo de segregação socioespacial e de desigualdades territoriais, decorrentes do modelo de crescimento da cidade de São Paulo. Segundo os autores,

Surge no cenário urbano o que será designado 'periferia': aglomerados clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção. [...] São bairros afastados, de concentração de pobreza, verdadeiros 'acampamentos desprovidos de infra-estrutura' (CAMARGO et al., 1976, p. 25-47) [grifo dos autores].

A obra de Langenbuch, “A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana” (1971) é uma importante contribuição para o entendimento acerca da formação da metrópole paulistana e da noção de subúrbios, periferias e circunvizinhanças da cidade de São Paulo. No entanto, ao não definir o sujeito do processo, o autor interpretou, a nosso ver de maneira reducionista, o papel das ferrovias e da malha viária como predominante, além de caracterizar as periferias, principalmente, como local de moradia da classe trabalhadora industrial. Pinho (2010) aponta que “Apesar do autor não usar a palavra 'periferia' e manter [o termo] 'subúrbio', sua obra já descreve essa passagem”, sem contar que ela tem o mérito de pôr em discussão as separações da metrópole, a partir do recorte espacial. No entanto, “o autor parte especificamente da priorização da materialidade e a concreticidade⁵⁶ deste

⁵⁵ A autora estudou a Cohab I de Itaquera.

⁵⁶ O termo correto seria concretude.

processo de separação na metrópole, desprezando as relações abstratas do valor” (idem, p. 39).

3.2 - A (re)produção da periferia: segregação espacial no espaço urbano

Na Geografia, algumas obras⁵⁷ (não marxistas) são destaques na discussão que se estabelece sobre a formação da metrópole paulistana. Para Damiani (2008), o tema da urbanização permitiu à Geografia inserir-se nas discussões acerca dos fundamentos da reprodução ampliada da acumulação do capital e, sob a perspectiva do marxismo, possibilitou estudos mais radicais sobre a cidade.

Segundo Kaecke (2014), após a segunda metade dos anos 1970 a Geografia urbana passa a entender a formação das periferias, ou a pobreza em si, como decorrente de um processo mais amplo. Há, como desdobramento de tal fato, a desvinculação do crescimento econômico do avanço das condições de vida dos trabalhadores. Esse diálogo se dá, preferencialmente, com a Sociologia, com a Economia e com o Urbanismo. Sob esse viés, o entendimento da periferia urbana não pode ser dissociado dos demais processos da sociedade brasileira, portanto, é necessário pensar uma teoria que comporte as especificidades do capitalismo nos países subdesenvolvidos e não através da importação de modelos teóricos. Pois, para essas pesquisas,

[...] o processo de modernização brasileiro, que ocorre no campo e na cidade, gera uma série de consequências, como a hipertrofia de algumas cidades, o desemprego agrícola e o decorrente êxodo rural, o sub-emprego nas cidades, a degradação das condições de vida dos trabalhadores pobres, cujo resultado nas cidades é a expansão de lugares voltados quase que exclusivamente para moradia de pobres urbanos, marcados pela ausência de infraestruturas e de serviços de consumo coletivo. (KAECKE, 2014, p. 57)

Para a autora, trata-se de um raciocínio centrado na produção, com especial destaque para o conceito de exército industrial de reserva. Mesmo as pessoas não inseridas, plenamente, no mercado de trabalho, tem uma funcionalidade na reprodução desse próprio sistema. Não é possível estar excluído, pois a realidade social faz parte de uma totalidade, cujo sentido não permite análises “marginalistas ou dualistas”.

No entanto, as discussões estabelecem-se ao abordar a questão das periferias sob o viés da luta de classes, da segregação socioespacial e da marginalidade. As periferias são

⁵⁷ “A Cidade de São Paulo”, publicada pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB, 1958), “Os subúrbios orientais de São Paulo”, Azevedo (1945) e “Os Aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana”, Petrone (1964).

vistas como o *locus* da classe trabalhadora, espaço onde se dá sua reprodução, marcado pela carência de infraestruturas e/ou de equipamentos de consumo coletivo. Dentre os autores desse tronco teórico, podemos destacar Harvey (1982), que procurou discutir os conflitos estabelecidos denominando-os como “produção do ambiente construído”. Para Harvey, com o advento do capitalismo de base industrial, estabelece-se a separação dos locais de viver e trabalhar, do ponto de vista do trabalhador, gerando a partir daí duas lutas independentes: uma no local de trabalho, por melhoria dos salários e condições de trabalho (principal faceta da luta de classes); e outra no local de moradia dessas classes trabalhadoras, por melhorias nas condições de residência.

Entendemos que o desenvolvimento das construções teóricas sobre esses espaços foi elaborado, de maneira consciente ou não, tendo como um de seus intuitos colaborar – aqui no sentido de sair das discussões apenas acadêmicas – com as lutas dos movimentos populares urbanos em conformidade com a luta do movimento sindical e com a luta dos partidos que se opunham à ditadura. A luta por melhores salários vinculava-se à luta por melhores condições de vida. Para Kowarick (1979), a solução do problema da habitação – enquanto elemento da reprodução dos trabalhadores – ocorria através da construção de vilas operárias em regiões centrais e próximas às fábricas. Essa solução ocorreu do começo do século até 1930, mas com a valorização dos terrenos nas áreas centrais decorrente do crescimento industrial, o trabalhador passou a arcar com os custos da sua habitação. Segundo o autor,

As empresas transferem assim o custo da moradia [...] conjuntamente aos gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços de infraestruturas urbanas, quando existentes, para o Estado. Desse momento em diante, vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. A partir de então surge no cenário o que passou a ser designado de periferia: Aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. (KOWARICK, 1979, p. 35)

Segundo Castells (1983), a distribuição das residências no espaço segue as leis gerais da distribuição dos produtos no modo de produção capitalista, ou seja, a partir da capacidade de compra dos indivíduos estabelece-se a diferenciação social observada na paisagem urbana e seu desdobramento, a estratificação urbana e a segregação espacial. Essa é uma dimensão do fenômeno. Para compreendê-lo em sua totalidade é preciso considerar outra dimensão. Há uma tendência geral à organização do espaço que se expressa tanto em zonas de forte homogeneidade social interna quanto à intensa disparidade social entre elas. No entanto, cada

cidade tem em sua composição um histórico de várias estruturas sociais, do mesmo modo que, à essas tendências assinaladas, há as contratendências resultado das práticas socialmente determinadas na lógica da reprodução. Para o autor,

[...] existe, por um lado, a interação entre as determinações econômica, política, ideológica, na composição do espaço residencial; por outro lado, existe um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores de ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência[...] (CASTELLS, 1983, p. 250)

De acordo com Castells, a partir de uma rede de interações entre os elementos que apresentam índices diferentes de eficácia, se estabelece as determinações de uma complexa estrutura social do espaço. Para o autor, a compreensão da questão urbana passa pela política urbana, sendo esta concebida enquanto uma dimensão necessária com vista a atingir e redimensionar os termos – transformados a partir do embate via luta de classes – fundamentais da nossa sociedade⁵⁸.

No entendimento do autor o indivíduo, ao transformar a si, transforma o ambiente em que vive, como desdobramento da luta pela vida, mas, também, a luta pela apropriação diferencial resultado do produto do seu trabalho. Estrutura social determinada pela sociedade a que se refere, o espaço urbano é uma forma social particular. Para além das análises culturalistas e historicistas, a questão se coloca em termos sociológicos,

(...) cujo tema central é a ação contraditória dos agentes sociais (classes sociais), mas cujo fundamento é a trama estrutural que constitui a problemática de toda sociedade – quer dizer, a maneira pela qual uma formação social trabalha a natureza, e o modo de repartição e de gestão, e, portanto de contradição, que decorre disso. (CASTELLS, 1983, p. 190).

Pensar os problemas urbanos como as formas de articulação entre as classes, a produção, o consumo, o Estado e o urbano implicaria em vê-los como um momento da reprodução da força de trabalho. Diante disso, haveria uma relação inextricável entre o processo de consumo, a acumulação do capital e a relação política entre as classes.

Segundo Alfredo (1999), os problemas urbanos são explicitados no interior da contradição inserida na produção de um espaço vinculado com a produção e realização do valor, pois,

⁵⁸ “O âmago da análise sociológica da questão urbana está no estudo da política urbana, isto é, da articulação específica dos processos designados como ‘urbanos’ no campo da luta de classes e, por conseguinte, na intervenção da estância política (aparelho do Estado) – objeto, centro e mecanismo da luta política.” (CASTELLS, 1983, p. 351).

(...) a produção do espaço metropolitano tem por objetivo, portanto, colocar as conquistas sociais do processo de desenvolvimento da sociedade como um todo dentro das esferas de estoque e solvência, por isso mesmo não se tratam de usos do espaço, mas principalmente de valores-de-uso, pois têm como finalidade a realização do valor de troca. (ALFREDO, 1999, p. 69).

Castells (1983) faz uma diferenciação entre o consumo coletivo e o consumo individual implicados na reprodução da força de trabalho no que tange a estruturação das unidades urbanas, vistas como o espaço cotidiano presente em um segmento circunscrito da força de trabalho. Conforme a reprodução coletiva (objetivamente socializada) da força de trabalho avança, a concentração de meios de consumo, assim como sua interdependência, são maiores, fortalece-se a unidade de gestão do processo. Tornado condição estruturante na sociedade, esse consumo coletivo da força de trabalho acaba por determinar a noção de urbano e, com isso, ratifica a inevitabilidade de articulação dos processos sociais. No entanto, Castells (1983) reconhece haver conteúdo específico da questão urbana na periferia do capitalismo, pois os problemas urbanos estão diante da problemática da marginalidade, a partir da qual parte expressiva da população é, somente, requisitada como exército de reserva, ou seja, não será estruturalmente parte integrante dessa força de trabalho. A nosso ver, mesmo diante de uma possível expansão capitalista, essa parcela buscará sua viabilidade nos meandros possíveis para sua própria reprodução, portanto, não trata-se de exclusão, mas de uma inclusão enquanto possibilidade.

Em sua análise da obra de Castells, Santos (2017) entende que o autor criou uma “via quase incontornável” com sua aproximação do pensamento crítico sobre o urbano, assim como o fortalecimento que o uso da noção de marginalidade alcançou com sua obra. Segundo Castells, essa noção está indissociável do debate sobre a exclusão social e segregação espacial. Essa marginalidade aparece como uma particularidade regional tendo por base o imperialismo e a dependência econômica. Em diálogo com os estudos da Cepal, Castells entende haver um “desvio” ou “desajuste” em nosso processo de industrialização, o que, por sua vez, explicaria o surgimento dessa massa marginal. Nosso parque industrial já se instalou com elevada produtividade, profundo impacto na organização do trabalho de então e baixa absorção da força de trabalho, ou seja, se pulou etapas nesse processo.

Para Santos (2017), desse contexto deriva o fato de Castells – e de boa parte dos geógrafos que trataram da questão da macrocefalia urbana presente na América Latina – associarem tal realidade à existência e/ou surgimento de um terciário hipertrofiado. Segundo o autor,

[...] o que resta da potência crítica inovadora trazida na bagagem da questão urbana – avanço, este, esperado com o debate sobre a urbanização posto além da articulação produtivo-industrial – foi desidratado pelo enfoque estruturalista que reduziu a cidade ao espaço do consumo coletivo e, portanto, da reprodução da força de trabalho. (SANTOS, 2017, p. 623)

Para o autor (2017), a crítica feita ao uso da noção de marginalidade acabou por se tornar elemento estruturante na busca pela compreensão da especificidade latino-americana e, por conseguinte, base da crítica ao conteúdo que era, fundamentalmente, não-dialético – como no caso do dualismo cepalino – e do excessivo destaque dado à noção de exclusão social.

Para Harvey (1982), o consumo da classe trabalhadora é visto como um desdobramento necessário para que o processo de reprodução do capital se efetive. Ao longo dos anos no capitalismo esse processo se complexifica, ganha ares de uma coletivização do consumo que remete à reprodução da força de trabalho. O Estado busca controlar essa demanda em conformidade com os imperativos da acumulação capitalista. Segundo o autor,

As demandas da classe trabalhadora por saúde, habitação, educação e serviços sociais das mais variadas naturezas são usualmente expressas através de canais políticos; o governo arbitra essas demandas e procura conciliá-las com as exigências da acumulação. (...) Os sistemas capitalistas tem evoluído cada vez mais no sentido da coletivização do consumo por causa da necessidade, claramente compreendida pelas políticas fiscais keynesianas, de administrar o consumo segundo os interesses da acumulação. Pela coletivização, a escolha do consumidor é traduzida, da anarquia descontrolada da ação individual, para a área aparentemente mais controlável da ação estatal. (HARVEY, 1982, p. 18)

Para Messias (2012), tanto Harvey quanto Castells, embora remetam suas análises ao conflito capital-trabalho nos países centrais do capitalismo mundial, ou seja, à uma realidade específica, apresentaram os termos sob os quais se assentaram as interpretações sobre a luta de classes e os problemas urbanos, nesse contexto de modernização periférica. Pensar a cidade e o papel da força de trabalho – e de sua reprodução – nesse processo se fez presente. A cidade – enquanto espaço da vida cotidiana – separa-se dos estritos espaços da produção, pois é onde a esfera do consumo se efetiva. As contradições fundamentais presentes nessa sociedade se mantêm, mas as mudanças sociais do final do século XX se reverberam, em certo ponto, nessa passagem do terreno (exclusivamente) fabril para a cidade. Para o autor, o conflito entre os trabalhadores e o Estado não é a questão central para se chegar a formas pelas quais as contradições da sociedade se manifestam, pois,

[...] a reprodução das periferias urbanas se efetiva no cerne da expansão crítica do capital, cuja efetividade recai sobre a reprodução dos indivíduos de modo avassalador, revelando-se em um processo de generalização da crise

que lhe define. As formas de consciência que emanam deste processo não são casualidades, mas se conformam em uma simultaneidade necessária à reprodução do seus fundamentos, e, por conseguinte, as compreendemos como uma derivação desta objetividade social. (MESSIAS, 2012, p. 203).

Na busca da causa dos fenômenos, e não somente nas suas consequências, ocorrida a partir da década de 1970, realizada sob a perspectiva marxista, Negri (2008) questiona a Escola de Chicago, por ter entendido a segregação socioespacial como algo inerente às cidades. O autor também busca o entendimento com Harvey (1980), para quem a diferenciação residencial deve ser interpretada como a reprodução das relações sociais interna à sociedade capitalista, com acesso diferenciado aos poucos recursos necessários à almejada ascensão social. Segundo o autor (2008, p. 129), “é a classe de renda mais alta que produz, consome e controla o espaço urbano”. Ele entende que os agentes de produção desse espaço estão cada vez mais presentes nas cidades e, em conjunto aos interesses da classe alta, há a segregação socioespacial.

Segundo Sabatini, Cáceres e Cerda (2001), os estudos no campo conceitual supõem a segregação espacial como um simples reflexo da diferenciação social. Nessa mesma direção, Vignoli entende que.

En términos sociológicos, segregación significa la ausencia de interacción entre grupos sociales. En un sentido geográfico, significa desigualdad en la distribución de los grupos sociales en el espacio físico. La presencia de un tipo de segregación no asegura la existencia del outro. (VIGNOLI, 2001, p. 11) [grifo do autor]

A partir desses pressupostos, Negri entende que

A diferenciação residencial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Geram-se, assim, acessos diferenciados à infraestrutura urbana, à serviços educacionais e, consequentemente, à manutenção do *status quo*, o controle e a reprodução do exército de mão de obra de reserva nas cidades segregadas. (NEGRI, 2008, p. 138)

Esse modelo de crítica à segregação espacial proposta por Negri (2008) – assim como por Frúgoli Jr. (2005) e por Durham (1986) – entende a cidade enquanto realização plena da abstração do direito, na totalidade de sua dimensão espacial e territorial. Embora incluída na esfera do direito, portanto, do Estado, a habitação só pode realizar-se enquanto mercadoria, ou seja, a casa torna-se um patrimônio que pode ser vendido ou alugado.

Pesquisas de diversos autores demonstraram que a venda da casa pela população inicial torna-se uma prática regular quando o salário desses trabalhadores passa a não ser mais suficiente para repor suas necessidades básicas. Para Tanaka,

Como consequência deste processo, uma população com renda um pouco mais alta passa a habitar o loteamento com o passar do tempo, ocorrendo uma alteração na composição social do bairro à medida em que este é mais integrado à malha urbana com infra-estrutura. A segregação espacial se realiza [...] (TANAKA, 2006, p. 60)

Segundo Bonduki e Rolnik (1979), a cidade é ocupada diferencialmente pelas classes e de acordo com cada nível de renda. As parcelas do território com baixa renda diferencial denominam-se periferia. Ao se vincular a ocupação do território urbano à estratificação social, opera-se a ideia de várias periferias. Há o deslocamento de parte da população no sentido do gradiente decrescente da renda diferencial, de uma periferia para outra mais carente. Ao reproduzir seu espaço essa população busca reproduzir sua força de trabalho. Para os autores,

[...] apresentar baixa renda diferencial significa uma série de características conjugadas, das quais o fator distância é apenas uma. É claro que, por serem áreas de urbanização mais recente, os novos espaços incorporados à cidade são geralmente pior servidos de equipamentos urbanos, apresentando uma baixa renda diferencial em relação a outras parcelas do território urbano, já mais urbanizadas. (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p. 148)

Os autores, no entanto, destacam que essa valorização não ocorre de maneira linear pelo território da cidade, tornando impossível a definição de periferia, simplesmente, pela distância em relação ao centro ou por ser de incorporação recente. A periferia apresenta-se de maneira pulverizada no tecido urbano.

Para Damiani (2008), o processo do capital no urbano é determinado a partir de um duplo mecanismo: o de exploração e o de expropriação:

- a produção de uma massa trabalhadora excedente, cujo aumento é exponencial (face contraditória de uma produção social extensiva).
- o território capitalizado implica a valorização do espaço urbano, expulsando a população pobre para periferias menos valorizadas. Ao menor sinal de valorização do espaço, desencadeia-se um processo de expropriação das camadas sociais proletarizadas, mesmo que a violência social do processo tenha a aparência de rentismos de um mercado popular informal de terras no urbano.

Essa massa proletarizada – seja dentro ou fora da cidade, incluída a mobilidade do trabalho – tenta reproduzir seu território de sobrevivência através dessa mobilidade espacial. Estabelece-se a metrópole como negação da cidade.

Segundo Carlos (1994), a acumulação que ocorreu durante o chamado “milagre econômico” foi extremamente concentrada espacial e socialmente, marcada pela compressão do piso salarial. Com isso,

A paisagem urbana metropolitana refletirá assim a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infra-estrutura, enfim, aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas a moradia. É onde a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando nitidamente as contradições de classe. (CARLOS, 1994, p. 55)

A autora entende a paisagem enquanto uma forma histórica específica, explicada através da própria sociedade que a produz. Esse espaço geográfico não se torna humano por ser o habitar do homem, mas por representar os diferentes objetivos e necessidades da sociedade a cada momento histórico; ou seja, a segregação explicita o resultado do produto do trabalho cujo sentido objetiva uma concepção, um projeto.

Esse urbano produzido é estranho ao produtor da obra, sujeito que não se reconhece e não é reconhecido. Cria-se um espaço alienado e, com seu aprofundamento, a cidade surge enquanto espaço dos movimentos reivindicatórios. Local de embate entre os diferentes segmentos representados pelos conflitos de classes, expressão do cotidiano da cidade. Ao entender o urbano não apenas como um modo de produzir, mas um modo de vida, Carlos (1994) interpreta a cidade como uma forma de apropriação do espaço urbano produzido, expresso através do uso do solo e consumido conforme as leis de reprodução do capital em seu processo de valorização – econômico, mas também espacial.

A autora (1994) argumenta que é na vida cotidiana que as contradições se explicitam de maneira mais profunda, através das diferenciações estabelecidas entre os modos de morar e seus desdobramentos – tempo de deslocamento, acesso à infraestrutura, ao lazer etc. Com o desenvolvimento da sociedade há o aprofundamento das diferenças e a consequente produção da miséria. A cidade torna-se a materialização espacial decorrente das desigualdades sociais que emergem na sociedade atual.

A reprodução do espaço urbano e sua tendência em aumentar as distâncias (física e/ou tempo) entre a moradia e o trabalho conservam enormes áreas vazias no interior da mancha urbana, como reserva de valor a ser realizada durante processo de valorização do solo urbano. O Estado fomenta a valorização das terras ao fazer os investimentos públicos em infraestrutura urbana nessas áreas periféricas, com dificuldade de acesso e tornada destino do trabalhador de baixa renda. Segundo Carlos (1994), essa especulação apoia-se no fato da

habitação e a terra serem essenciais na reprodução dos homens, mas também símbolo de *status* e ascensão social. O valor resultado desse processo será determinado a partir da inter-relação que ocorre entre cada parcela do espaço e o todo no processo de valorização, seja real ou potencial, seja destinado ao morador pobre ou ao morador de classe média e alta.

Concordamos com Kaecke (2014) que, a partir da segunda metade dos anos 1970, enquanto parte dos estudos⁵⁹ sobre a cidade a consideraram a partir de suas formas, dos aspectos sensíveis dos processos espaciais,

[...] os estudos marxistas considerarão a empiria das realidades urbanas como momentos ou frações de um processo que não pode ser apreendido pela materialidade das formas, de modo que a realidade é pensada através da contradição ou da tensão entre aparência, cuja escala espacial é temporal e reduzida, e a essência, que aponta para as determinações gerais da estrutura e que não se restringem a realidades específicas. (KAECKE, 2014, p. 83)

Como as formas dos objetos espaciais não são, por si só, transparentes em relação às determinações da realidade social nas quais foram forjadas, a compreensão dessa realidade exige do pesquisador a busca de seus processos genéticos. Tendo o processo de reprodução do capital como referência, essa busca parte da compreensão da totalidade social formada através da articulação de diferentes instâncias, como o espaço, a economia, a sociedade, por exemplo.

Após algumas décadas do período no qual ocorreu a intensificação da industrialização de São Paulo, Messias (2012) aponta a existência de numerosas ocupações não pertencentes de maneira direta à essa industrialização, mas que estão a serviço da reprodução dessa população residente nas próprias periferias. Para o autor, a periferia mais do que o *locus* estrito da força de trabalho apenas e, tão somente, mobilizada à reprodução ampliada, também constitui um dos elementos imprescindíveis à sua compreensão enquanto periferia metropolitana. A reprodução da pobreza nas periferias – em seus inúmeros artifícios para se inserir no mundo do consumo – é uma das formas sob as quais a crise se manifesta e, portanto, precisa ser apreendida como uma determinante inerente ao processo social. Diante disso,

Discorrer, portanto, sobre as periferias urbanas na atualidade remonta necessariamente às demandas monetárias colocadas à reprodução desta parcela social no âmago da modernização periférica. Essas exigências, para além de qualquer vontade ou consciência, compõem as determinações objetivas que a reprodução do capital insere aos moradores em questão, que são compreendidos nesta dissertação como *sujeitos monetários sem dinheiro*. (...) Além disso, as formas de consciências que se derivam da busca por dinheiro, inclusive diante de sua escassez, serão compreendidas como a

⁵⁹ Cf. Cordeiro (1978).

reiteração do princípio desta sociedade no interior da abstração valor neste contexto específico. (MESSIAS, 2012, p. 137). [grifo do autor].

Na medida em que diversas iniciativas – ao fazerem uso da própria moradia como bares e lanchonetes ou, até mesmo, o uso de calçadas para o comércio ambulante – buscam sua inserção no mundo do trabalho. O autor destaca tratar-se de formas de ser do capital que, ao expressarem sua crise constitutiva, deixam claro não serem formas extrínsecas à reprodução do capital ou desdobramentos de escolhas conscientes frente ao desenvolvimento econômico, mas a efetivação da expansão do capital não apenas pela acumulação e sim, notadamente, pela sua crise de acumulação. Essa informalidade – enquanto forma de inserção econômica possível – demonstra que as estratégias de sobrevivência são mediadas pela forma-mercadoria e sua efetivação só ocorre por possuírem a forma de consciência intrínseca a ela. Assim sendo, a noção de informalidade perde potência explicativa.

A partir da leitura das proposições de Damiani (1999), acerca dos significados da produção do espaço na reprodução das relações sociais, Giavarotti (2012) entende que a autora não deu a devida atenção à reprodução das categorias responsáveis pela reposição do trabalhador no mercado, enquanto consumidor desse espaço, ao fixar o olhar nas atividades estatais desta produção. Segundo o autor, a cidade não é somente lugar de reprodução da força de trabalho, e o consumo, numa sociabilidade determinada pela forma-mercadoria, é um momento indispensável de sua reprodução. O autor entende que só há “produção do espaço” se houver o consumo do mesmo. Com a redução de tal possibilidade, estabelece-se o agravamento de sua própria produção, talvez a sua própria crise.

Concordamos com Giavarotti (2012) sobre o papel de destaque (talvez determinante) exercido pelo consumo numa sociedade na qual a sociabilidade é mediada pela forma-mercadoria. No entanto, entendemos que o autor, em sua crítica a partir do trecho extraído da obra de Damiani (1999), faz uma leitura apressada. A autora (1999) ao dizer que a cidade vista como área de consumo, enquanto complemento da fábrica como unidade produtiva, seria uma simplificação do capitalismo, não está negando o papel do consumo. Há uma crítica às reduções economicistas ou exclusivos econômicos, sem, no entanto, desprezar a potência representada pela determinação econômica na sociedade contemporânea. A autora está destacando que a cidade seria resultado de processos complexos, segundo os quais a reprodução das relações sociais (resultante dos termos como se dá a produção do espaço) e a

reprodução da força de trabalho são reproduções problemáticas e correlacionadas⁶⁰.

Segundo Lefebvre (1999), a centralidade que o consumo aparece em muitas análises está circunscrito à realidade do capitalismo concorrencial do século XIX, ou seja, busca desvelar o sentido na produção da cidade referente a um momento específico. É preciso redimensionar o sentido dessa cidade envolta em problemas novos na esfera da reprodução social capitalista, pois esta não está mais atada a elos rígidos dos problemas do consumo, vista como complemento à produção (fabril)⁶¹.

3.3 - A luta pela inclusão: movimentos sociais urbanos

Seria possível pensar formas de superação do capitalismo, no qual a totalidade das relações entre os homens transformou-se em relações puramente sociais, mediadas pela forma mercadoria? Para Lukács, é diante dessa socialização pelo próprio capital que o proletariado se situaria, a fim de, ao tornar-se sujeito, superar a objetificação fantasmagórica imposta pela sociedade capitalista. Para o autor, a

[...] metamorfose do trabalho em mercadoria elimina, por um lado, tudo o que é ‘humano’ da existência imediata do proletariado e, por outro lado, o mesmo desenvolvimento anula em medida crescente tudo o que é ‘natural’, toda relação direta com a natureza partindo das formas sociais, de tal modo que, justamente em sua objetividade distante da humanidade e mesmo inumana, o homem socializado pode revelar-se como seu núcleo. E é nessa objetivação, nessa racionalização e coisificação de todas as formas sociais que aparece claramente, pela primeira vez, a estrutura da sociedade constituída a partir das relações dos homens entre si. (LUKÁCS, 2003, p. 354) [grifo do autor]

Desse modo, o proletariado ao torna-se consciente – não de um objeto oposto a si, mas a autoconsciência – seria a “expressão de uma necessidade histórica”, a contradição presente nesse desenvolvimento social tornada consciente (LUKÁCS, 2003, p. 356). No entanto, essa consciência surgida do mundo do trabalho, diante do recrudescimento das leis de reprodução social, seria uma consciência da mercadoria.

⁶⁰ Embora entendamos que esse debate esteja longe do esgotamento, não iremos nos aprofundar em tal discussão, pois não foi esse o foco nem os encaminhamentos a que se propôs nossa pesquisa.

⁶¹ “A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar á produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.” (LEFEBVRE, 1991, p. 47).

Cabe ressaltar que seus escritos datam das décadas de 1910 e 1920, momento de revoluções e mobilizações do proletariado por toda Europa. Nesse momento onde as relações entre os homens estão objetificadas, essa busca por restituir ao homem o poder, não pode vir por via pacífica. Esse caminho “aparentemente irresistível” rumo à catástrofe, só pode ser evitado pela vontade consciente do proletariado. Porém, essa ruptura histórica não se daria de forma imediata, mas enquanto possibilidade encerrada na razão dessa classe. Para tanto, seria necessário uma série de mediações cujo sentido deve ser qualitativamente novo e desdobramento da contradição dialética, ou seja, seria preciso desvelar as contradições imanentes a esse próprio processo.

Segundo Antunes (1999), o trabalho ainda se coloca como um sujeito presente na classe trabalhadora, independente do fato de suas formas contemporâneas – com suas feições fragmentadas e precarizadas – serem um desdobramento das contradições imanentes ao capital. Pois, justamente essa dimensão constituinte e contraditória do capital, sob esse viés ontológico, potencializa a centralidade do trabalho e, desse modo, do trabalhador nesse confronto (possível) com o capital. Para o autor,

[...] vivendo em uma sociedade que produz mercadorias, valores de trocas, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir um segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista (ANTUNES, 1999, p. 216) [grifo do autor].

Como podemos ver, Antunes eleva o trabalho à categoria central, baseando-se na luta de classes e lançando luz nas possibilidades que o confronto capitalista-trabalhador permite na obra de Marx. Com isso, o autor foca sua crítica social na relação empregador-empregado e expõe a contradição produção social-apropriação privada.

Num outro encaminhamento, Gorz (2004) entende que a objetividade crítica posta pelo próprio capital ficou evidenciada com a revolução microeletrônica, pois a sociedade do trabalho estava diante de seus limites, uma vez que, agora, a produção se realiza a partir da dispensa de trabalho. Para o autor, a alternativa histórica seria a redistribuição do trabalho disponível, segundo a qual haveria a redução geral do trabalho designado a cada trabalhador na sociedade. A partir desse aumento do tempo de não-trabalho haveria o estabelecimento de uma nova relação, invertida, com a possibilidade de um revés histórico, no qual as atividades autônomas poderiam sobrepor-se à vida de trabalho. A esfera da necessidade daria lugar à

esfera da liberdade, o tempo da vida não seria mais regulado em consequência do tempo do trabalho.

Diante dessa nova realidade, o autor entende ser papel da ação política superar a setorização dos interesses, de modo a dar sentido à terceira revolução industrial. Isto posto,

As únicas finalidades não-econômicas, pós-econômicas, suscetíveis de dar sentido e valor às economias de trabalho e de tempo são as finalidades que os indivíduos buscam em si mesmo (...) A vontade política capaz de realizar tais finalidades não repousa sobre nenhuma base pré-existente e não pode apoiar-se sobre nenhum interesse de classe, sobre nenhuma tradição ou norma em vigor, passada ou presente. Essa vontade política e a aspiração ética que a nutre não podem fundar-se senão sobre elas próprias: sua existência supõe, e deverá demonstrar, a autonomia da ética e a autonomia do político. (GORZ, 2004, p. 101).

O autor (2004) identifica a crise do trabalho, mas vê nesta a possibilidade de uma sociedade pós-capitalista, mas, mesmo assim, fundada no trabalho. Essa crítica não reconheceu a negatividade inerente ao próprio capital? Para Kurz,

É uma pena que em GORZ esta atividade autônomas, cuja matriz não é a forma mercadoria, sejam diretamente dependentes do dinheiro, uma vez que ele sugere, através de um modelo de subvenção (estatal), a redução da jornada de trabalho com plena compensação salarial. Com isso, o pressuposto tácito é a acumulação bem-sucedida de capital e a posição do próprio país como ganhador no mercado mundial, ou seja, seria, em última instância, uma subvenção às custas dos perdedores no resto do mundo. Na crise, este modelo é insustentável. (KURZ, 2004, p. 104).

Ao considerarmos os desdobramentos do século XX, torna-se necessário a revisão dessa noção de sujeito da história referida ao proletariado? Houve a destituição dos termos no qual se assentava a potência social dessa classe? Diante da impossibilidade real da ascensão individual à classe dominante⁶², entendemos ser inevitável considerar a vontade de se fazer parte do mundo do consumo, de ascensão às classes superiores via poder de compra.

De acordo com Frúgoli Jr. (2005), a sociologia dos anos 60 em diante procurava descortinar a periferia na qualidade de um “processo” que tinha por objetivo a “melhoria de vida”. Para o autor, nessas pesquisas a periferia era vista como um local de ausência, mas com relações de sociabilidade que o marxismo era incapaz de elucidar, devido “às diferenças e

⁶² Para Lukács, “O trabalhador vê sua posição no processo de produção ora como algo definitivo, ora como uma forma imediata do caráter em si da mercadoria (a insegurança da oscilação diária do mercado etc.). Em contrapartida, em outras formas existe tanto a aparência de uma estabilidade (a rotina do serviço, a aposentadoria etc.) como a possibilidade – abstrata – de uma ascensão *individual* à classe dominante. Com isso, cultiva-se uma “consciência de *status*” apropriada para impedir de maneira eficaz o surgimento da consciência de classe.” (LUKÁCS, 2003, p. 347) [grifo do autor]

distâncias irreduzíveis entre cultura e ideologia” (Idem, p. 142).

Partindo da suposição de que condições de vida semelhantes - característica de uma população de baixa renda - e suas forças sociais modelam a transformação da sociedade brasileira, Durham (1986; 2004) entende que a diversidade de inserção na estrutura produtiva, embora fundamental, assume caráter diverso sob a perspectiva dos sujeitos que vivem esse processo. Para esses habitantes, sua localização no espaço está correlacionada à sua posição na sociedade e a respectiva possibilidade de avanço progressivo dessa posição. Para os habitantes, sua localização nesse espaço é correlacionada à sua posição na sociedade e à possibilidade de melhora progressiva dessa posição. Estabelece-se uma visão diferencial e histórica dos bairros da cidade. Desse modo, as uniformidades e semelhanças erigidas ao nível da cultura não se realizam, caso essas sejam analisadas sob o viés da luta de classes da teoria marxista. Segundo a autora, as uniformidades e semelhanças erigidas ao nível da cultura não se realizam quando analisadas sob o viés da luta de classes da teoria marxista.

Segundo Souza, ao se considerar a questão do exercício da liberdade e da participação em uma sociedade capitalista, é preciso considerar, anteriormente,

“[...] a questão do exercício do poder de decidir em uma sociedade (e não apenas no âmbito amesquinçado de um ‘projeto de desenvolvimento’), o discurso da emancipação cultural, da tecnologia adaptada etc., cairá no vazio” [...] Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, [...] -, *pode* polinizar outras luta, menos se ajudar a instaurar uma sinergia transformadora” (SOUZA, 1995, p. 103-109) [grifo do autor].

Para Durham, embora a população pobre se encontre dispersa nas grandes cidades,

[...] há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A "periferia" é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres serviços públicos. (DURHAM, 1986, p. 3)

Tanaka (2006) entendeu a noção de periferia como uma construção social relacionada aos sujeitos sociais – portadores de um discurso sobre o urbano – e às lutas sociais na metrópole paulistana. Para ela, esse conceito resultaria da convergência dos projetos políticos, materializados em discursos de sujeitos sociais, denominados de movimentos sociais urbanos. Para a autora,

Os movimentos sociais urbanos, como são apreendidos no âmbito acadêmico, são sujeitos sociais portadores de um discurso construído em torno de uma identidade ancorada na realidade urbana, na qual se insere a *periferia* urbana de São Paulo. A construção da identidade deste sujeito político está associada à construção de uma visão desta realidade urbana, na qual centram

suas luta políticas. (TANAKA, 2006, p. 17) [grifo da autora]

Segundo Tanaka (2006), essas novas formas de organização da sociedade estabeleciam-se a partir de reivindicações populares pelo espaço urbano. Visando, de certa forma, contribuir para o avanço real do conhecimento desses processos e centrando-se nos conflitos e antagonismos sociais de caráter urbano, essa noção explicativa pretendeu dar conta de nossa realidade urbana.

De acordo com Tanaka (2006), ao se organizar de maneira cada vez mais efetiva, a população de baixa renda revela que a existência desses problemas está concentrada em determinadas partes da cidade. Para a autora, o nascimento desses movimentos em bairros periféricos transforma-os em lugar de lutas populares e em locais de referência da construção da identidade do “sujeito político”⁶³. Segundo Telles, esses bairros “Constituíam-se em ponto de ancoramento e convergência de práticas e discursos diferenciados que ajudaram a construir o tempo histórico que produziu esses movimentos como acontecimento significativo” (TELLES, 1994, p. 220).

Ao analisar as pesquisas antropológicas, Nascimento (2010) destaca o surgimento dos movimentos sociais populares, principalmente, nas periferias. Para a autora (2010), os estudos de caso realizados buscavam entender quais eram as reivindicações das classes populares perante o Estado em um contexto de avanço de autoritarismo na América Latina (CARDOSO, 1987). Outro aspecto a se considerar era o papel dos novos atores sociais, vistos como possibilidade de atuação nos espaços públicos. A autora (2010) ressalta que estudos realizados a partir dos anos 1990⁶⁴ indicam a ampliação de serviços públicos como resultado da redemocratização, da mudança de algumas políticas estatais e da pressão dos movimentos sociais populares. Nascimento destaca que vários autores⁶⁵ veem na ausência ou na oferta de equipamentos públicos motivos insuficientes para explicar ou eliminar a segregação espacial.

De acordo com Frúgoli Jr. (2005), o surgimento dos movimentos sociais urbanos contribuiu para a gradativa relativização da “estrutura sem sujeitos”, operado pelo marxismo estruturalista, além de reafirmar o urbano e a política como inextricáveis. Houve também experimentos e intervenções, propostos pelo Urbanismo, que dialogavam com o marxismo e consideravam a dimensão política.

⁶³ Cf. Kowarick (1979); Gohn (1985) e Sader (1988).

⁶⁴ Cf. Faria (1992) e Marques (2000).

⁶⁵ Cf. Torres e Oliveira (2001); Marques e Torres (2001); Marques e Bichir (2001).

Ao considerar o Estado cada vez mais presente nas periferias, fato comprovado pelo importante aumento de vários indicadores sociais, Torres, Marques, Ferreira e Bittar (2003) entendem tal situação como resultado da intensa pressão dos movimentos sociais urbanos na década de 1980, momento de mobilização política na sociedade brasileira. Já os estudos de Marques (2000) e Watson (1992) leem essas mesmas periferias como objeto de políticas catalizadoras empreendidas pelo aparelho estatal. Provavelmente os dois processos reforçaram-se mutuamente (MARQUES e BICHIR, 2001). Os autores (2003) consideram a necessidade de revisão dos antigos modelos de análise utilizados para investigar as concentrações populacionais durante as décadas de 1970 e 1980, justificando essa necessidade em base a transformações introduzidas nas periferias pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas.

De acordo com Gohn (1985), a constituição das práticas coletivas ocorre a partir da condição de acesso da população à cidade e aos serviços urbanos; já para Sader (1988) as experiências comuns independem da inserção na estrutura produtiva, pois eram a base para “reinterpretações da realidade a partir da semântica dos dominados” (SADER, 1988, p. 311). Dessa maneira, a partir das condições objetivas vivenciadas nos bairros, a construção da identidade ocorre coletivamente e de forma autônoma. A mesma linha foi adotada por Moisés (1979), para quem, os moradores desprivilegiados da cidade são aqueles que “levaram a efeito” os movimentos sociais urbanos, com sua unidade constituída a partir de uma identidade popular, mais representativa do que a identidade operária. Embora os movimentos sociais em si não sejam responsáveis por transformações radicais, o autor (1979) admite que eles criem práticas de autonomia que questionam a hegemonia das classes dominantes.

Ao analisar como ocorreu a articulação dos diversos personagens dos movimentos sociais urbanos, Tanaka (2006) destaca o papel dos agentes pastorais da Igreja Católica, organizadores de grupos de leitura da bíblia que, ao discutirem o cotidiano dos moradores, passam a refletir sobre as causas dos problemas enfrentados no dia a dia e sobre os meios possíveis de enfrentamento de tais situações. A autora entende que os militantes de esquerda buscaram nas organizações de bairros novas práticas para a construção de uma democracia de base (LIMA, 1982), e que lideranças sindicais também começaram enxergar, nessa inquietação nos bairros, um espaço de articulação possível, diante da repressão vigente, no pós-64 (TELLES, 1994).

Tanaka (2006) destaca quatro autores inseridos nesse debate. Todos comprometidos a interpretar as possibilidades de transformações apresentadas com o surgimento dos

movimentos sociais urbanos. São eles:

1. José Álvaro Moisés (1979). O autor vê na emergência de movimentos sociais urbanos um contexto de “urbanização por expansão de periferias”, o surgimento de “uma nova força social e política na vida da cidade” (Idem, p. 14).
2. Maria da Glória Gohn (1985). A autora identifica na prática coletiva dos movimentos sociais urbanos uma força social relacionada à “problemática dos meios coletivos de consumo”.
3. Eder Sader (1988). O autor, ao pesquisar a partir da ideia da “identidade popular”, entende a abertura de espaços políticos como a gênese dos movimentos sociais urbanos e estabelecidos como possibilidade de dar sentido coletivo às experiências vivenciadas.
4. Lúcio Kowarick (1979). Analisa os movimentos sociais urbanos a partir da sua inserção na sociedade e nas estruturas produtivas, e da sua eficiência ao pressionar o Estado por transformações sociais.

De acordo com Pinho (2010), para Alfredo (informação verbal), não houve, necessariamente, crítica ao fetiche do dinheiro [também uma mercadoria] por parte das teorias baseadas na luta de classes, mas, sim, a afirmação dessa abstração. A consciência lógica da troca mercantil e o individualismo resultado da “subjetividade sujeitada à lógica da mercadoria” (PINHO, 2010, p.63) foi o que se impôs ao contrário de sua negação. Ao tratar do tema do fetiche da mercadoria, Marx (1985) entendeu a naturalização das exigências do modo de produção capitalista como resultado do “disciplinamento” que os trabalhadores foram submetidos, concomitantemente, à evolução da produção capitalista. Para Debord,

A economia toda tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser durante essa conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. Essa exibição incessante do poder econômico sob a forma de mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, em assalariado, resultou cumulativamente em uma abundância na qual a questão primeira da sobrevivência está sem dúvida resolvida, mas resolvida de um modo que faz com que ela sempre torne a aparecer; ela se apresente de novo num grau superior [...] A economia transforma o mundo, mas o transforma somente em um mundo da economia. (DEBORD, 1997, p. 30)

Para Pinho (2010), a organização dos movimentos sociais urbanos, a partir de 1970, desperta o interesse da academia pela novidade representada por esses atores na cena política brasileira. As periferias são vistas como *lócus* da classe trabalhadora e percebidas por seu

potencial de emancipação social, via luta de classes⁶⁶. Pinho (2010) entende que, ao focar de maneira exacerbada as lutas nos espaços do viver e do produzir, a luta de classes saiu do chão de fábrica⁶⁷. Entendemos que essas análises marxistas, que pressupunham a preponderância da política sobre o econômico e a do proletariado enquanto sujeito de superação do capitalismo, sempre buscaram a distribuição mais justa da mais valia e a integração à cidade, via equipamentos de consumo coletivo.

A nosso ver, se há um espaço privilegiado – talvez mais até que a fábrica – para a cooptação política da pobreza é a periferia. Estado, igrejas, narcotráfico, e atualmente ONGs, todos tomam a periferia como objeto de seus cuidados. Concordamos com Rocha, que entende que,

Não se combate a pobreza, mas visa-se os pobres como objetos de inúmeras estratégias. A favela é uma das formas mais visíveis das desigualdades do processo de produção da pobreza e, portanto, é extremamente atraente para aqueles que procuram por necessitados [a academia incluída]. Ou melhor, nada melhor para o exercício do poder que aqueles que são seu resultado. (ROCHA, 2007, p. 117)

Entendemos que a maioria das análises dos movimentos sociais urbanos não buscaram criticar o papel da valorização do valor e da mercadoria como verdadeiros sujeitos. Muitos autores, ao fazerem uso de análises categoriais, entenderam tê-las experimentado e superado. A nosso ver, esses autores insistiram no entendimento da classe trabalhadora como sujeito da emancipação social e não vislumbraram o fato de que as duas classes sociais (capitalista e trabalhadora), antes mesmo de serem atores da sociedade, seriam “agidas por ela” (JAPPE, 2006), ou, como coloca Kurz (1992), estariam na condição de sujeito automático subsumido às leis cegas do capital, impostas à revelia dos sujeitos. As duas classes seriam personificações de categorias econômicas, executoras da lógica do valor.

A análise do atual momento histórico requer considerar outros momentos da vida social, a fim de se captar o movimento de seu desenvolvimento. Tempos e lugares deixam de ser – caso tenham sido em algum momento – reflexos das relações de produção dominantes.

⁶⁶ “[...] a escolha em privilegiar o entendimento da cidade pelo lado do consumo coletivo, da reprodução da classe trabalhadora, da cultura de massas e da ação do Estado expressava a disposição em caracterizar a emergência de um novo sujeito político (o cidadão organizado em associações territoriais e movimentos urbanos) [...] Trata-se, em geral, de pesquisas comprometidas em orientar a ação institucional ou das organizações da sociedade civil” (ARANTES, 2009, p. 126).

⁶⁷ Sobre os termos que se dava essa passagem: “O conflito na fábrica ganha as ruas, encontra solidariedade popular e, ao generalizar-se, lança o germe da organização popular nos bairros, o germe de movimentos populares que irão surgir a partir de 1980 e questionar a prefeitura, os órgãos públicos, exigindo água, luz, esgoto, asfalto, transportes, escolas, enfim, tudo aquilo que a espoliação urbana retira dos trabalhadores em favor do processo de acumulação capitalista.” (BAVA, 1994, p. 254).

A “perda” da cidade não se deve pela falta de equipamentos de consumo coletivo, sua insuficiência, mas, antes, pela perda da vida urbana propriamente dita, de suas possibilidades. Segundo Damiani,

A existência de maior número de solicitações de cessão de terrenos [à Cohab de áreas remanescentes ou disponíveis] em Cidade Tiradentes, do que em Itaquera I, a meu ver, não só reflete maior quantidade de áreas disponíveis, no primeiro caso, mas o sofrimento de condições urbanas mais precárias, a violência incontrolada de um espaço urbano empobrecido e distante, que abriga milhares de pessoas. Não há cotidiano plenamente configurado em Tiradentes. Há sobrevivência “*sem os recursos que permitem viver*”. A alternativa de não pagar o aluguel afastou seus moradores da cidade. É uma vida miserável, no “*fim do mundo*”, num “*lugar esquecido por Deus*”, cuja única esperança é com o tempo melhorar, como chegam a dizer. (DAMIANI, 1993, p. 167) [grifo da autora]

A autora mostra, através do relato de um morador, que enquanto as pessoas que mudaram para a Cohab I buscaram criar raízes e, portanto, estavam dispostas, mesmo diante das dificuldades, a lutar por melhorias; as pessoas da Cidade Tiradentes mantinham a vontade de mudar, ou seja, aquele local como uma passagem, um momento para algo melhor. O desdobramento de tal situação levou a um não enraizamento da população da Cidade Tiradentes, o que tornou-a mais violenta, mais isolada, houve, até, um empobrecimento. Acrescenta-se à isso o fato de que a Cohab I “*tinha ainda o bairro de Itaquera e Guaianazes pra lá, Cidade Tiradentes não tem mais nada, eles estão isolados, no limite.*” (DAMIANI, 1993, p. 223). A busca pela sobrevivência impõe-se à Cidade Tiradentes.

3.4 - A relação entre a valorização fundiária e a propriedade privada do solo: o papel do Estado no âmbito da reprodução capitalista

Para Carlos (1994), os conflitos desencadeados (geradores) a partir dos movimentos sociais urbanos explicitam tanto o fato de haver cada vez menos sentido no processo de trabalho quanto no modo de vida, ou seja, questiona-se o processo de “humanização” do homem. Essas lutas urbanas vão de encontro à produção do espaço apenas em função dos objetivos do capital, mostram que há um embate entre o que é e o que deveria ser a cidade. A autora entende que no urbano há dimensões não presentes nas lutas fabris, pois as relações de consumo se estabelecem a partir da esfera da cotidianidade. Para ela,

Aqui nos deparamos com dois níveis de análise; enquanto a contradição capital-trabalho implicaria a discussão da luta de classes, os movimentos urbanos não se referem, exclusivamente, a uma determinada classe; em sua maioria, eles têm uma participação heterogênea. As condições de reprodução

do espaço urbano afetam muitas vezes os diversos segmentos da sociedade gerando movimentos variados e com composição social diversas, pois referem-se a um modo de vida determinado, colocando em discussão a questão da democracia e da liberdade do ser humano. (CARLOS, 1994, p. 183)

De acordo com a autora, cria-se uma identidade que tem por pressuposto uma carência coletiva, mas esta é aparente, pois ao se passar das carências objetivas – demandadas pelos movimentos sociais urbanos – para as carências radicais a perspectiva colocada será da luta de classes e o consequente questionamento da subordinação entre os indivíduos. Trata-se da busca do entendimento da realidade por ângulos diferentes, seja do urbano, seja da fábrica ou da sociedade de forma geral. Há o estabelecimento da identidade do homem como desdobramento da ação constituída a partir da ideia do sujeito coletivo. A produção social e a apropriação privada - contradição fundamental presente no processo de reprodução espacial - expressa a correlação de forças entre as classes sociais, a disputa pelo uso do solo urbano e as formas de resistência implicadas.

Segundo Carlos (1994), a busca por equipar a população com bens de consumo coletivo entende a cidade enquanto valor de uso, a transformação do urbano passa pela conscientização de que a reprodução da vida não se restringe à satisfação das necessidades materiais. A autora entende, com Lefebvre, ser imprescindível se pensar a cidade como *obra humana*, ou seja, superar a lógica contraditória entre valor de uso e valor de troca.

Segundo Volochko (2011), para pensarmos o papel das frações populares e dos setores inferiores das classes médias diante do processo atual de reprodução capitalista, seria necessário repensar o debate sobre as classes sociais, este posto, historicamente, a partir de limites rígidos. Há, ainda que precariamente, uma transição social de alguns – até então de classes inferiores – em direção à classe(s) média(s), o que, por sua vez, representaria a obliteração desses limites. Esses novos “proletários do consumo” explicitaria uma atualização da alienação de classes, sendo que estas estariam fragmentadas em setores (situação) de classe. Sem entrar no debate sociológico mais amplo, o autor aponta que o debate sobre as “classes populares”, antes apoiado numa leitura que esvaziava suas virtualidades - considerando-se as mudanças histórica, política e social – estaria diante de um movimento analítico cujo sentido prioriza as práticas sociais antes de sua posição na estrutura produtiva. Haveria movimentos sociais mais representativos dos anseios dessa população do que classes sociais (esta indicativo de um problema não resolvido).

O autor (2011) entende que a relação entre a valorização fundiária e a propriedade privada do solo se dá de maneira contraditória, pois com a raridade do espaço edificável disponível a propriedade privada do solo constitui-se como um empecilho ao avanço da valorização fundiária. Pensar a crise, apenas, na esfera do econômico não basta para a compreensão da urbanização atual. A produção do espaço urbano é resultado de um movimento contraditório que compreende três dimensões: a lógica reprodutiva do capital, a racionalidade do Estado e a vida cotidiana. A crise não se apresenta de modo absoluto e generalizado, mas compõe – e é resultado – de um movimento contraditório entre crise-superação enquanto uma dimensão da reprodução do capital, do Estado, da sociedade. O econômico, o político e o social, ao espacializar suas estratégias, revelariam – no espaço – seus conflitos. Com a sobrevalorização do espaço, a produção de novos empreendimentos imobiliários em espaços metropolitanos periféricos (como São Paulo), representaria uma tentativa e/ou possibilidade de superação dessa realidade. No entanto, com o tempo, a contradição se recolocaria, apenas num outro patamar. O par contraditório crise/superação representaria uma forma reprodutiva inerente ao capital, com a propriedade privada do solo como o outro da apropriação materializada no espaço social, ou seja, um processo crítico cujo sentido, conteúdo e fundamento lógico é a desigualdade.

Marx entendeu a propriedade privada da terra enquanto um tributo que recai, diretamente, no processo global de produção de mais-valia; pois se trata da exigência de pagamento – junto ao capitalista – de parte do seu lucro a quem possui o título de propriedade. Esse montante necessário de mais trabalho, derivado do processo produtivo, por sua vez, expõe a relação existente entre as três classes: o capitalista, o proprietário da terra e o trabalhador⁶⁸. Essa transferência de uma parcela da riqueza socialmente produzida ao proprietário da terra tem como sua condição imanente o monopólio da terra, portanto, não é uma casualidade.

Segundo Alfredo (1999), a propriedade da terra urbana está relacionada à transferência que há de massas de renda para um determinado setor, em detrimento de outros que não conseguem obter estes benefícios na forma dinheiro. Para o autor, há um deslocamento entre o domínio (forma jurídica da propriedade privada) e a posse (o exercício de fato da mesma).

⁶⁸ Para Messias: “É necessário compreender a totalidade da sociedade capitalista no cerne dos seus elementos basilares: capital, terra e trabalho. Enquanto momentos subjacentes à reprodução social e pertinentes à consciência fetichista, reside no capital o surgimento do lucro, no salário o preço tido como justo à força de trabalho e na fertilidade da terra a renda que cabe a seu proprietário. Essas relações, em sua aparência fragmentada e desconexa, assumem uma condição decisiva no âmbito da reprodução social capitalista no âmbito de uma sociedade constituída de classes.” (MESSIAS, 2012, p. 165).

Nesse processo de autonomização,

(...) o domínio juntamente com a posse produz a propriedade privada capitalista como acumulação de propriedade constituindo o não proprietário como face necessária deste processo cumulativo. A este não proprietário só lhe cabe a posse, descolada, portanto, do domínio. É neste momento, de independência da posse sobre o domínio, que ela se coloca como espacialidade contraditória à forma. Neste momento produz-se uma crise da propriedade. (ALFREDO, 1999, p. 64).

De acordo com Alfredo, nesse momento no qual o domínio está atrelado à forma do processo e redefine a relação entre necessidade e satisfação, a posse – enquanto possibilidade de negação da propriedade, face à abstração representada pela realização da renda – surge como o elemento que rompe o movimento de estabelecimento da propriedade. Isto posto, Messias (2012) entende que com a constituição da favela cessa-se esse processo de instauração da propriedade privada, estaríamos diante de uma espacialidade negativa a essa propriedade. Pois,

Frente a esse duplo caráter da expansão da metrópole – qualitativo, em relação à definição dos usos, e quantitativo, por reportar à forma valor – a renda auferida pelo monopólio da propriedade diz respeito à acessibilidade em relação à centralidade que o mesmo contempla no interior do urbano. Assim, a ação do Estado enquanto planejador do espaço urbano tem como fundamento a realocação da riqueza produzida e almejada pelo setor imobiliário. Sua ação na produção do espaço está em consonância com a necessidade de determinados capitais auferirem os lucros potenciais vislumbrados através da metrópole e suas centralidades produzidas e recriadas. (MESSIAS, 2012, p. 168).

A partir dessa discussão da separação entre domínio e posse, Alfredo (2009) entende que esta introduz outras formas de sociabilidade. No percurso para a propriedade privada se impor ela precisa sobrepujar todas as formas que a negam. Há, no entanto, outra questão a considerar. A posse – constituída enquanto negatividade da propriedade privada – está sujeita a um movimento no qual tal condição é negada, ou seja, ela própria conforma-se enquanto a negação da negatividade que está contida em si. A (imposta) mobilidade social – parte integrante e contraditória da constituição da propriedade privada – repõe os termos ao reproduzir, em outros lugares da metrópole e de maneira violenta, a reposição da posse, desprovida do domínio, ou seja, a negação da propriedade privada enquanto tal⁶⁹. No entanto, esse movimento que obscurece as contradições imanentes à própria propriedade, ao ser

⁶⁹ “Nestes termos pode-se generalizar a análise no sentido de não se tratar a propriedade privada capitalista exclusivamente a partir de seu aspecto jurídico, econômico e/ou político, mas pelo contrário, de compreender as constantes transferências de contingentes e mais contingentes da população residente na Metrópole de São Paulo como parte integrante e contraditória de sua constituição. (ALFREDO, 1999, p. 112).

insuficiente para suprimi-la, a impele ao limite. Para o autor, no caso da posse dos favelados, estamos diante de uma espacialidade contraditória em relação ao próprio sentido metropolitano, pois se apresenta enquanto negação da forma (de ser da propriedade privada).

Parte expressiva da literatura das ciências humanas buscou dialogar a questão da desmercantilização do trabalho (BURAWOY, 1990). Oliveira entende que essa desmercantilização ocorre via fundo público, pois o salário indireto, enquanto anti-mercadoria, está de maneira inextricável ligado à reprodução social. No movimento de constituição do anti-valor estabelece-se a obsolescência do fetiche da mercadoria, pois a força de trabalho se destituiria enquanto mercadoria. A des-mercantilização desta,

[...] opera no sentido de anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente, no sentido que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente. Tal é a natureza dos gastos sociais que compõem o salário indireto, e a luta política se trava para fazer corresponder a cada item do consumo uma partida agora correspondente dos gastos sociais. Não há fetiche, neste sentido; sabe-se agora exatamente do que é composta a reprodução social. (OLIVEIRA, 1998, p. 35)

Para o autor (1998), no Estado do bem estar social haveria os fundamentos da negação do capitalismo (o anti-valor e a anti-mercadoria) e a superação da forma mercadoria representaria a superação do próprio capital. Sendo assim, os problemas atuais do capitalismo explicitaria a não superação da forma mercadoria, devido a um sistema que tem como desdobramento o exponencial aumento de desemprego e exclusão. Tal situação seria resultado da desarticulação dos “sujeitos históricos” no interior da arena pública no embate que se dá entre as forças políticas.

Diferentemente de Oliveira – que entende a contradição fundamental do capital deslocada para o plano do Estado e da luta política em seu interior – Messias (2012) defende que essa contradição é o resultado dos próprios entraves presentes na reprodução do capital em seu movimento negativo, portanto, seus limites não se estabelecem a partir das mediações do Estado, mas são determinados pelo movimento do mercado. Para o autor,

[...] é crucial compreender Estado e mercado como instâncias inerentes ao “campo histórico” compreendido por Kurz como o sistema produtor de mercadorias, sendo que a efetividade de ambos está diretamente atrelada à reprodução deste, mas que assumem posições hierárquicas distintas no seu interior. O mercado possui um peso estrutural determinante, pois as ações político-estatais necessitam do meio inerente ao mercado, ou seja, o dinheiro. (MESSIAS, 2012, p. 90). [grifo do autor]

Segundo Messias (2012), leituras como a de Oliveira acabaram por ver na ação

político-estatal o vir a ser constitutivo na contraposição ao capital. No entanto, o autor ressalta que obras como a de Oliveira são muito mais do que simplesmente apologias ao Estado, pois foram fundamentais para o entendimento das lutas no interior desse mesmo Estado. Sua intenção é apontar “os limites objetivos aos quais essas lutas referem-se em se considerando as leis fundamentais do capital” (MESSIAS, 2012, p.93).

Para o autor (2012), a dimensão estatal - por estar restringida a uma base territorial definida - estaria diante de inúmeras barreiras à sua ação irrestrita, ou seja, um fim em si mesmo. Este seria um dos polos que determinam os limites da universalidade da riqueza abstrata, O outro seria o monetarista, a “mão invisível”, dimensão privilegiada pois, por não estar limitada territorialmente, seu alcance vai da concorrência entre os capitais às formas de consciência a que são subordinados. Embora o polo estatista seja necessário, não é capaz de superar as determinantes do mercado, sendo, portanto, determinado pela instância abstrata e fantasmagórica do valor.

Sobre o tema, Kurz entende que,

Do ponto de vista imediato, o lado estatal do princípio do fim-em-si abstracto parece ser ‘mais forte’, o que provocou repetidamente a ilusão de um ‘comando político’ sobre o lado da concorrência de mercado. A esta ilusão se submeteram também o idealismo alemão e todos os posteriores expoentes da ‘modernização atrasada’ (...) Mas nenhum território de nenhum Estado nacional pode reproduzir-se autonomamente sob condições capitalistas; pelo contrário, no plano material está sempre dependente de relações externas no mercado mundial. A dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas imposto pela concorrência não pode ser contida em fronteiras estatais; ela faz do mercado mundial um *a priori* e impõe, no sentido duma maior liberdade de acção dos burgueses proprietários na concorrência do mercado interno, mas mais ainda nas relações econômicas externas, através da ‘coação tácita’ da concorrência do mercado mundial.” (KURZ, 2011). [grifo do autor]

Entendemos que o processo de modernização brasileira – assim como dos demais países da periferia do capitalismo, com suas especificidades – buscou, através do estatismo, fomentar o desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, já estavam subsumidos a uma lógica mundialmente posta. O entendimento, portanto, do Estado como local de lutas dos diferentes sujeitos históricos buscava um “agir prático”, enquanto uma “unidade inseparável entre teoria e práxis” (KURZ, 2007) na busca por formas de superação.

Através da sua exposição do método dialético, Lukács (2003) fez grande esforço na busca por formas de superação do capitalismo. O autor inclusive aponta que o processo de reificação se ampliava à outros aspectos da vida social, de modo que desvelava um limite à emancipação da forma social capitalista, sendo este, reiteradamente, repostado. Concordamos

com Messias (2012), que pensa ser preciso,

[...] redimensionar o alcance do processo de reificação nos desdobramentos das contradições inerentes à sociedade capitalista que perfizeram a história após o fervor dos movimentos trabalhistas do início do século [XX]. Por essa razão, os limites da classe enquanto superação foram se manifestando na medida em que a objetivação necessária do capitalismo engendrou formas fetichistas de em amplos momentos da vida social, bem como na supressão relativa [da] sua própria exigência por trabalho. (MESSIAS, 2012, p.99)

Como apontado anteriormente, as conquistas sociais do pós 2ª Guerra Mundial – luta política vinculada à questões trabalhistas e forma de mediação via luta de classes – não se sustentou com a crise do final do século XX. O conteúdo da reprodução capitalista se manteve e essa forma de consciência (de classe) foi posta em xeque. Desse modo, essas análises – que tiveram por pressuposto essas lutas – se viram diante de dilemas objetivos na tentativa de restituir um passado de concessões ao trabalhador (nos países centrais, pois na periferia do capitalismo limitou-se à concessão de mínimos direitos trabalhistas). O sistema produtor de mercadorias perdeu a capacidade de manter a ilusão da superação de sua crise imanente e a modernização que se efetivou no Brasil manteve a condição de atraso em relação às forças produtivas mundiais, um momento da reprodução do capitalismo global. A luta política como um vir a ser do próprio capital não permitiu a necessária crítica ao capital e às suas categorias fundamentais, pois baseou-se em discurso afirmativo alusivo a essa forma própria de sociabilidade.

Entendemos que para compreender os limites da sociedade contemporânea é preciso desvelar sua forma fetichista de ser, pois o papel da crítica social – via produção do conhecimento – não é ser fornecedora de legitimação. Devemos nos ater aos fundamentos da sociedade capitalista – lógicos e contraditórios – o qual estabelece o capital enquanto uma realidade social crítica. Desse modo, concordamos com Messias que,

Sob as bases capitalistas, não é possível erigir nenhum projeto de sociedade que ultrapasse as determinações imanentes do capital; não é possível conceber uma sociedade pós-capitalista, pois a razão de ser desta sociedade não foi superada. Os referenciais morais pelos quais se constroem um ideal de sociedade obscurecem a crítica social possível e necessária. (...) [é preciso] apontar as formas de consciência imanentes a esta sociedade, pois somente deste modo é possível não atrelar a produção do conhecimento no sentido da legitimização dos fundamentos da relação-capital. (MESSIAS, 2012, p. 106).

Nessa sociedade posta à reprodução do capital, a sociedade é o objeto enquanto o capital é o sujeito. Desvelar suas determinações se faz necessário para compreender o

movimento crítico e, a nosso ver fetichista, do capital que fundamentou nosso processo de modernização (periférico). Isto posto, o político não é o outro do capital, mas, antes, a renovação de seus pressupostos e, por conseguinte, o trabalho – ou a luta *por/via/em nome* dele – não representa uma forma de confronto ao capital, além de não reconhecer a existência da dimensão que poupa trabalho, desdobramento da produtividade alcançada com o desenvolvimento das forças produtivas. Não negamos a importância pela qual as formas de resistência ao capital e às suas formas de objetivação se deram no interior de nossa sociedade, via luta de classes. Mas buscamos apontar os limites desse entendimento na tentativa de desvelar a dimensão crítica do processo de reprodução do capital, sua particularidade, em nossa sociedade⁷⁰.

3.5 - Autoconstrução: possibilidade autonomizada

Ao tratar do tema da habitação, Tanaka (2006) entende que a construção da unidade habitacional por meio da produção doméstica, ou “autoconstrução”, em bairros distantes e pouco providos de infraestrutura, teve a função de baratear a mão de obra e abrigar o exército industrial de reserva, sem a necessidade de o Estado dispor de recursos ou da pressão sobre o capital por aumento de salários. A interpretação da autora para a funcionalidade exercida, por esta forma de urbanização, para a acumulação capitalista acompanha as proposições de Oliveira (1972; 1982).

No artigo “Autoconstrução, a arquitetura possível” Maricato (1979) assinala que ao tentar responder às questões acerca do processo de expansão socioeconômico do capitalismo no Brasil, Oliveira (1972) defende que ele se deu com a introdução de relações novas no arcaico, de modo a liberar força de trabalho que teria sustentado a acumulação industrial urbana. Da mesma maneira que a reprodução de relações arcaicas no novo preservaria o potencial de acumulação despendido para a expansão do próprio novo. A ocorrência simultânea desses dois processos seria o modo de se compatibilizar com a acumulação global.

Para Maricato (1979), há leituras ingênuas que não percebem que o Estado, ao incrementar as dinâmicas capitalistas, mostrou-se incapaz de administrá-las visando a um

⁷⁰ Concordamos com Messias: “Não se trata de indicar a ausência de conquistas de direitos por parte da mobilização dos trabalhadores e dos moradores da cidade, indicação que a história dos movimentos sociais faria cair por terra. Tampouco se compõem aqui julgamentos morais ou pessimistas em relação às lutas políticas frente às condições objetivas da reprodução social. A questão que nos parece como pertinente é o da mediação sempre pretendida diante da arena política, mas que não faz cessar o movimento não apenas automático da reprodução social, mas também às costas dos indivíduos.” (MESSIAS, 2012, p. 123)

maior equilíbrio das forças sociais, o que, por sua vez, confirma a lógica da acumulação. Segundo a autora, o surgimento da periferia, além de ter suprido as necessidades da industrialização, é decorrente do fato de a solução da questão da moradia da classe trabalhadora ter sido repassada ao mercado imobiliário. Sem acesso aos programas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH/BNH) - destinados às classes alta e média - ou sem condições de arcar com os custos do aluguel, a única opção do trabalhador seria a autoconstrução na periferia.

Sobre os programas habitacionais Rocha (2007) acrescenta que, mesmo esse atendimento restrito, só foi possível porque áreas foram destinadas a ser ambiente de autoconstrução, caso contrário, a capacidade mobilizadora da moradia – essa enquanto uma necessidade básica – se faria presente e a situação seria explosiva. Para Damiani (1993), a autoconstrução na periferia – já presente desde o final dos anos 40 – constitui-se como uma cidade clandestina, tornada uma concessão necessária diante da falta de direitos à cidade que, por sua vez, cresce fundada na propriedade privada da terra urbana. A autora destaca a flexibilização do código de edificações de 1975 – na tentativa de viabilizar economicamente a construção de conjuntos da Cohab – como uma proposta de incorporação à cidade legalizada dessa periferia sem controle, agora alvo do poder centralizado. Institucionalizava-se a produção de uma cidade das necessidades elementares, no interior da cidade.

Segundo Volochko (2011), apoiado na retórica do déficit habitacional políticas estatistas tratam, de maneira reduzida, a população apenas por seu aspecto quantitativo e o espaço, tão somente, como o receptáculo deste contingente (DAMIANI, 1998). Esse espaço periférico – desdobramento do processo de reprodução da metrópole paulistana – representaria: “um novo ciclo de periferização das periferias, inserido em novas dinâmicas imobiliárias, financeiras (articuladas a rentabilizações internacionais) e políticas, mas sobretudo numa nova dinâmica social e urbana (espacial) que agrega novos conteúdos aos espaços periféricos.” (VOLOCHKO, 2011, p. 99)

Para Kowarick (1979), o problema da habitação, enquanto elemento da reprodução dos trabalhadores era solucionado através da construção de vilas operárias em regiões centrais próximas às fábricas. Essa solução ocorreu do começo do século XX até 1930, mas, com o crescimento industrial e a consequente valorização dos terrenos nas áreas centrais, o trabalhador passou a arcar com os custos da sua habitação⁷¹.

⁷¹ As empresas transferem assim o custo da moradia [...] conjuntamente aos gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços de infraestruturas urbanas, quando existentes, para o Estado. Desse momento em diante, vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida

Maricato (1979) entende este processo como uma forma de produção da moradia do trabalhador de baixa renda inserido na sociedade urbano-industrial brasileira. Desse modo, para a autora,

A autoconstrução, o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho (MARICATO, 1979, p. 71).

A autoconstrução, definida da maneira proposta por Maricato (1979), tornar-se-á determinante para a sobrevivência do trabalhador na metrópole paulistana, de modo a não lhe restar outra escolha possível. A autoconstrução torna-se indissociável do padrão de crescimento metropolitano, dos loteamentos clandestinos e da especulação imobiliária do solo urbano. A autora entende a solidariedade (no processo de construção) como uma determinante para a sobrevivência, diferentemente das leituras que destacam a solidariedade como um aspecto positivo.

Segundo Bonduki e Rolnik (1979), as periferias urbanas, discutidas a partir da questão da habitação, poderiam ser caracterizadas pelo binômio autoconstrução e loteamento periférico, e seus moradores identificados como migrantes oriundos do nordeste do país em sua maioria. Ao analisar o tema das periferias urbanas, a partir da questão da habitação e da sua produção através da autoconstrução e da espoliação urbana, Seabra destaca as obras de Nabil Bonduki e Lúcio Kowarick e identifica que,

[...] nesses dois autores compreende-se como a exploração foi combinada com um sobretrabalho, entendido como parte da espoliação urbana, porque expropriava os trabalhadores de suas condições de vida urbana. O que quer dizer que à exploração no trabalho se sobrepunha uma expropriação geral e social. (SEABRA, 2004, p. 297).

Para Maricato (2007), o ardil da autoconstrução foi desonerar o capitalismo de investir na moradia e na reprodução da força de trabalho. Desse modo, ao se responsabilizar por construir sua própria moradia, o trabalhador, concomitantemente, reduz o preço da sua força de trabalho.

Ao se perguntar sobre qual o papel dos ambientes de autoconstrução na constituição e expansão da periferia urbana, Rocha (2007) entende que, se pensarmos ao nível da tríade concebido-percebido-vivido, esses ambientes expressam o limite a que o Estado está

submetido na tentativa da organização total da sociedade. Um movimento real contraditório às legislações do uso do solo, determinadas pelo poder público em consonância com interesses hegemônicos. No entanto, o autor pergunta:

Não seria uma necessidade, para a manutenção dos instrumentos de regulação urbana, a produção das periferias? O Estado daria conta da necessidade de moradia, sem os milhões de ilegais? Ou melhor, a ilegalidade não seria uma válvula de escape para a contradição não se tornar explícita? (ROCHA, 2007, p. 154) [grifo do autor]

O autor aponta que o entendimento do ambiente da autoconstrução passa, necessariamente, pela tríade necessidade-desejo-fruição⁷². O movimento constituinte dessa lógica não pode ser apreendido pela particularidade de algum desses termos, pois esta representaria uma totalidade social mutilada. Embora essas três dimensões possuam uma realidade própria, cada uma, necessariamente, remete às outras duas.

Em sua pesquisa, Giavarotti (2012) busca tensionar, entre outras coisas, o papel da autoconstrução a partir dos depoimentos de moradores ali estabelecidos. O autor identifica, na narração de um deles, o processo de trabalho como algo completamente autonomizado. Tal fato não permitiria discernir os nexos estabelecidos pela autoconstrução com a totalidade social⁷³ mediada pela forma mercadoria, mas vislumbrar, como possibilidade, um processo autônomo de produção da moradia. Segundo Aglietta e Orléan (1990), o sujeito, para ser autônomo, deve conformar-se aos outros. A violência econômica é inerente às relações entre os homens, é resultado do paradoxo estabelecido pelo sujeito que, ao imitar o outro, torna-o, necessariamente, modelo e rival. Segundo os autores, a moeda – surgida com o Estado – é uma forma de violência e serve para mediar as relações divergentes, suas tensões⁷⁴.

Para Giavarotti (2012), os trabalhadores ao dedicarem o tempo disponível - aquele não empregado na fábrica - à construção das moradias,

[...] se entregavam à necessidade de transformar aquela mercadoria recém-adquirida [o lote] em uma nova mercadoria, com efetiva utilidade para eles, por meio do que se poderia chamar de um novo “processo de trabalho” (GIAVAROTTI, 2012, p. 62). [grifo do autor]

⁷² Cf. Lefebvre (2005).

⁷³ Totalidade não é integração, não é resultado de uma justaposição, é resultado de uma relação hierárquica.

⁷⁴ Mesmo deixando claro que sua intenção não é oferecer uma teoria da violência e do seu papel na história, Lukács aponta: “(...) que a separação radical dos conceitos de violência e economia é uma abstração inaceitável e é inconcebível em qualquer relação econômica que não esteja ligada à violência latente ou abertamente em vigor.” (LUKÁCS, 2003, p. 441).

Segundo Giavarotti, diante disso

[...] a autoconstrução foi a forma hegemônica de habitação da classe trabalhadora no contexto da modernização retardatária, posto que os trabalhadores só puderam se realizar como consumidores solventes [Vainer, 2000] de terra e não de habitação, dado o montante de investimento que este último exigia (GIAVAROTTI, 2012, p. 215). [grifo do autor]

Concordamos com o autor (2012) que no contexto da modernização brasileira a autoconstrução foi a forma hegemônica de habitação da classe trabalhadora. No entanto, entendemos que ao defender que esse processo ocorreu por ser o meio possível para esses trabalhadores se realizarem como consumidores de terra e não de habitação, o autor não deu a devida atenção a imensa quantidade de moradores que vivem em ocupações irregulares, portanto que não conseguiram acesso à terra. Podemos acrescentar, a esse fato, a grande quantidade de locações que ocorre na periferia paulistana, inclusive em moradias consideradas irregulares, que representa uma parcela da população – os proprietários dessas moradias – que embora não seja consumidora de terra, em termos legais, o é de habitação. Esse mercado imobiliário que se estabeleceu nas periferias, a exemplo de São Paulo, não representa parte importante do volume de transações financeiras desse setor, porém representa o cotidiano e o modo segundo o qual ocorre a reprodução das relações sociais de todos os moradores pobres (ou não) subsumidos a essa lógica, imposta à revelia dos sujeitos.

Entendemos que um dos méritos da pesquisa de Giavarotti (2012) foi mostrar como a “arquitetura possível”, nos termos propostos por Maricato (1979), se faz presente e de maneira autonomizada ainda nos dias de hoje, àqueles que conseguem tornarem-se consumidores de terra.

Essa dimensão encontra-se na pesquisa de Rocha (2007), segundo a qual no ambiente de autoconstrução os edifícios tornam-se capital fixo no processo de valorização do espaço, independente da origem e/ou formalidade do investimento. Essa realidade não, somente, alimenta o desemprego, ao possibilitar a moradia dos desempregados, como, também, gera os “bicos”⁷⁵. Ambiente privilegiado por ter papel primordial para a reprodução do trabalhador, para além do mundo do trabalho, ao passo que está imerso nele.

Segundo Volochko (2011), a questão habitacional que dos anos 1930 até meados dos anos 1980 era essencialmente uma problemática industrial torna-se uma problemática espacial

⁷⁵ “Pintores de paredes, eletricitas, marceneiros, mecânicos, funileiros, e uma série de outros profissionais que estão à espera de uma formalização no chamado mercado de trabalho, colocam-se à disposição do entorno para incluírem-se no mundo do dinheiro com algum dinheiro.” (ROCHA, 2007, p. 162)

da urbanização. As periferias vistas, até então, como espaço possível de moradia dos trabalhadores pobres ganham outra dimensão. O imperativo econômico se mantém, no entanto, sua reprodução dar-se-á como um processo do urbano, da metrópole e da metropolização. Com a financeirização do regime de acumulação capitalista atual, os problemas até então da indústria – como a habitação – deslocam-se para o espaço inteiro. A atividade produtiva industrial perde centralidade como *locus* de emprego dos trabalhadores da metrópole, mas, ao mesmo tempo, a indústria da construção civil – capitaneada pelo setor imobiliário – ganha nova importância na reprodução espacial dos negócios, inclusive tornando as periferias – ou a produção industrializada de habitações nas periferias urbanas – uma destacada frente de reprodução e valorização imobiliária, objeto de interesses estatistas assim como do setor financeiro. Há uma mudança de sentido na relação da atual produção habitacional com a indústria, com a imposição de uma lógica quantitativa em detrimento do qualitativo.

Para o autor (2011), há uma mobilidade relativa da propriedade do solo, desdobramento da mobilização financeira e do consequente endividamento imobiliário. A casa própria coloca-se enquanto expectativa. No entanto, essa propriedade pode não se realizar, mas, ainda sim, permite a extração de rendimentos dessa população fragilizada por uma condição estrutural resultado da separação entre posse e propriedade. A efetiva propriedade do solo torna-se efêmera. O processo de regularização fundiária – empreendida por prefeituras como a de São Paulo – apenas tornaria o Estado o agente produtor direto, mais um passo na capitalização das pessoas com acesso ao crédito, ao consumo, e terão (?) a propriedade do solo. A urbanização de favelas seria outra modalidade na busca por ações lucrativas dos setores imobiliário/financeiro, não mais que o aprofundamento da produção da cidade, vista, tão somente, como espaço privado/privatizável. As desigualdades são recolocadas em um novo patamar.

Segundo Damiani (2008), a partir da noção de espaço abstrato de Lefebvre, é preciso olhar para a produção do espaço em termos de qual seu significado no processo de produção social enquanto totalidade. A autora entende que tanto o capital imobiliário quanto sua face financeirizada deixam de ser um setor secundário da economia⁷⁶, pois,

a) O processo urbano se realiza também como um processo econômico da urbanização, que pode ser definido como produção do espaço urbano. É essa

⁷⁶ Lefebvre indicava, já em 1970, que: “[...] esse circuito do imobiliário foi, durante muito tempo, um setor subordinado, subsidiário; pouco a pouco tornou-se um setor paralelo, destinado à inserção no circuito normal de produção-consumo. Embora ele seja normalmente um setor compensatório, pode até torna-se um setor principal se o circuito normal ‘produção-consumo’ arrefecer, se ocorrer recessão. Então os capitais encontram no imobiliário uma espécie de refúgio, um território suplementar e complementar de exploração.” (LEFEBVRE, 2008, p.71). [grifo do autor].

economia na sua particularidade e, ao mesmo tempo, universalidade, considerando que a situamos no processo do capital, implicada na urbanização.

b) Enquanto produção do espaço urbano, os elementos materiais envolvidos nesta produção - edifícios (para todas as formas de usos: comercial, serviços, industrial, doméstico...), pontes, viadutos, produção dos subterrâneos adequados, estradas, sistema viário de modo geral, canalizações - constituem formas autônomas do capital ou condição tecnológica para o efetuar-se do processo produtivo imediato (os lugares em que ocorre a produção, a distribuição, a comercialização ...). Esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capital fixo, cuja realização do valor, e do mais-valor envolvido, aparece sob formas financeiras cada vez mais internacionalizadas, abstratas - envolvendo títulos, endividamentos, consórcio entre o Estado e empresas, ações, rendimentos balizados por juros, de remuneração mundial -, para assegurar um retorno paulatino do valor adiantado - dada a natureza desses elementos -. (DAMIANI, 2008, p. 236).

Para a autora, – visto enquanto determinação formal do capital e de complexa realização – o urbano, considerado isoladamente, possui, constitutivamente, uma economia; sendo, pois, potencialmente financeira. A efetivação da moderna propriedade da terra urbana representa um momento dessa complexa contabilidade financeira, em sua busca – via formas hiper-financeirizadas – de realização. Damiani acrescenta tratar-se de um processo, que em seu movimento imanente, “altera-se o tempo todo o estado geral do **urbano economizado**”. (DAMIANI, 2008, p. 237) [grifo da autora].

3.6 - Do Estado provedor ao Estado neoliberal: a crise se apresenta enquanto inclusão negativa e acesso ao crédito

Ao analisar diferentes obras, nossa pesquisa identificou que muitos autores entendem o Estado como centro das lutas urbanas, embora seu papel seja visto de forma diferenciada referente à sua finalidade e à sua capacidade de interferir nos rumos da sociedade⁷⁷. O Estado, ao incrementar as dinâmicas capitalistas, mostrou-se incapaz de administrá-las visando a um maior equilíbrio das forças sociais, o que, por sua vez, teriam sido as causas da segregação socioespacial.

Segundo Saquet (2007), vários autores pensaram a relação Estado-globalização sob a perspectiva da fragilidade desses Estados. Com a política internacional determinada por uma rede de multinacionais, há uma redefinição do Estado na “sociedade global”,

⁷⁷ “[...] o Estado não possui nenhum meio primário de regulação, mas depende do mercado, isto é, do dinheiro [...] por obra do dinheiro, o Estado é fundamentalmente desprovido de autonomia diante do mercado e que a política é fundamentalmente desprovida de autonomia diante da economia.” (KURZ, 1997, p. 198 e 201)

No dizer de Ianni (1992), acontece uma progressiva subordinação do Estado-Nação ao movimento do capital ou, no entendimento de Bagnasco (2003), um redimensionamento do papel e da capacidade de ação dos Estados Nacionais. (SAQUET, 2007, p. 168)

De acordo com Tanaka (2006), a partir da ação dos movimentos sociais urbanos na década de 1970, construiu-se a expectativa do “Estado provedor”. Para a autora (2006), na década de 1990, a ideologia do “Estado do bem-estar social” é substituída pelo Estado neoliberal⁷⁸. Segundo Telles,

“Bem sabemos que a aposta [da revolução social] não vingou, foi vencida [...] Esse foi o abalo sísmico provocado pela devastação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica.” (TELLES, 2003, p. 3)

Sobre o resultado desse processo, Tanaka entende que,

Com a entrada da globalização e do referencial neoliberal na sociedade brasileira (entendida como reestruturação produtiva – flexibilização das relações de produção com perda de direitos do trabalhador; financeirização da economia; ideologia de que o Estado deve focalizar a ação nos setores estratégicos da economia e reduzir gastos sociais “dispersos”; revolução tecnológica), há uma mudança do paradigma do trabalho como estruturante das relações sociais, conforme afirma Vera Telles em artigos sobre o tema. (TANAKA, 2006, p. 129) [grifo da autora]

Segundo Telles, há a necessidade de se reconhecer as mudanças ocorridas em relação ao mundo do trabalho, com base nas ‘novas’ experiências na cidade. Não se trata apenas da questão de aumento do trabalho informal e/ou da exclusão do emprego, mas do deslocamento do processo de valorização que “termina por implodir as distinções entre tempo do trabalho e tempo do não-trabalho, entre emprego e desemprego”, ou seja, há a potencialização do trabalho abstrato que, embora continue sendo uma dimensão estruturante, não permite por si só a compreensão das novas relações e referências experimentadas na vida social. Desse modo, Tanaka (2006) entende a centralidade do trabalho industrial fordista como ponto de referência para os discursos acadêmicos elaborados sobre a periferia e sobre os movimentos sociais urbanos. De acordo com Telles, é preciso

[...] ressituar os problemas, levantar outros tantos e perceber nas dobras das redefinições e desagregações do 'mundo fordista' outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsação do mundo

⁷⁸ Inspirado nas reformas de Thatcher (1979 – 1990), no Reino Unido, e Reagan (1981 – 1989), nos Estados Unidos da América (EUA).

social. (TELLES, 2006, p. 174) [grifo da autora]

Pois, segundo Telles, os entendimentos foram elaborados a partir do pressuposto de promessas de progresso social baseadas na regularidade e disciplinaridade do emprego.

De acordo com Kurz (2012), para pensarmos sobre a função do capital financeiro no interior da reprodução global, devemos considerar os limites internos objetivos do modo de produção capitalista, assim como o papel do crédito financeiro. Para o autor,

Atrás da superacumulação cíclica espreita a superacumulação estrutural, através da qual são atingidos os limites internos objetivos do modo de produção. A crescente importância estrutural da superestrutura do crédito financeiro é a forma de reacção do sistema ao real processo de desvalorização que avança pé ante pé. O crédito em grande escala não significa senão a antecipação do valor ou da mais-valia ainda não produzida, que é lançada para um futuro cada vez mais longínquo. (KURZ, 2012)

Ao analisar as pesquisas urbanas de base marxista, entre os anos 1960 e 1980, sobre a questão da exploração e inclusão nas periferias, Pinho (2010) entendeu que a maioria dessas pesquisas destaca o pensamento positivista do trabalho e o foco na crítica à luta de classes e na distribuição justa da mais-valia. Para o autor, o decurso de tal situação levou ao obscurecimento do processo de inclusão destas populações e destes espaços através do consumo e da expansão do crédito⁷⁹, via socialização negativa. Estabelece-se uma mudança na própria ideia de exploração, o espaço, antes de estar excluído e segregado, encontra-se plenamente inserido na lógica do consumo⁸⁰.

Segundo Pinho, surge a necessidade de incluir essas populações na condição de “consumidores no processo de reprodução crítica da metrópole” (PINHO, 2010, p.10). O autor constata a existência de um processo de homogeneização que, através do consumo e do acesso ao crédito, destitui a interpretação do que era considerado como específico das periferias, assim como o entendimento dicotômico entre os espaços considerados centrais e os espaços considerados periféricos. Em sua fase financeirizada, o urbano no capitalismo, vai se realizar de forma negativa⁸¹. A partir dessa leitura, o autor rompe com as interpretações que entendem como marco da segregação o urbano.

⁷⁹ Para Marx (1985), entender a expansão e contração do crédito como resultado da variação do ciclo industrial, até mesmo sua causa, é mais um exemplo de como a Economia Política tratou, de maneira superficial, o tema.

⁸⁰ O autor busca mostrar isso através da expansão das redes varejistas

⁸¹ Marx (1985) aponta que já no período manufatureiro, a dívida de Estado é a única parte da “riqueza nacional” a entrar na posse coletiva. O crédito público se estabelece como credo do capital e a dívida pública como importante alavanca da acumulação primitiva.

Ao associar a ideia de injustiça na repartição da mais-valia à ideia da divisão injusta dos equipamentos de consumo coletivo no espaço do morar, Pinho (2010, p. 56) acredita que o pensamento marxista hegemônico não vislumbrou a “superação crítica da integração destes espaços ao mercado e ao consumo”. Para ele, a inclusão pelo consumo individual e a integração à sociedade do consumo parece ser os resultados do movimento baseado na positivação do trabalho, mediado pela ideia de exclusão e na luta por equipamentos de consumo coletivo. Segundo o autor (2010), a crítica à modernização tornou-se uma impossibilidade para as teorias que tiveram a inserção no consumo como seu limite e, ao atingir o positivo pretendido, a negatividade do processo enquanto objeto não se fez presente.

Segundo Kurz (2007), é preciso que a crítica reconheça seus limites – resultado, também do momento histórico – para poder avançar. Para o autor,

Na crise mundial da terceira revolução industrial, a crítica radical ao capitalismo encontra-se perante um desafio ímpar. Para continuar a ser ela mesma, para fazer jus a seu nome, é mister que ela, em sua forma conhecida, diga adeus a si mesma, que se distancie de si mesma, que se supere e vá além de si mesma. Afinal de contas, da mesma maneira que o capitalismo realmente esbarra num limite interno absoluto, também a crítica até o momento tecida contra ele torna-se obsoleta e revela-se parte integrante de seu próprio objeto.

[...] o 'modo de produção com base no valor' (Marx) esbarra em seu limite interno absoluto, justamente pelo fato de minar sua própria substância, ou seja, o 'trabalho', tornando-o obsoleto. As determinações supostamente ontológicas revelam-se historicamente limitadas e nulas. (KURZ, 2007)
[grifo do autor]

Para Lefebvre (2009), o desenvolvimento das forças produtivas supera as relações sociais de produção e de propriedade e, nesse espaço que muda, houve a queda dos referenciais usualmente utilizados desde 1910. Após esse instante crítico, o Estado tenta juntar os pedaços, pois essa mesma queda facilitou a promoção do Estado moderno – privilegiador do discurso político – e este se torna o equivalente dos equivalentes. Nesse cenário de salve-se-quem-puder tudo morre, exceto o Estado, que tudo mata. Para o autor, o erro do pensamento marxista foi não analisar o Estado, com sua capacidade progressiva de intervenção e de gestão que foi impulsionado e não debilitado, seja pelas crises, seja pelas guerras. O marxismo em sua confusão não estimulou a criação, pois teve como objetivo o exercício do poder, portanto, a perpetuação do Estado (entendido como forma política generalizada).

Segundo Lefebvre (2009), em substituição à palavra crise⁸² dever-se-ia dizer estado crítico, sendo este do mundo moderno em geral e do modo de produção estatista em particular. Para ele,

O estado crítico não provém nem do econômico tomado à parte, nem do político isolado a título de instância. Esse estado crítico tem seu ponto de partida no social como tal: o que Hegel e Marx nomeiam de *sociedade civil*. A crise no sentido usual iria do econômico ao político. O *estado crítico* tem sua origem e, sobretudo, seus efeitos não nas organizações ou instituições, mas nas relações que sustentam essas instituições: a família, a escola, as relações entre as pessoas, os “valores”, as “normas”, as “ideologias”. (LEFEBVRE, 2009, p. 145). [grifo do autor].

Desse modo, o estado crítico é obscurecido pela “ideologia da crise”, descarta-se a crítica do Estado. Ao se considerar os fenômenos econômicos isoladamente, e não enquanto sintomas, esta leitura torna-se redutora. A crise – prática e ideologicamente – é utilizada politicamente. Há a negação do estado crítico por parte dessa ideologia da crise,

[...] a crítica da sociedade, ou seja, do capitalismo e do socialismo, que deveria se colocar ao mesmo tempo contra as alienações que eles veiculam e contra a modernidade brutal, essa crítica enfraqueceu-se. O pensamento “radical” parece se isolar. As instituições se fortalecem. Quando os poderes estabelecidos declaram a crise, eles declaram a repressão e virtualmente a guerra àqueles que querem considerar essa crise como sintomática de uma dissolução mais vasta e mais profunda do que dizem os relatórios especializados. (LEFEBVRE, 2009, p. 146). [grifo do autor].

Nessa tentativa, sempre incompleta, de imposições – via controle político – a vários aspectos da vida, cujo sentido seria o de ocultar as bases críticas inerentes à essa sociedade, a ideologia da crise acaba por esvaziar o que o termo crise deveria desvelar. Além da perda de sentido do termo, há a reiteração dos fundamentos sob os quais essa própria ideologia se sustenta. Nessa redefinição da vida social – conformada aos imperativos da forma mercadoria – há a potência representada pelo cotidiano, sua capacidade em desvelar momentos significativos da reprodução social. A racionalidade da reprodução social capitalista busca determinar modos de uso e conformação de consciências, com vistas a reprodução das relações que o embasam. No entanto, a reposição dos termos desta sociabilidade – referida por essa crise que lhe define – condiciona-se à reiteração da cotidianidade.

⁸² “Que quer dizer esta palavra: crise? Ela designa em princípio um momento crítico, uma data separando dois períodos, um corte no tempo. [...] O que não está em crise! Chega-se a se cogitar que a crise é mais um estado que um instante, que esse estado de crise se normaliza, distinguindo-se pouco da não-crise, que, em suma, a crise pode se revelar estimulante ou, justamente ao contrário, durável como um estado normal, e que definitivamente o problema não é revelar uma crise ou crises, mas saber onde, por que e como os momentos críticos cessaram de estimular a invenção.” (LEFEBVRE, 2009, P. 138)

Ao pensar a maneira sob a qual a produção intelectual nas décadas de 1970 e 1980 elaboraram suas análises sobre as periferias urbanas, reprodução da força de trabalho e exploração do trabalho, Messias (2012) entende-as como insuficientes para se realizar uma crítica à sociabilidade capitalista. Diante da especificidade da modernização periférica brasileira, sua compreensão vai além da questão do tamanho (pequeno, é verdade) do salário indireto ou mesmo na luta pelo fundo público.

Para Volochko (2011), o setor financeiro centraliza o processo cujo sentido é a redução dos custos e dos tempos de circulação para viabilizar as condições gerais (e de um ótimo pretendido) de circulação do capital. Nesse processo de concentração dos capitais-dinheiro dispersos na sociedade há a obtenção de ganhos através da cobrança de juros (cf. SINGER, 2000). Para Volochko,

[...] o crédito (na forma genérica das finanças) está a tal ponto captando hoje uma parcela “desproporcional” daquilo que por ventura seria sua cota da taxa de mais-valia produzida na esfera da relação capital-trabalho, que ele passa a ser um fim em si mesmo, e assim mantém a relação fetichizada e abstrata D-D’, que aparece como a forma social mais acabada da valorização capitalista atualmente. (VOLOCHKO, 2011, p. 132)

O autor baseia seu argumento na sua leitura de Harvey, segundo a qual com a aceleração do capital posta pelo sistema de crédito há a liberação de mais capital dinheiro. No entanto, o crédito em si não gera mais valia, mas, ao viabilizar a atividade produtiva – esta sim geradora de mais valia – possibilita a esse crédito virtual (capital fictício) criar valor e, por isso, cobrar juros.

O sistema de crédito representa uma possibilidade para o capital que pode ou não se realizar, assim como gerar uma crise - quando da sua não realização. Visto deste modo, a dialética no termo valorização/desvalorização expressaria que a produção do espaço, ou até mesmo a própria urbanização, apareceria como fonte de valorização posta como possibilidade diante da desvalorização. O movimento geral representado pelo processo de financeirização da economia – em uma sociedade urbana implicada na reprodução do capitalismo atual – dá crescente destaque para as formas de produção imobiliária, incluindo-se a urbanização dos espaços periféricos de cidades como São Paulo. Volochko aponta que atualmente o capital financeiro não especula com a propriedade privada do solo (caso do processo descrito por Lênin), mas através da aquisição de ações, via bolsa de valores, das grandes incorporadoras. Essas, por sua vez, tem sua capacidade de atração vinculada à variação de preços das ações, do nível de investimento e/ou capitalização a partir dos seus “bancos de terrenos”.

Na sua análise sobre as discussões acerca das periferias urbanas, Pinho entende que,

apesar de utilizar noções como “inclusão excludente” ou “integração negativa”,

[...] a maioria dos autores procura fazer a referência a estes espaços como se eles não fossem parte integrante do sistema ou, às vezes, como resultado da exploração, mas nunca como parte intrínseca da acumulação do capital. Essas colocações parecem apontar para uma contradição entre a ideia de exploração e o fato de definir estes espaços como excluídos, principalmente no período atual, em especial onde os tempos ou, ainda, a simultaneidade dos tempos nos leva a entender que não é mais possível pensar sobre esses espaços de forma dicotomizada. (PINHO, 2010, p. 94)

De acordo com Pinho (2010), embora a miséria continue presente, o crédito, em conjunto com os programas assistencialistas do Estado, tornou os pobres um importante mercado consumidor, com demandas que não se restringem a mera subsistência. Entendemos que o autor precisaria esclarecer o que ele considera “mera subsistência”⁸³ em uma sociedade fundada na valorização do valor, na qual a sociabilidade é mediada pela forma-mercadoria; mas concordamos no que se refere à ascensão dos pobres à condição de importante mercado consumidor⁸⁴.

Ao estudar Barcelona Volochko (2011) estabelece um paralelo (possível) entre esse município e a realidade brasileira. A cidade espanhola estaria diante de uma relativa e momentânea descapitalização das classes médias, sendo que esta estaria articulada a uma capitalização – igualmente momentânea – de frações inferiores das classes médias brasileiras. A produção de habitação nas periferias metropolitanas não visava reduzir as desigualdades, mas reproduzir o capital (mundial), independente se esse processo manteria ou, até mesmo, aumentaria as desigualdades existentes. Desse modo, a forte expansão do setor de construção residencial no Brasil – com especial destaque para as famílias de baixa renda – seria o desdobramento de um processo cujo sentido seria estabelecer um novo patamar mundial de expropriação financeira via expansão do crédito e o consequente endividamento dessas famílias – no entanto, proporcionando uma maior inserção ao mundo do consumo.

Outro aspecto destacado pelo autor (2011) trata da mudança representada pela Lei brasileira Nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ou Alienação Fiduciária de Imóveis, moldada nos termos de uma hipoteca. A mesma permite, sem procedimentos judiciais complexos, a

⁸³ “Não se podem considerar as necessidades como dadas. Fundamentalmente, o indivíduo mercantil é, ao contrário, caracterizado por uma inconclusão radical: um desejo do qual ele não possui a lei, que não se resolve numa lista mais ou menos longa de mercadorias.” (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p. 18)

⁸⁴ “[...] é necessário compreender que a satisfação das necessidades humanas, dos pobres como de quaisquer seres humanos, inclui também a liberdade, a participação, o acesso à cultura etc., para não mencionar todas as necessidades básicas de tipo mais material (alimentação, vestuário, infraestrutura de serviços públicos, habitação atec.)” (SOUZA, 1995, p. 102)

retomada do mutuário em dívida. Esses mutuários – rentabilizados via créditos habitacionais e/ou políticas de governo – seriam não mais que proprietários temporários no jogo da propriedade privada do solo, nesse caso posto enquanto possibilidade.

Volochko (2011) acrescenta que esse consumo não se restringe apenas a aquisição da casa nova, mas às possíveis melhorias nas casas onde vivem. Cita reportagem da *Revista Exame*, segundo a qual pequenas e médias empresas estão vendendo produtos e serviços referentes à construção, compra e reforma da casa. Um mercado de mais de 20 milhões de famílias. A empresa *Casa do Construtor* aluga ferramentas como furadeiras, brocas etc. às pessoas físicas, a *Leduca* – construtora de edifícios populares – parcelou a entrada desses imóveis em seis vezes sem juros [?] no cartão de crédito e a *Iquine* produz e vende tintas com cores novas e chamativas, pois, segundo a reportagem, para as classes C, D e E ter a casa colorida é sinal de *status*.

Entendemos a impossibilidade de ainda se considerar os espaços periféricos como lugar de exclusão; portanto, consideramos a necessidade de se pensar esses espaços e suas populações como parte de uma sociedade inclusiva, mediada por pressupostos da mercadoria e do consumo. Ao tentar resolver sua crise, o capital realiza a inclusão negativa por meio da ampliação do crédito à população de baixa renda, independente do lugar ocupado espacialmente por ela na metrópole⁸⁵. As leituras que insistiram, em suas análises, na diferença quantitativa de massa apropriada, não deram a devida atenção à qualidade formal da apropriação. Como apontado por Volochko (2011) a ascensão ao consumo das frações populares e das frações inferiores das classes médias é resultado do processo de aumento na oferta de crédito e não a um aumento da renda dessas famílias. No entanto, juntamente com a moradia nova ou a reforma da existente, cria-se uma grande demanda por objetos novos, seja novos móveis, novas cores ou novos hábitos de consumo.

Essa população que se lança às compras para se diferenciar, acaba por se homogeneizar. Schwarz (1987) em sua análise da literatura machadiana já apontava que a reprodução das relações sociais no Brasil põe e repõe sempre, e em sentido impróprio, ideias “de fora”. Uma hegemonia revolucionada pelo capital que se estabelece como uma relação identitária, que lhe confere singularidade. Enquanto parte da nossa literatura (virada do século XIX) diante da “inferioridade pátria” buscava legitimar-se – via um mimetismo cultural – à norma burguesa europeia, agora estamos diante do que poderíamos chamar de um “mimetismo da vida cotidiana” das classes mais privilegiadas. As pessoas mais pobres,

⁸⁵ “Ser periférico não significa estar de fora. Significa uma inclusão que o nega, e ao mesmo tempo inclui. Não necessariamente é uma negação, mas como crise aparece como possibilidade.” (ROCHA, 2007, p. 163)

através de suas casas recém-adquiridas, buscam uma aparência de ascensão social, mas acaba por produzir “uma estética pré-fabricada e massificada” (VOLOCHKO, 2011, p. 223) ou, nos termos de Debord (1997), uma “miséria enriquecida”. Estamos diante da simulação sobre o que já é uma representação, ou seja, a multiplicação e complexificação das abstrações.

Segundo Damiani (1993), não se nega a quantidade, mas é preciso destacar que está acontecendo algo de qualitativo e novo. O cotidiano não é trivial, ao contrário, é nele que podemos encontrar o homem na totalidade de seus diferentes momentos. Momentos esses que comportam vazios e são perpassados pelas instituições e poderes. Concomitante as conquistas humanas – via técnica – houve o subdesenvolvimento do cotidiano, com o homem expropriado e subjugado ao controle estatal de modo a (re)produzir as distâncias entre o homem comum e o poder. A autora se contrapõe ao discurso de exaltação da produção de formas standardizadas, massificada – do que ela chama de “urbanismo institucionalizado” –, pois esse discurso oblitera o fato dessa prática naturalizar o crescimento das cidades, a centralização do poder, ao invés de interpretá-los como “elementos de um momento do movimento da história, que coloca contradições novas, portanto, sua própria superação, nesse seu atrelamento recíproco.” (DAMIANI, 1993, p. 187).

De acordo com a autora, a forma urbana representa a simultaneidade dos encontros – sujeitos e objetos, possíveis e existentes –, da vida moderna, mas a forma urbana dos conjuntos habitacionais representaria o urbano reduzido ante os imperativos da sociedade industrial, ou seja, a mistificação dessa forma urbana. O homem reduzido a estratificações a partir do seu local de moradia, um pobre urbano que tem seus tempos e necessidades subordinados à vontade dos poderes. Esse homem em busca de recuperar sua humanidade preenche – enquanto possibilidades – o vácuo criado a partir do esvaziamento da vida urbana, a urgência de se ter um cotidiano assegurado se explicita, repleta de contradições.

À racionalidade abstrata, a do plano, impõe-se uma racionalidade concreta – mais elevada e mais complexa – é nesse momento que “se criam identidades, quando, ao menos, são procuradas, ou, ainda, quando se sente dramaticamente sua ausência” (DAMIANI, 1993, p. 224). Nesse embate entre a identidade do morador – constituída no nível de quem vive – resultado das lutas por melhorias e lideranças que se estabelecem, e a identidade abstrata da autoridade – quem concebe e que tenta capitalizar essas conquistas – há a produção e reprodução de um espaço que se pretende planejado e que se realiza cotidianamente na vida do morador através de configurações e reconfigurações que afirmam ou negam o projeto original. A autora entende que nesse momento há a passagem da vida atrelada à falta e a

necessidade – o nível infra-cotidiano – para uma vida cotidiana estabelecida, o nível do cotidiano.

A autora identifica no relato dos moradores⁸⁶ que,

[...] o universo da prática urbana, é o dos conteúdos variados e resistentes à forma imposta. Sobram elementos que são próprios da vida mesmo no lugar, das conjunturas e que afrontam a linearidade da dominação, dos constrangimentos. Especialmente a abertura da vida privada sobre a vida pública. (DAMIANI, 1993, 309)

Desse modo, para a autora, através da prática urbana a ação e a consciência da ação individuais são recuperadas – enquanto vida social – e são, por sua vez, produzidas socialmente. O embate é constante entre o espaço planejado (concebido) e o espaço autogestionário (vivido). Embora a forma urbana seja, em alguma medida, superada – via prática urbana – ela continua exercendo pressão em busca de sua realização plena, enquanto possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa buscou – através da seleção bibliográfica proposta – analisar como a divisão intraurbana das metrópoles foi retratada pelos trabalhos acadêmicos. Não foi um levantamento exaustivo e não nos aprofundamos em obras que não tivessem a periferia como recorte espacial. Estudamos alguns autores que entendemos representativos do tema e algumas obras citadas em seus trabalhos. Para explicação dos fenômenos urbanos, procuramos demonstrar o sentido ocupado pela noção de periferia, em diferentes matrizes teóricas e em algumas de suas limitações, a partir da crítica a seus fundamentos. Diante dos limites e possibilidades imanentes ao percurso proposto por nosso estudo, procuramos problematizar o posicionamento dos autores do período destacado e, com isso, reconhecer as

⁸⁶ A autora destaca que embora sua amostragem não seja estatisticamente significativa, ela é representativa do fenômeno discutido.

determinações da reprodução crítica do capital na esfera da reprodução social. Entendemos que a expansão capitalista engloba todos os momentos da vida social, não está restrita à esfera produtiva capitalista ou às contradições intrínsecas ao Estado.

Nossa intenção não foi descartar a produção intelectual anterior por outra matriz teórica, substituindo-a por outra escola de pensamento. Entendemos, com Bourdieu (1998), que a construção das noções das ciências sociais pretende dar conta de determinada realidade. No entanto, essas classificações científicas não são autônomas no que se referem às diferentes mediações sociais que, ao produzirem significados, estabelecem uma prática, pretensamente lógica, ao buscar conferir sentido a elementos da realidade segundo seus interesses. Segundo Oliveira, “O processo social que se procura entender *não* é um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão” (OLIVEIRA, 1977, pg. 13). Para Kurz, não há razão objetiva sem sujeito, nem razão subjetiva sem objeto.

Para pensar os conteúdos do processo de urbanização – presentes desde 1950 e denunciados a partir de 1970 – esboçamos uma atualização conceitual (possível) da teoria social crítica, através do diálogo da Geografia – um fragmento do conhecimento – com outros campos do entendimento, pertencentes à totalidade social. Entendemos que pensar a formação da sociedade moderna, sua universalidade, passa pela discussão espaço-temporal e tem como fundamento econômico certas práticas espaciais – ou sua negação – sendo que estas, por vezes, se resolvem na violência da produção do vazio.

Ao dar destaque ao movimento e ao processo, buscamos desconfiar da aparente estabilidade preconizada por uma ciência que se pretende moderna e, por vezes, defende a necessidade científica e prática da separação. Percorrer o intradisciplinar (negativa e dialeticamente) com vistas à superação das ciências em particular – entendidas como núcleo duro do conhecimento – não é trabalho individual, mas resultado da reflexão de diversos pesquisadores.

Nossa proposta de estudo sobre a formação da periferia e como os diferentes autores trataram a questão nos apresentou possibilidades e limites. Nesse sentido a categoria espaço – caro à Geografia – ganhou relevância. Num primeiro momento nos detivemos, brevemente, a três importantes teóricos: Milton Santos, David Harvey e Henri Lefebvre, pois muitas das obras que analisamos tinham como estrutura dorsal esses pensadores. Depois acrescentamos outras colaborações.

Com suas respectivas contribuições teóricas esses pensadores entenderam que a análise do espaço deteria, como condição identitária e dialeticamente, a análise da sociedade. Na tentativa decifrar de que maneira se dá determinada configuração espacial, esses autores –

a despeito de suas diferenças – buscaram desvelar o papel dos agentes hegemônicos na produção desse espaço, além de destacar a dimensão social diante das diversas esferas sociais.

Entendemos que simultaneamente ao crescimento da acumulação há a redução da produção de valor (em termos relativos), conseqüentemente, a simultaneidade da crise é forma identitária da própria acumulação. Enquanto Marx entendia ser a crise o objeto da crítica, a economia política tentou resolvê-la (até mesmo desconsiderá-la), adotando uma consciência social desenvolvimentista. Não perceberam que há diferença entre dinheiro e sua idealização. A determinação do dinheiro é qualitativa não quantitativa. Sua determinação física e forma de relação social representam duas faces da mesma moeda. A trocabilidade das mercadorias entre si é mediada pelo dinheiro, não desdobramento de sua existência. Tanto que, mesmo em sua ausência, as trocas se efetivam tendo como forma de mediação relevante a consciência monetária. Com a universalização da forma mercadoria se impôs a racionalidade imanente à forma monetária do dinheiro. Sob essa forma de consciência, produzida e reiterada, a economia se reproduz, independente de sua materialidade.

A reprodução dos capitais a partir do movimento de um *quantum* de trabalho cada vez maior, mas mantendo o mesmo dispêndio de capital variável, é uma condição imanente a essa reprodução, já exposta por Marx. A reprodução do capital possui uma determinação crítica. Entendemos que pensar a periferia a partir da superexploração do trabalho seria desconsiderar as características imanentes ao processo de modernização brasileira, pois nossa modernização (periférica), e os processos a ela imanentes, possuem contradições sociais fundamentais, determinações objetivas que resultam de uma crise dos fundamentos sob os quais nossa sociedade se assenta.

A redução da produção de valor é constituinte do capital, com o trabalho posto ao lado do processo produtivo, devido ao desenvolvimento das forças produtivas. A expansão do capital como algo meramente acumulativo, independe da sua produção crítica. Estar expandindo é desdobramento da capacidade de acumular, se trata de um processo simultâneo. O sentido do capitalismo é o de um crescimento contraditório, segundo o qual há o crescimento progressivo e, simultaneamente, há a queda tendencial da taxa de lucro.

Sem criticar o papel da valorização do valor e da mercadoria como verdadeiros sujeitos, para muitos autores não se revelou que tanto os capitalistas quanto os trabalhadores (as duas classes sociais) não são os atores da sociedade, pois também estão subsumidos à lógica capitalista. Estão na condição de sujeito – enquanto forma social – que tem as leis cegas do capital impostas à sua revelia, portanto, são personificações de categorias econômicas, executoras da lógica do valor. Não defendemos uma crítica restrita às reduções

economicistas ou exclusivos econômicos, mas apontar a potência representada pela determinação econômica na sociedade contemporânea. A crítica radical ao modo de produção capitalista e a negatividade do processo não podem ser alcançadas quando a consciência lógica da troca mercantil e não sua negação foi o que se impôs.

O movimento que define o capital é o movimento de acumulação ampliada, resultado tanto da dimensão qualitativa quanto quantitativa da relação entre capital e mais-valia, movimento esse efetivado pela tendência à acumulação ilimitada do dinheiro, com sua homogeneidade qualitativa. No entanto, como a quantidade de valor acrescentada a cada ciclo é limitada em termos objetivos, a busca por realizar infinitamente a potência da acumulação é refreada. Estamos diante de um movimento contraditório. Esse impulso que é permanente e inerente ao movimento do capital demonstra uma ausência de medida. Como não é fora de si que o capital encontra limites que contenham sua acumulação, se estabelece uma lógica desmedida devido à infinitude do processo de acumulação (D-M-D'), pois esse está pautado no fim e início da equação e estes (termos), por sua vez, são qualitativamente idênticos e quantitativamente diferentes. A medida do capital, portanto, estaria contida em si, em sua capacidade de obter os meios de produção e a força de trabalho necessário ao ciclo seguinte.

Devido ao desenvolvimento das forças produtivas há a redução do valor da força de trabalho, portanto, do valor dos meios necessários à subsistência do trabalhador. Ocorre em escala ascendente a extração da mais-valia e, durante essa passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho, a passagem se define em meio a busca da produção e obtenção da mais valia relativa. Cabe a esse trabalhador apenas seguir o ritmo pré-determinado diante das condições materiais presentes no processo produtivo. Já a mais-valia absoluta é decorrência do fato do trabalhador não ter a posse dos meios de produção, submete-se a ele se tornando uma parte constitutiva do próprio.

O trabalho vivo é incorporado como um momento do capital, apreendido negativamente, pois não possui condições objetivas de se realizar por si e para si; desse modo, se sujeita à propriedade alheia que o domina. No entanto, na condição de fonte viva de valor, o trabalho vivo é positivamente apreendido e se realiza enquanto substância do capital. Para Grespan (1999), essa totalidade substancial não manifesta sua existência subjetiva por estar subordinada ao capital. A despeito de constituir-se enquanto um momento necessário do capital em seu processo de autovalorização, o trabalho vivo não pode compor-se como totalidade, lhe é negado à possibilidade de ascender à condição de sujeito.

No processo de metropolização de São Paulo há um fetiche (de cidade) cujo sentido é o moderno e tem sua realização efetivada através do processo (pretendido) de modernização.

Não houve pré-modernidade, nossa modernização teve sua gênese no moderno e nossa sociabilidade foi fundada na lógica do lucro, da acumulação, no entanto, como um momento anterior à que se realizava na Europa. A realização de nossa modernização se deu de forma negativa, diante de uma possibilidade desenvolvimentista ilógica, um futuro irrealizável, pois teve como sentido a padrão civilizatório europeu, um devir (jamais alcançado).

Concordamos com Schwarz (1987) que a nossa busca interminável por identidade foi repleta de necessidades de percurso e acabou por se tornar nossa identidade. Em nossa formação social o moderno e a modernidade tiveram uma realização particular, inserida num contexto mundial e com sua identidade constituída pela modernização. Essa atualização pretendida (porém retardatária) fundamentou nosso moderno, mas negativamente, por ser anterior à própria modernização.

O Estado brasileiro adotou uma política econômica cujo sentido era realizar um processo de acumulação primitiva que permitiria ao país se tornar competitivo no mercado mundial e, ao mesmo tempo, eliminar o descompasso do desenvolvimento interno. O que não se vislumbrou foi o fato de não haver falta de industrialização no país, esse era o modo de ser da industrialização no Brasil. Plenamente inserida no modo de produção capitalista, nossa modernização (retardatária) foi baseada na exploração de força de trabalho barata. Os países “atrasados” buscaram – via ações estatais – superar sua condição histórica em termos do desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, a condição de dianteira dos países centrais no processo de acumulação global já estava posta, aos demais países cabia, apenas, uma inserção periférica (pretendida) no sistema capitalista global. A superação das contradições iminentes à reprodução do capital não foi o objetivo pretendido por essas tentativas de modernizar as bases produtivas. Concordamos com Messias (2012) que o estabelecimento dessas indústrias já representava as contradições desdobradas no interior do próprio capital, um momento da reprodução capitalista global, circunscrita ao movimento contraditório de um país periférico.

Nossa pesquisa mostrou que a discussão sobre a formação da metrópole paulistana se estabeleceu com diferentes matizes teóricos. A urbanização fomentou a Geografia a inserir-se nas discussões a respeito dos fundamentos da reprodução ampliada da acumulação do capital sob o viés marxista e, com isso, proporcionou estudos mais radicais sobre a cidade (DAMIANI, 2008). A partir dos anos 1970 a Geografia urbana entende a formação das periferias, ou a pobreza em si, como resultado de um processo mais amplo, desvincula-se o crescimento econômico do avanço das condições de vida dos trabalhadores (moradores dessa periferia). Estabelece-se diálogos principalmente com a Sociologia, com a Economia e com o

Urbanismo (KAECKE, 2014). Muitos autores elaboraram suas construções teóricas sobre esses espaços em consonância com a emergência das lutas dos movimentos populares urbanos, da luta do movimento sindical e da luta dos partidos contrários à ditadura. Desse modo, a luta por melhores salários passa a vincular-se à luta por melhores condições de vida.

O papel do pesquisador na busca pela compreensão dessa realidade exige o exame de seus processos genéticos, pois as determinações da realidade social, seu estabelecimento, não tornam transparentes as formas dos objetos espaciais por si só. A totalidade social forma-se por intermédio da articulação de diferentes instâncias (espaço, economia, sociedade etc.) e seu entendimento deve ter por pressuposto o processo de reprodução capitalista. A crítica ao papel da valorização do valor e da mercadoria como verdadeiros sujeitos seria imprescindível, mas não foi o objeto da maioria das análises sobre os movimentos sociais urbanos. A classe trabalhadora foi vista como sujeito da emancipação social, portanto, não se considerou o fato de estarem (juntamente com os capitalistas) subsumidos às leis cegas do capital (Kurz, 1992).

A crise do final do século XX representou o enfraquecimento da forma de consciência de classe, pois havia dilemas objetivos nessa tentativa de restituir um passado de concessões ao trabalhador. As conquistas sociais do pós 2ª Guerra Mundial (nos países centrais, pois na periferia do capitalismo limitou-se à concessão de mínimos direitos trabalhistas) não se mantiveram frente ao conteúdo da reprodução capitalista. A capacidade de manter a ilusão da superação da crise – imanente ao sistema produtor de mercadorias – se perdeu e a modernização que se efetivou no Brasil não superou a condição de atraso em relação às forças produtivas mundiais, posto sermos um momento da reprodução capitalista mundial. A crítica ao capital e às suas categorias fundamentais não se fez presente nessa leitura da luta política como um vir a ser do próprio capital, uma vez que, baseava-se em um discurso afirmativo concernente a essa forma própria de sociabilidade.

Para compreender os limites da sociedade contemporânea devemos nos deter a seus fundamentos – lógicos e contraditórios – posto tratar-se de uma realidade social crítica. Desvelar sua forma fetichista se faz necessário para que essa crítica social não se torne, apenas, fornecedora de legitimação. A sociedade é o objeto enquanto o capital é o sujeito, portanto, o político não é o outro do capital que, por sua vez, foi quem fundamentou nosso processo de modernização. A luta por trabalho – importante para uma população diante de condições objetivas de sobrevivência – não representa uma forma de confronto ao capital, mas a renovação de seus pressupostos, além de ignorar a existência da dimensão que poupa trabalho, devido ao desenvolvimento das forças produtivas.

Entendemos que o Estado não foi capaz de fomentar maior equilíbrio das forças

sociais através do incremento (pretendido) das dinâmicas capitalistas. A luta de classes permitiu importantes formas de resistência tanto ao capital quanto às suas formas de objetivação no interior de nossa sociedade. Nossa intenção não foi deslegitimá-la, mas apontar que a dimensão crítica do processo de reprodução do capital não foi possível de ser alcançada por essa forma de entendimento.

Veni, Vidi, Vici

... e fiz uma limonada.

BIBLIOGRAFIA

AGLIETTA, Michael. **Regulation et crises du capitalisme**. L'expérience des Etats-Unis. Paris: Calman-Levy, 1976.

AGLIETTA, Michael e ORLÉAN, André. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ALFREDO, A. **A luta pela cidade na metrópole de São Paulo**: do projeto à construção da avenida água espaiada. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 1999.

_____. A constituição do espaço urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a problemática indígena na relação contraditória cidade campo. In: **Geosp espaço e tempo**, São Paulo, Nº 13, p. 107-126, 2003.

_____. **Formação econômico social brasileira**. Mobilização do trabalho e configurações territoriais. Mimeo, 2006.

_____. Crise imanente, abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica. In: **Terra Livre**. São Paulo, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, Paulo Eduardo. Providência de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: Otília Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes. **Sentido da formação**. Três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARANTES, Pedro Fiori. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 83, São Paulo, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS DO BRASIL. **A Cidade de São Paulo**. São Paulo: AGB, 1958.

ATHAYDE, C. e BILL, MV. **Falcão** – meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

AZEVEDO, Aroldo de. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese (de concurso à cadeira de Geografia do Brasil). FFCL – USP. São Paulo, 1945.

BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 253-278, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Algumas características básicas do quadro analítico subjacente ao debate desenvolvimentista brasileiro. In: **Pensamento econômico brasileiro**. O ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 11-29, 2000.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, p. 37-70, 1979.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. **Periferias – ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FUPAM – FAU - USP, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. In: **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, Nº 13, ano 5, p. 29-50, 1990.

BURGOS, R. Transformações Recentes das Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo: Contribuição para (Re)definições Teórico Conceituais. In: **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-15, II Semestre 2011.

CAMARGO, Candido P. F. et al. **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, Ruth V. C. L. Movimentos sociais na América Latina. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 27-36, 1987.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo: Unesp, IE Unicamp, 2002.

CASSIRER, E. *An Essay on Man*. New Haven, Connecticut, 1944.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O centro da metrópole paulista: expansão recente**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 1980.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A cidade (des)ordenada – concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 1993.

_____. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: **O espaço no fim do século, a nova raridade**. DAMIANI, A. L, CARLOS, A. F. A. e SEABRA, O. C. L. Contexto. São Paulo, 1999.

_____. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, Amália I. G., ARROYO, Monica, SILVEIRA, Maria L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

_____. **Espaço e Geografia: Observações de método**. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2008.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Ed. Unicamp, v. 2: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Trad. Álvaro Cabral. 1994.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A sociedade vista da periferia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 1, 1986.

_____. Introdução. In: **A dinâmica da cultura**, São Paulo, Cosac & Naify, p. 19-51, 2004.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos* -

CEBRAP, n. 33, 1992. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

FERRÉZ. **Capão pecado**. 2ª ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FRANCISCO, André L. R. **Trabalhos acadêmicos e a periferia paulistana**. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2015.

FRANCO, Maria S. C. Organização do trabalho no período colonial. In: Paulo Sérgio Pinheiro (coord.) **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRÚGOLI JR. Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 107-124, jan-jun/ 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. A industrialização periférica. In: FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 155-170, 2008.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2012.

GOHN, Maria G. M. **Luta pela moradia popular em São Paulo**: as favelas. São Paulo: FAU-USP, 1985.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1998.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, n. 6, 1982.

HEGEL, Georg, W. F. Filosofia da natureza. In: **Encyclopédia de Ciências Filosóficas** (em compêndio). Trad. Lívio Xavier, São Paulo: Imprensa comercial, 1936.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria** – Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

KAECKE, Janaína de Moraes. **Em torno das abordagens críticas ao espaço urbano**: os diferentes sentidos da periferia. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2014.

KANT, Immanuel. Doutrina transcendental dos elementos. In: **Crítica da razão pura**, trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KURZ, Robert. **O colapso de modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: UFJF PAZULIN, 2004.

_____. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria**. 2007. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

_____. **Não há leviatã que nos salve** – Teses para uma teoria crítica do Estado. 2011. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz390.htm>>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. **As perfídias do capital financeiro**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz159.htm>>. Acesso em 17 jan. 2018.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

_____. Depoimento. In: **Espaço e Debates**. Periferia revisitada. São Paulo, n. 42, Annablume, 2001.

LANGER, S. *Feeling And Form: a theory of art*. New York, 1953.

LENIN, Vladimir I. Imperialismo. Fase superior do capitalismo. In: **LENIN, Vladimir Ilich**. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, Vol. 4, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. Capítulo IV – Psicologias das classes sociais. In: **Geosp espaço e tempo**, São Paulo, Nº 17, p. 21-41, 2005.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. In: **Geosp espaço e tempo**, São Paulo, Nº 25, p. 138-152, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classes**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIMA, Luiz G, de S. Notas sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a organização política. In: **Alternativas populares da democracia**. São Paulo: CEDEC, 1982.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril, 1982.

MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil**

industrial. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

_____. **Por um novo enfoque teórico nas pesquisas sobre habitação**. mimeo, 2007.

MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.

MARQUES, Eduardo C. & BICHIR, Renata M. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 42, p. 9-30, Annablume, 2001.

MARQUES, Eduardo C. & TORRES, Haroldo. **Reflexões sobre a hiperperiferia**: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. 2001. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br>>. Acesso em julho de 2005.

MARTINS, J. de S. Depoimento. In: **Espaço e Debates**. Periferia revisitada. São Paulo, n. 42, Annablume, 2001.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas: Unesp, 2009.

MESSIAS, Fernando Firmino. **Modernização periférica e crise do trabalho**: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2012.

MOISÉS, José Álvaro. Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais. In: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 27-34, 1979.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **A periferia de São Paulo**: revendo discursos, atualizando o debate. RUA [online]. 2010, n. 16. v. 2 - ISSN 1413-2109.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação socioespacial**: alguns conceitos e análise. Coletânea novo tempo, Rondonópolis, v. VII, n. 8, p.129 - 153, 2008.

NUM, José. *Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y massa marginal*. In: **Revista Latinoamericana de Sociologia**. Centro de Sociologia Comparada. Buenos Aires, n. 5, p. 180-225, 1969.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira**: Crítica à razão dualista. Cadernos CEBRAP, n. 2, São Paulo, 1972/2003.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Os direitos do antivalor**: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PETRONE, Pasquale. **Os aldeamentos paulistas e a sua função na valorização da região paulistana**: estudo de geografia humana. Tese de Livre Docência. FFCL – USP. São Paulo, 1964.

PINHO, Rinaldo Gomes. **Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2010.

ROCHA, Alexandre Souza da. **Objetos, atos e situações no morar na periferia da metrópole**. Momentos de implicação. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2007.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. v. VIII, n. 146 (123). Barcelona: Universidad de Barcelona. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(123\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(123).htm)>. Acesso em: set. 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, César, R. S. Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de rosa Luxemburgo. In: **Mercator**, v. 9, nº 18, jan/abr, 2010.

_____. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. In: **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 7, nº 55, p. 619-646, 2017.

SANTOS, Milton. *La urbanización dependiente em Venezuela*. In: CASTELLS, Manuel (Org.), ***Imperialismo y urbanización em América Latina***. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

_____. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, jun. 1977, p. 81-99.

_____. **Por uma Geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Ática, 2007.
SCARLATO, Francisco Capuano. **O real e o imaginário no Bexiga**: Autofagia e renovação. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **As ideias fora de lugar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEABRA, Odette C. de L. São Paulo: a Cidade, os Bairros e a Periferia. In: CARLOS, Ana F. A. & OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo**. Representação e Crise da Metrópole. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2004.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TANAKA, Giselle M. M. **Periferia: conceito, práticas e discursos**: Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Dissertação de Mestrado. FAU – USP. São Paulo, 2006.

TELLES, Vera da S. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNRISD, 1994.

_____. **Trabalho, cidade e os elos perdidos da política**. Texto apresentado no seminário “Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica”. São Paulo, 2003. No prelo.

_____. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30013>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

TORRES, Haroldo da G.; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria P. e BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In: **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados - USP, n. 47, p. 97-128, 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. In: **A cidade do pensamento único, desmanchando consensos**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. **Segregación residencial socioeconómica**: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa? Santiago: CEPAL, n. 16. Série: Población y Desarrollo, 2001.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH – USP. São Paulo, 2011.

WATSON, G. **Water and sanitation in São Paulo, Brazil**: Successful strategies for service provision in low-income communities. Cambridge: Dissertação de Mestrado. Massachussets Institute of Technology, 1992.